MEMÓRIA DA INICIATIVA SÃO PAULO ABERTA

SÃO PAULO ABERTA

MEMÓRIA DA INICIATIVA SÃO PAULO ABERTA

SÃO PAULO ABERTA

ÍNDICE


CERTIFICADO
DE PARTICIPAÇÃO
Certificamos que .... portador do RG .... participou da Oficina Oficina de Acesso à Informação - Teoria e Prática, com o Agente Leandro Fagundes Coelho do programa Agente Formador na Cultura de Governo Aberto da Prefeitura de São Paulo com duração de 2 horas.
São Paulo, 14 de Abril de 2016.
PREFEITURA DE SÃO PAULO


CERTIFICADO
DE PARTICIPAÇÃO

GOVERNO ABERTO, 2017

GUSTAVO VIDIGAL

Cientista social formado pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Sociologia na mesma universidade. Foi Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Cultura entre 2008 e 2010, durante a gestão Juca Ferreira. Atualmente, exerce a função de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo e coordena as iniciativas municipais de governo aberto.

Quando falamos de governo aberto, é fundamental fazer um balanço das lutas pela ampliação da democracia no Brasil. Desafio que se consolida como esforço permanente, uma vez que, a cada década de avanços temos outra década de retrocessos. Movimentos sociais e Estado são protagonistas nesta valsa, dois pra cá e dois pra lá, que os faz girar em torno do que consideramos um dos elementos mais importantes da vida democrática: a participação social, eixo central da agenda de governo aberto da cidade de São Paulo. Nessas avaliações críticas que estão sendo realizadas sobre este tema, devemos estar atentos aos avanços, aos recuos, às promessas e aos desafios frente ao permanente esforço para fortalecer e institucionalizar a participação social no Brasil. A árdua tarefa de ampliação das estruturas democráticas está presente não somente no trabalho dos gestores públicos, mas também dos militantes de movimentos sociais que carregam este tema como bandeira de luta.

O sentido da luta por participação social no Brasil e no mundo é o mesmo que há 40 anos atrás? As formas de participação continuam mudando? O que foi alterado na luta para tornar o estado brasileiro uma estrutura mais aberta, participativa e democrática? Houve avanços da agenda de participação? Os movimentos sociais estão propondo novas demandas através de novas plataformas? Estão exigindo novas formas de participação? Estão propondo um modelo de Estado diferente do que propunham há 40 anos? Estas perguntas ilustram parte das inquietações que moveram a equipe do São Paulo Aberta durante os 4 anos de trabalho na Prefeitura desta cidade. A iniciativa de governo aberto da gestão Fernando Haddad foi elaborada, executada e avaliada para contribuir com o desenvolvimento da cultura de participação social brasileira.

Atualizar esta agenda a partir da relação com o tema de governo aberto é, na nossa visão, fundamental para modernizarmos o debate sobre democracia em nosso país. Para que isto aconteça, vale discorrer sobre algumas experiências que estão ocorrendo no mundo e que são, em nossa opinião, essenciais para responder esta última questão e podem servir de inspiração para o desenvolvimento de políticas de participação no Brasil. O uso da plataforma digital é o locus das novas (e novíssimas) experiências participativas com grande impacto democratizante na cultura política onde estão sendo testadas.

O grande avanço tecnológico resultado do desenvolvimento da internet tem afetado muitos setores da vida em sociedade em todo o planeta. Nas políticas públicas este avanço ocorre em velocidade muito menor quando comparado ao que acontece na esfera econômica. No campo dos conflitos políticos, onde a agenda de participação social se insere, a velocidade é ainda menor (mas existe), e sua análise pode nos trazer elementos importantes sobre o sentido da agenda de participação social daqui para frente e, principalmente, para as novas gerações de cidadãs e cidadãos.

Já é possível detectar o surgimento de plataformas digitais e aplicativos cívicos que podem ser usadas para a participação social. Estes instrumentos possibilitam a interação Estado-Sociedade à distância, criando pontes com o indivíduo e sendo formas complementares ao diálogo presencial e aos canais tradicionais de participação social. Estes mesmos canais que trazem consigo inúmeras potencialidades, dentre as quais destaco o aumento da escala de participação e a rapidez na tomada de decisões, trazem por outro lado a ampliação do isolamento do indivíduo e a consolidação de um ambiente social que torna-se terreno fértil para o surgimento de ações políticas antidemocráticas com práticas notadamente autoritárias e populistas.

Para abordar esta complexa temática buscamos na estrutura mais elementar da organização do Estado o seu lugar de análise: o município. É nas cidades onde podemos presenciar de forma mais clara os dilemas da plataforma digital para disseminar a participação social. Alguns municípios, dentro e fora do Brasil, tem conseguido colher com relativo sucesso resultados expressivos de pessoas se engajando em temas que antes eram restritos a especialistas ou a poucas entidades da sociedade civil.

Neste mesmo sentido, existem algumas prefeituras no mundo articulando ações de participação com transparência e combate a formas de corrupção, ou seja, estão utilizando de forma transversal a abertura de dados da municipalidade com a formação cidadã para ampliar a escala de indivíduos capazes de analisar as contas públicas. Abordaremos neste texto apenas duas experiências que estão ocorrendo no mundo para ilustrar as potencialidades e problemas destas iniciativas, uma brasileira e outra europeia: a plataforma de participação social da prefeitura de Madrid e a experiência de governo aberto da Prefeitura de São Paulo.

Madrid Decide (www.decidemadrid.es) é uma plataforma que permite ao governo desta cidade realizar, em tempo real e numa escala considerável, o compartilhamento de decisões, a criação colaborativa de novas legislações e o questionamento direto do cidadão e da cidadã sobre assuntos diversos da vida política local. O próprio orçamento participativo da cidade teve etapa digital em que foi decidido o destino de 60 milhões de euros. A todo momento são lançadas novas iniciativas a serem votadas pela rede, desde a escolha do projeto para reformulação de espaços públicos até qual mobiliário urbano implantar nas ruas e parques da cidade, tudo escolhido pela população local. Algumas votações chegam a atingir 10% da população madrilenha (200 mil pessoas).

A outra experiência que vamos mencionar é a iniciativa de governo aberto da Prefeitura de São Paulo, a São Paulo Aberta, uma iniciativa que articula ações de transparência, integridade, inovação tecnológica e participação social. É o caso das consultas públicas virtuais de documentos oficiais da Prefeitura de São Paulo, disponibilizadas no site da São Paulo Aberta. Foram submetidos à contribuição da população desde projetos de leis até políticas municipais, num total de 27 documentos de áreas diversas, como educação, assistência social e direitos humanos. Foram cerca de 135.000 acessos aos documentos, e mais de 3.000 contribuições de 1.000 pessoas diferentes.

Ações de formação também foram desenvolvidas para facilitar o acesso da população ao ambiente digital e foram realizadas em parceria com universidades públicas e privadas. Outra iniciativa importante foi o programa de formação Agentes de Governo Aberto, atuando em temáticas de governo aberto, como dados abertos, comunicação em rede, georreferenciamento, entre outras.

Estas iniciativas são muito recentes e notadamente experimentais, portanto repletas de problemas que vão desde questões operacionais, de informática, passando por dificuldades na interface com os cidadãos e uso de linguagem acessível, até questões mais complexas como a lenta expansão da internet nas cidades e a dificuldade do poder público de migrar suas ações para a plataforma digital. Mais além: se as redes sociais são fontes inesgotáveis de preconceitos, dos mais variados, e reverberam posicionamentos extremados, isto não poderia contaminar os canais institucionais de participação digital?

Apesar de carregarem em si muita inovação e estarem servindo para abrir novos caminhos para que o poder público possa posteriormente criar políticas de uso permanente para o ambiente digital, as formas de participação social estão mudando com o desenvolvimento da esfera digital e isto pode beneficiar a cultura democrática nas cidades. O surgimento e o aprimoramento de ferramentas digitais de participação social podem ampliar, e muito, o acesso da população a temas cívicos e, com isto, fazer chegar a um número muito maior de pessoas os processos de deliberação antes restritos a comunidades, organizações e agrupamentos muito politizados.

Estas iniciativas de participação digital, somados a processos formativos que incluem segmentos excluídos e não habituados a linguagem online, podem criar novos ambientes permanentes de interface entre estado e sociedade. Desta forma, podem democratizar de forma mais intensa as estruturas de poder da nossa sociedade. A participação digital exige que o poder público atualize sua agenda política, incorporando novos elementos como mais transparência, abertura de dados, inovação tecnológica e modernização de processos burocráticos. Isto significa também estar mais aberto ao diálogo e a construção de forma colaborativa de ferramentas cívicas.

Falamos, portanto, de um novo processo de institucionalização da participação: institucionalizar digitalmente. O que sabemos das experiências citadas acima é que a incorporação do uso da tecnologia em processos participativos por si só não resulta na ampliação da participação de maneira efetiva e nem amplia a cultura democrática, há de se ir além. Processos formativos voltados ao público interno e externo ao poder público têm se mostrado essenciais. Capacitar a população no uso das ferramentas digitais, na cultura da participação e do engajamento cívico tem sido fundamental para começar a mudar a cultura individualista presente neste ambiente.

Os horizontes para a agenda de governo aberto no mundo estão apenas começando a se abrir e seus caminhos podem levar a sociedade atual a vivenciar uma melhor democracia. Apostar na agenda de governo aberto para se ter mais democracia é apostar que transparência, integridade, inovação tecnológica e participação social devem ser elementos fundantes de uma ação política eficaz no combate a práticas conservadoras, populistas e neoliberais, estejam elas presentes em cidades,

países ou continentes. Articular dados abertos, accountability e tecnologia livre com a agenda de participação social é essencial na luta pelos direitos sociais existentes e por muitos outros que estão por vir.

A própria sociedade civil poderá se beneficiar com estas mudanças. Movimentos sociais tradicionais podem se beneficiar do uso intensivo da plataforma digital, estabelecendo relação com novos movimentos digitais e incorporando algumas de suas reivindicações, como a luta por mais participação digital, dados abertos e uso de tecnologia livre, elementos importantes da agenda cyber-ativista. A proposição de novas demandas, como a exigência de novas formas de participação, possibilita a atualização do modelo de Estado vigente e de suas próprias estruturas.

Um exemplo é a situação da saúde na cidade de São Paulo. A partir de reuniões com o movimento popular de saúde, articulamos uma série de oficinas em que membros de entidades da sociedade civil ligadas a temática de open data ensinaram militantes populares a usar os dados abertos pela Secretaria Municipal da Saúde e a manejar os mecanismos da Lei de Acesso à Informação. Resultado: segundo a Controladoria do Município de São Paulo houve um aumento de 30% no número de pedidos de informação à Secretaria da Saúde. Este é um pequeno exemplo da força conjunta do uso de dados abertos com integridade. Apesar de ainda muito fechada em si, a agenda da transparência tem grande potencial quando vista de forma transversal. Lutar pelo direito à saúde pública, munido de informações e dados, torna o diagnostico mais preciso e, portanto, torna a prática de cobrança mais eficaz.

Outro caso é a análise dos investimentos públicos na área da cultura. Georreferenciar a alocação dos gastos governamentais, agora abertos, possibilitou a cobrança por parte da sociedade civil de se democratizar o acesso ao investimento estatal também do ponto de vista territorial. A prática da prestação de contas em forma da abertura dos dados do orçamento é essencial para que possamos discutir a democratização do acesso ao fundo público.

Podemos citar também o uso de tecnologias livres e a potencialidade disto para a participação social. Novamente a experiência espanhola nos ajuda a entender as possibilidades colocadas atualmente. Ao desenvolver a plataforma Madrid Decide em formato aberto, ou seja, sem softwares pagos, a prefeitura está permitindo que a mesma experiência seja reproduzida em outras cidades espanholas e latino-americanas de forma gratuita, com reduzidos custos de adaptação e infinitamente mais baratos caso ela tivesse que ser desenvolvida localmente. Este é um caso emblemático em que a tecnologia livre está efetivamente disseminando a prática da participação social digital.

Achamos fundamental descrever exemplos práticos, testados em municípios pioneiros na construção de políticas públicas de governo aberto, justamente para evidenciar a força da articulação destes elementos que, sozinhos, perdem potencial democratizante. Articulados entre si, a partir da abordagem do governo aberto, tais exemplos estão começando a mudar o cenário político onde são implementados. O uso intensivo de ferramentas, processos ou plataformas de governo aberto começam a tornar o ambiente local mais democrático, e os números gerados por estes mecanismos são exemplo disto.

O desenvolvimento das iniciativas de governo aberto na cidade de São Paulo não dependem apenas do poder público local ou nacional. Para continuarmos na vanguarda da defesa da democracia, as entidades da sociedade civil, as cidadãs e os cidadãos paulistanos deverão lutar por mais transparência, mais integridade, mais inovação tecnológica e mais participação social. Enfim, a agenda de governo aberto está colocada para 2017. E quando falamos de governo aberto, falamos necessariamente de mais, muito mais, democracia.

MEMÓRIA DA
SÃO PAULO ABERTA

OBJETIVO

O presente material tem por objetivo apresentar a iniciativa São Paulo Aberta, a partir da sua institucionalização em janeiro de 2014, e suas respectivas ações, desenvolvidas e implementadas na gestão do prefeito Fernando Haddad, entre os anos de 2013 e 2016.
Trata-se de uma iniciativa inovadora de gestão pública, alicerçado nos conceitos de transparência, participação social, inovação e integridade, objetivando o estabelecimento de um modelo de gestão aberto e participativo.



O QUE É A SÃO PAULO ABERTA?

A gestão pública municipal enfrenta inúmeros desafios para modernizar suas estruturas administrativas e seus processos decisórios de forma a promover mudanças inovadoras que dialoguem com as reais necessidades da população.

Assim, desde 2013, com o propósito de intensificar as ações de participação social, transparência, integridade e inovação tecnológica, a Prefeitura de São Paulo deu início ao processo de municipalização da agenda de Governo Aberto.

A Prefeitura concentrou esforços na estruturação de iniciativas que pudessem dar concretude à agenda de governo aberto em municípios, e deste modo, estabelecer conexão clara e direta entre os conceitos que compõe esta agenda internacional com as necessidades locais dos cidadãos e cidadãs de uma cidade global como São Paulo. Desta forma, elaboramos, implementamos, monitoramos e avaliamos um conjunto de ações e programas diretamente ligados a cada um dos eixos do Governo Aberto.

Como marco desse processo, foi instituído pelo decreto nº 54.794, de 28 de Janeiro de 2014 a iniciativa São Paulo Aberta e, para sua articulação interna, o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP), tendo como membros a empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – PRODAM, e as seguintes secretarias:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS
- SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
- SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
- SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
- SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS



A São Paulo Aberta teve papel importante na consolidação das inúmeras iniciativas desenvolvidas pelas diferentes secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo nas áreas de participação social, transparência, inovação tecnológica e integridade pública.

Com a criação da São Paulo Aberta e do CIGA-SP, São Paulo tornou-se o primeiro município do Brasil a contar, em sua estrutura administrativa, com uma iniciativa responsável por articular as ações de governo aberto e com equipe inteiramente dedicada ao desenvolvimento e fortalecimento dessas ações.

A São Paulo Aberta é, portanto, uma iniciativa inovadora, ambiciosa e com forte viabilidade de propagação tanto nacional quanto internacional.


FOYER
ETAPAS DE
CONSTRUÇÃO DOS
COMPROMISSOS

AÇÕES DA SÃO PAULO ABERTA

SEMINÁRIO
SÃO PAULO ABERTA



A primeira atividade da São Paulo Aberta, ocorrida ainda anteriormente a sua instituição em janeiro de 2014, foi a realização do Seminário São Paulo Aberta, entre os dias 23 e 27 de outubro de 2013, na Biblioteca Mário de Andrade, com abertura na Prefeitura de São Paulo.

A realização do seminário simbolizou o início do processo de criação da São Paulo Aberta, diagnosticando o primeiro esforço da iniciativa, que foi a vinculação de órgãos públicos que desenvolviam iniciativas isoladas de participação social, inovação tecnológica, integridade e transparência e integrá-las em ações articuladas de governo aberto, o que culminou com a formação já mencionada do CIGA-SP.

O seminário contou com a participação de protagonistas no tema de transparência atuantes na gestão municipal, tendo também a presença dos professores Marilena Chauí e Pablo Ortellado, da Universidade de São Paulo, e de integrantes de movimento sociais.

Os seminários resultaram em debates que possibilitaram vislumbrar novas possibilidades em meio às ações que objetivam uma maior participação da sociedade na elaboração e fiscalização de políticas públicas.

#GABINETEABERTO



O #GabineteAberto foi um canal de diálogo e colaboração em ambiente digital onde gestoras e gestores públicos prestavam contas à população sobre os resultados de seus trabalhos a frente da máquina pública, fomentando discussões com a participação de jornalistas e especialistas em políticas públicas acerca dos projetos e políticas públicas em desenvolvimento ou em fase de implementação na cidade.

Foi elaborado e transmitido pela primeira vez em 4 de agosto de 2014, a partir da necessidade de fortalecer a cultura da integridade e transparência na cidade de São Paulo.

O programa, tinha duração de 60 a 90 minutos e era transmitido ao vivo pela internet e pela Rede SP Saudável, contando também com a participação ativa do cidadão, que enviava perguntas e comentários ao longo da transmissão por meio do Facebook, Twitter ou do portal São Paulo Aberta, abrindo, assim, uma interface online entre o poder público e o cidadão, possibilitando a interação entre ambos. Todas as perguntas recebidas eram respondidas, ou ao vivo, ou por meio de devolutiva posterior, divulgada nas redes da São Paulo Aberta e enviada por e-mail.

De agosto a outubro de 2015 foram realizadas 25 edições do #GabineteAberto, com a participação de 16 secretários e secretárias municipais, do controlador- geral do município, da primeira-dama Ana Estela Haddad, da vice-prefeita Nádia Campeão e do Prefeito Fernando Haddad.



1 JUCA FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

31 04/08/2014

Também participaram do programa os blogueiros Eduardo Guimarães, do Blog da Cidadania, Igor Carvalho, da revista Fórum e do site SPressoSP, Renata Michele e Altamiro Borges, ambos do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Os assuntos discutidos foram Governo Aberto, Política Municipal de Cultura e outras ações da secretaria na gestão do prefeito Fernando Haddad.

2 LEDA MARIA PAULANI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

31 12/08/2014

Juntamente com os jornalistas Altamiro Borges, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Eduardo Guimarães, do Blog da Cidadania, Marilu Cabañas, da Rede Brasil Atual e Antônio Martins, do blog Outras Palavras, a secretária discutiu o processo de planejamento e orçamento participativo da prefeitura, o programa de metas, a arrecadação da cidade e a importância da participação e da transparência no combate à corrupção, entre outros temas.









3 MÁRIO VINÍCIUS SPINELLI CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

31 25/08/2014

O controlador discutiu com os jornalistas Felipe Bianchi, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, e Lucas Callegari, do site jurídico Última Instância, sobre a estrutura da controladoria criada na gestão do prefeito Fernando Haddad, a ação da prefeitura no combate à corrupção, o desmantelamento da máfia dos fiscais do ISS e o Habite-se Eletrônico.

4 SIMÃO PEDRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS

31 08/09/2014

Com a participação dos jornalistas Inês Castilho, do site Outras Palavras, e Alexandre Matias, do site Trabalho Sujo, o secretário falou sobre inovação tecnológica, a nova política municipal para os Telecentros, a necessidade de transparência dos contratos da sua secretaria, e outros temas.









5 ROGÉRIO SOTILLI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

31 15/09/2014

O secretário falou sobre a implementação do Plano Juventude Viva, em parceria com o Governo Federal, que visa combater o genocídio das juventudes negras nas periferias da cidade, da importância da transparência e da participação na elaboração das políticas públicas, e outros temas. Participaram da conversa Antonio Vargas, diretor do Projeto de Comunicação e Promoção da Bolívia no Brasil – Bolívia Cultural, e dos jornalistas Diego Sartorato, da Rede Brasil Atual, e Vitor Sion, do site Opera Mundi. Como convidados participaram Bárbara Araújo e Júnior Valeriano da Viração - Agência Jovem de Notícias, parceria da Unicef com a Prefeitura de São Paulo, e Maria Adrião, consultora para o Unicef.

6 JILMAR TATTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

31 22/09/2014

Tendo como entrevistadores Renata Falzoni, cicloativista e vídeo-repórter, e Flávio Moura, jornalista e blogueiro do Yahoo, Jilmar Tatto falou sobre o Programa de Mobilidade da prefeitura, os processos de inovação na área de transporte e outros temas. Participaram como convidados André Palhano, jornalista da Virada Sustentável, Edson Silva, do Coletivo SampaPé, Laura Sobral, do Coletivo Muda e Não Largue da Batata e Natália Garcia, do Coletivo Cidade para Pessoas.









7 ROBERTO GARIBE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

31 13/10/2014

Juntamente com José Carlos Vaz, professor doutor do curso de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, e Diego Sartoratto, jornalista da Rede Brasil Atual, o secretário discorreu sobre o andamento das obras na cidade, mobilidade urbana, desapropriações, e outros temas.

8 ANA ESTELA HADDAD

PRIMEIRA-DAMA E COORDENADORA DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO (SÃO PAULO CARINHOSA)

31 23/10/2014

A primeira-dama e coordenadora da São Paulo Carinhosa falou sobre a importância da implantação da política voltada ao desenvolvimento da primeira infância na gestão do prefeito Fernando Haddad. Integraram a conversa, Lourdes Nassif, editora do blog GGN, Pedro Alexandre Sanchez, jornalista e autor do blog Farofafá, Tim Lindem, do Núcleo de Ciência pela Infância da Universidade de Harvard e Ana Cláudia Leitte, Coordenadora de Educação e Cultura e Infância do Instituto Alana.









9 FERNANDO DE MELLO FRANCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

31 10/11/2014

Com a presença de João Sette Whitaker, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e autor do blog Cidades para que(m)?, e Giulia Afiune, repórter da Agência Pública, o secretário falou sobre desenvolvimento urbano e política urbana da gestão do prefeito Fernando Haddad, entre outros temas.

10 ARTUR HENRIQUE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO TRABALHO

17/11/2014

Artur Henrique falou sobre economia solidária, agenda de trabalho decente e fez um passo-a-passo sobre como o cidadão paulistano pode buscar emprego por meio dos serviços da Prefeitura de São Paulo. Colaboraram com a conversa Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, e Paulo Sergio Muçouçah, coordenador de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho – OIT.









11 DENISE MOTTA DAU

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

31 24/11/2014

A secretária discorreu sobre as políticas voltadas para autonomia econômica das mulheres, abertura de novos serviços para atendimento das mulheres vítimas de violência, participação social e também abordou a campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”. Participaram como entrevistadoras as jornalistas Bianca Samanta, da Revista Raça Brasil, Aline Kátia Melo, do coletivo Nós, Mulheres da Periferia e Lia Urbini, professora e colaboradora da Revista Geni. Como convidadas estavam Adriana Magalhães, da CUT São Paulo, Rachel Moreno, psicóloga, pesquisadora e militante das causas das mulheres, Vanessa Martina da Silva, repórter do site Opera Mundi e Gabriela Ferraz, advogada e representante de São Paulo do Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer - CLADEM SP.

12 NUNZIO BRIGUGLIO FILHO
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO

31 01/12/2014

Com a colaboração dos jornalistas Helena Braun, da CBN e Bruno Ribeiro, do Estado de S. Paulo, Nunzio Briguglio falou sobre a política de comunicação da gestão do prefeito Fernando Haddad, entre outros temas.









13 CHICO MACENA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

08/12/2014

Entre as diversas pautas que fazem parte do dia a dia da secretaria, o secretário esclareceu todas as possíveis dúvidas referentes às mudanças na cobrança do IPTU por parte da Prefeitura de São Paulo e falou sobre a política de ocupação dos espaços públicos que está sendo implantada na cidade. Falou ainda sobre o aumento da tarifa do transporte coletivo municipal previsto para 2015. Os convidados entrevistadores foram Renato Rovai, editor da Revista Fórum, Artur Rodrigues, repórter de Cotidiano da Folha de S. Paulo e Felipe Aragonez, cicloativista e diretor do Instituto CicloBR.

14 FERNANDO HADDAD PREFEITO DE SÃO PAULO

31 15/12/2014

Entre outros temas em voga na sua gestão, Fernando Haddad discorreu sobre a importância da renegociação da dívida pública da prefeitura, abordando também a necessidade de se implantar uma gestão integrada da pauta da mobilidade na cidade e a necessidade do processo de reestruturação das carreiras públicas municipais, bem como a valorização por parte da gestão do funcionário público municipal. Os convidados entrevistadores foram os jornalistas Fernanda Mena, da Folha de S. Paulo, Bob Fernandes, da TV Gazeta e do Terra Magazine e Eugenio Bucci, também professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Também participaram da conversa os professores Vanessa Oliveira (UFABC), Fernando Abrúcio (FGV) e Jorge Machado (USP).








15 NÁDIA CAMPEÃO VICE-PREFEITA DE SÃO PAULO

31 09/03/2015

A vice-prefeita Nádia Campeão, que também coordena o Comitê Integrado de Subprefeituras – CIS, criado na gestão do prefeito Fernando Haddad com o objetivo de promover a integração das políticas públicas nas 32 subprefeituras da cidade e reforçar a atuação dos governos locais, detalhou as medidas preventivas da operação Chuvas de Verão e a atuação da prefeitura nos bairros. Participaram do encontro Pedro Venceslau, do Estado de S. Paulo e Luiz Carlos Azenha, jornalista e editor do blog VioMundo.

16 WANDERLEI MEIRA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO-AMBIENTE

31 16/03/2015

Dentre os diversos temas ligados ao meio ambiente e as ações da prefeitura para uma São Paulo sustentável, o secretário falou sobre a plantação de árvores no asfalto, a importância da educação ambiental para crianças e jovens e a crise hídrica na cidade de São Paulo. Participaram do programa Lino Bocchini, da revista Carta Capital, Mario Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica, Thiago Arpad, do Instituto Kairós e Gabriela Yamaguchi, do Instituto Akatu.








17 GABRIEL CHALITA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13/04/2015

Nesta edição do programa com a presença dos jornalistas Ricardo Chapola, do Estado de S. Paulo e Sabine Righetti, da Folha de S. Paulo, Gabriel Chalita abordou temas polêmicos como a redução da maioridade penal e o auxílio-creche. Ao falar sobre os desafios do magistério, o secretário também propôs uma reflexão sobre a formação do professor e o ensino aos alunos.

18 ALEXANDRE PADILHA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

18/05/2015

Alexandre Padilha juntamente com os jornalistas Luís Nassif, do GGN e Ricardo Galhardo, do Estado de S. Paulo, compuseram a 18° edição do programa. Segundo o secretário, “São Paulo era um cemitério de participação, nos últimos anos”, portanto inovar e fortalecer uma gestão participativa eram ações imprescindíveis para o crescimento da democracia e o estímulo ao “senso de pertencimento” do cidadão. O secretário ainda apontou que a inclusão de ferramentas digitais e a articulação com os espaços tradicionais são os maiores desafios da pasta.









19 NABIL BONDUKI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

15/06/2014

Com a presença dos jornalistas Ivan Finotti, editor da Ilustrada da Folha de S. Paulo, e Peu Araújo, editor da VICE, Nabil Bonduki conversou sobre a Virada Cultural, a política de cultura da cidade e fez uma reflexão sobre a construção do conceito de “Cidadania Cultural”.

20 ESPECIAL 20

EDUARDO SUPLICY – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E NABIL BONDUKI – SECRETÁRIO DE CULTURA

31 22/06/2015

A redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e políticas para a juventude e a sua relevância para a cidade foram os assuntos que receberam destaque no “Especial 20 Edições” do #Gabinete Aberto, com a participação do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Eduardo Suplicy, e do secretário de Cultura, Nabil Bonduki. Movimentos sociais ligados ao funk, estudantes da Universidade Federal do ABC e da Universidade de São Paulo, a jornalista Inês Castilho, do site Outras Palavras, integrantes da Viração - Agência Jovem de Notícias, e membros da Rede Ciência sem Fronteiras também estavam presentes nesta edição comemorativa.









21 NUNZIO BRIGUGLIO FILHO
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO

JOHN NESCHILING
MAESTRO

13/07/2015

Com o tema sobre política para música na cidade, o programa recebeu novamente o secretário de Comunicação, Nunzio Briguglio, para conversar com o maestro John Neschling, diretor artístico do Theatro Municipal, e a jornalista Adriana Couto, da TV Cultura. O debate voltou-se para a democratização do acesso à música clássica, em parte por meio do projeto "Municipal Na Cidade", que busca levar apresentações do Theatro Municipal a outros ambientes de São Paulo, como Centros Culturais e Terminais Municipais de Ônibus. Outro aspecto abordado no programa foi a importância de se permitir o acesso financeiro do público em apresentações no Theatro Municipal, suscitando reflexões sobre como as políticas públicas podem colaborar para esse processo de democratização, tornando-o uma opção de cultura viável do ponto de vista do poder aquisitivo, como acontece no caso dos cinemas. A discussão tratou também da participação do Theatro Municipal na abertura da Virada Cultural. O concerto realizado pela Orquestra Sinfônica de São Paulo aproximou a música clássica da população, apresentando outra opção de lazer que pode ser explorada pelos paulistanos, reforçando a identidade do Theatro como polo de disseminação de cultura para a cidade.

22 ROBERTO PORTO
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

31 27/07/2015

Nesta segunda participação da Controladoria Geral do Município no #GabineteAberto, Roberto Porto falou sobre políticas de transparência e sobre o Pacote Anticorrupção, anunciado em maio de 2015 pelo prefeito Fernando Haddad, que apresenta um conjunto de ações para alinhar os esforços do município às práticas nacionais e internacionais de combate às irregularidades. Ao longo do programa, entraram em pauta questões sobre as novidades tecnológicas implementadas visando uma gestão íntegra e transparente. Uma das ações citadas foi o SISPATRI, Sistema de Registro dos Bens dos Agentes Públicos, plataforma que armazena dados dos servidores do município para posterior análise da movimentação de patrimônio e fiscalização de possíveis contradições entre salários e bens adquiridos. Um desafio reconhecido durante a conversa foi a adequação da linguagem técnica dos contratos existentes na prefeitura para uma linguagem mais acessível à população, permitindo, consequentemente, que um número maior de pessoas possa se interessar pelo tema. Os jornalistas Talita Bedinelli, do El País e Rodrigo Burgarelli, do Estadão Dados, participaram do programa.









23 LUCIANA TEMER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

31 14/09/2015

A secretária de Assistência e Desenvolvimento Social esteve com os jornalistas Patricia Dichtchekenian, do site Opera Mundi, e Renato Rovai, da Revista Fórum, e falou sobre acolhimento de imigrantes e de políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua.

24 JILMAR TATTO
SECRETÁRIO DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES

21/09/2015

Jilmar Tatto, com a participação dos jornalistas André Monteiro, da Folha de S.Paulo, e Ádamo Balzani, do blog Ponto de Ônibus, além de Roberson Miguel e Rafael Calábria, da Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo – Cidadeapé, conversou sobre a redução do limite da velocidade e a democratização do acesso viário, provocando reflexões sobre as políticas de transporte público da cidade. Abordaram o funcionamento do sistema de ônibus e a implementação de novas tecnologias, como a modernização dos sistemas de GPS e a criação de centrais de atendimento, para que exista uma maior pontualidade no horário de saída da frota, fazendo com que os cidadãos saibam a hora exata em que o ônibus iniciará a viagem.









25 MAURÍCIO PESTANA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

05/10/2015

Maurício Pestana, juntamente com as jornalistas Djamila Ribeiro, colunista da Carta Capital, e Cláudia Alexandre, do portal Áfricas, debateram temas referentes à inclusão social e políticas para o enfrentamento do racismo e igualdade.
A própria criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, pela gestão do prefeito Fernando Haddad, já demonstra um enfrentamento ao racismo na cidade, fazendo parte do Plano de Metas da sua gestão.


PREFEITURA DE
SÃO PAULO

#GABINETEDEBOLSO



O #GabinetedeBolso propunha um desafio nas Redes: os internautas faziam perguntas ao gestor(a) convidado(a) e se mobilizavam para conseguir curtidas.

As três perguntas mais curtidas eram respondidas por meio de um vídeo, postado nas redes sociais da São Paulo Aberta.

Em formato flexível e edições temáticas, o #GB visava conectar os gestores à população por meio das redes sociais, adotando uma linguagem cidadã, direta, concisa e transparente, delineando-se como uma extensão do processo de participação e interação digital.

O objetivo dessa iniciativa foi abrir mais espaço nas redes para os cidadãos interagirem com os gestores da Prefeitura de São Paulo, levando suas questões diretamente à mesa dos secretários.

Ao todo, entre os meses de março e agosto de 2015, foram realizadas 5 edições do #GabinetedeBolso, com a participação de secretários e, principalmente, dos internautas por meio do portal e das redes sociais da São Paulo Aberta.





31 04/2015

TEMA: TRANSPARÊNCIA E OBRAS



1 ROBERTO GARIBE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

Na primeira edição do #GabinetedeBolso, Roberto Garibe respondeu a questionamentos dos internautas sobre a responsabilidade da prefeitura na contratação de empresas do ponto de vista do respeito aos direitos humanos, a adoção de medidas de controle licitatório que visem coibir a formação de cartel e sobre as diferentes formas de impacto ocasionados pela execução de obras públicas na cidade.















31 05/2015

TEMA: TRABALHO

2 ARTUR HENRIQUE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO TRABALHO

Artur Henrique respondeu perguntas referentes às medidas adotadas pela pasta para garantir os direitos e a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho regular e decente e sobre vagas da administração pública ocupadas por funcionários terceirizados. Por último, foi questionado sobre os impactos que a aprovação do PL 4330/04 poderia trazer à classe trabalhadora, e também em que medida afetaria a ampliação e a manutenção do Trabalho Decente.





31 06/2015

TEMA: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR?



3 GABRIEL CHALITA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



O secretário de educação foi indagado sobre a possibilidade de se firmar um convênio com universidades particulares para o oferecimento de mestrado profissional aos professores da rede municipal de ensino. Opinou também sobre até que ponto a atual conjuntura de intolerância ideológica pode interferir no ensino em sala de aula e qual a importância do professor neste cenário. Concluindo a 3° edição do programa, Gabriel Chalita discorreu sobre a sugestão do internauta que propôs à SME criar um projeto específico de fornecimento de materiais esportivos diretamente às escolas da rede, como já ocorre nos CEUs, para estimular as práticas de modalidades olímpicas, facilitando a didática e a prática docente.

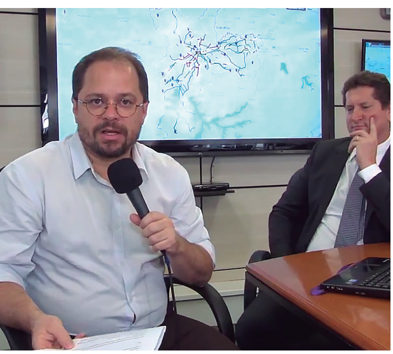






31 07/2015

TEMA: TRANSPORTE PÚBLICO



4 JILMAR TATTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES



A gratuidade do uso dos ônibus circulares da Universidade de São Paulo, a criação de um projeto integrado de transporte para a Marginal Tietê, incluindo a construção de ciclopassarelas, e propostas da prefeitura para o compartilhamento seguro das vias para ônibus e bicicletas foram os temas das perguntas mais curtidas pelos internautas na segunda edição do programa.







31 08/2015

TEMA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CIDADE



5 ALEXANDRE PADILHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Alexandre Padilha respondeu perguntas referentes à atuação dos Conselhos Participativos na cidade, discorrendo sobre os seus objetivos e influência nas propostas do executivo municipal, a quantidade de Conselhos ativos e a existência de capacitação para os membros que os compõem.





PROCESSOS FORMATIVOS

1) DIÁLOGOS SÃO PAULO ABERTA



Organizado pelo Comitê Intersecretarial de Governo Aberto (CIGA-SP), os “Diálogos São Paulo Aberta” foi o primeiro processo formativo realizado pela São Paulo Aberta. Pensado como uma proposta de incentivo ao diálogo entre o governo e o Conselho Participativo Municipal, buscou contribuir para o fortalecimento dos conselheiros e da participação em seus respectivos territórios, por meio de atividades formativas.

Foram realizados 16 encontros territoriais, com 2 subprefeituras participantes por encontro, totalizando as 32 subprefeituras municipais, entre os meses de maio e setembro de 2014, e tiveram a participação de aproximadamente 600 conselheiros participativos. Os encontros tinham duração de três horas, divididos em 3 momentos: primeiramente, a São Paulo Aberta era apresentada aos participantes e, depois, seguia-se para o Café com Proposta, quando, separados por Subprefeituras, os conselheiros reuniam-se em pequenos grupos para a leitura do texto base “Os Conselhos Participativos Municipais e o controle social na Cidade de São Paulo” e para levantamento de propostas sobre o tema. O encontro, então, encerrava-se com o Diálogo com o Subprefeito(a), onde ele(a) apresentava o perfil e os dados sobre sua região, os equipamentos públicos existentes e a previsão orçamentária para a melhoria dos bairros, com posterior abertura de espaço para debates, apresentação das propostas em plenária final e encaminhamentos.

Os Diálogos São Paulo Aberta se configuraram como um processo de interlocução entre governo e sociedade, abrindo um espaço novo destinado à formação cidadã.

2) CICLO DE FORMAÇÃO EM GOVERNO ABERTO



A São Paulo Aberta, em parceria com a Universidade de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Campinas e Universidade Federal do ABC, promoveu o Ciclo de Formação em Governo Aberto entre os meses de maio e outubro de 2015, no Centro Cultural São Paulo, abrindo espaços de interação entre as universidades e os movimentos sociais.

Ao todo, aconteceram 5 atividades de formação, transmitidas ao vivo no Portal São Paulo Aberta, abarcando palestras e discussões sobre participação social, transparência, inovação tecnológica e integridade nas contas públicas.

Foram abertas 260 vagas, sendo 80 destinadas aos movimentos sociais e populares, 120 aos estudantes das universidades parceiras e 60 vagas ao público geral e servidores. O objetivo das atividades era impulsionar reflexões referentes ao conceito de governo aberto, promovendo a interação entre as universidades e os movimentos sociais para refletir sobre os eixos de governo aberto.

1ª ATIVIDADE

TEMA: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

04/05/2015

PROFESSORES: ÚRSULA PERES (USP) E WAGNER ROMÃO (UNICAMP)

2ª ATIVIDADE

TEMA: TRANSPARÊNCIA

02/06/2015

PROFESSORES: MARCO TEIXEIRA (FGV) E JORGE MACHADO (USP)

MEDIAÇÃO: FERNANDA CAMPAGNUCCI (CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO)

3ª ATIVIDADE

TEMA: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

07/07/2015

PROFESSORES: CIRO BIDERMAN (FGV) E MARIA ALEXANDRA CUNHA (FGV)

4ª ATIVIDADE

TEMA: INTEGRIDADE/PRESTAÇÃO DE CONTAS

03/08/2015

PROFESSORES: FERNANDO ABRÚCIO (FGV) E GABRIELA LOTTA (UFABC)

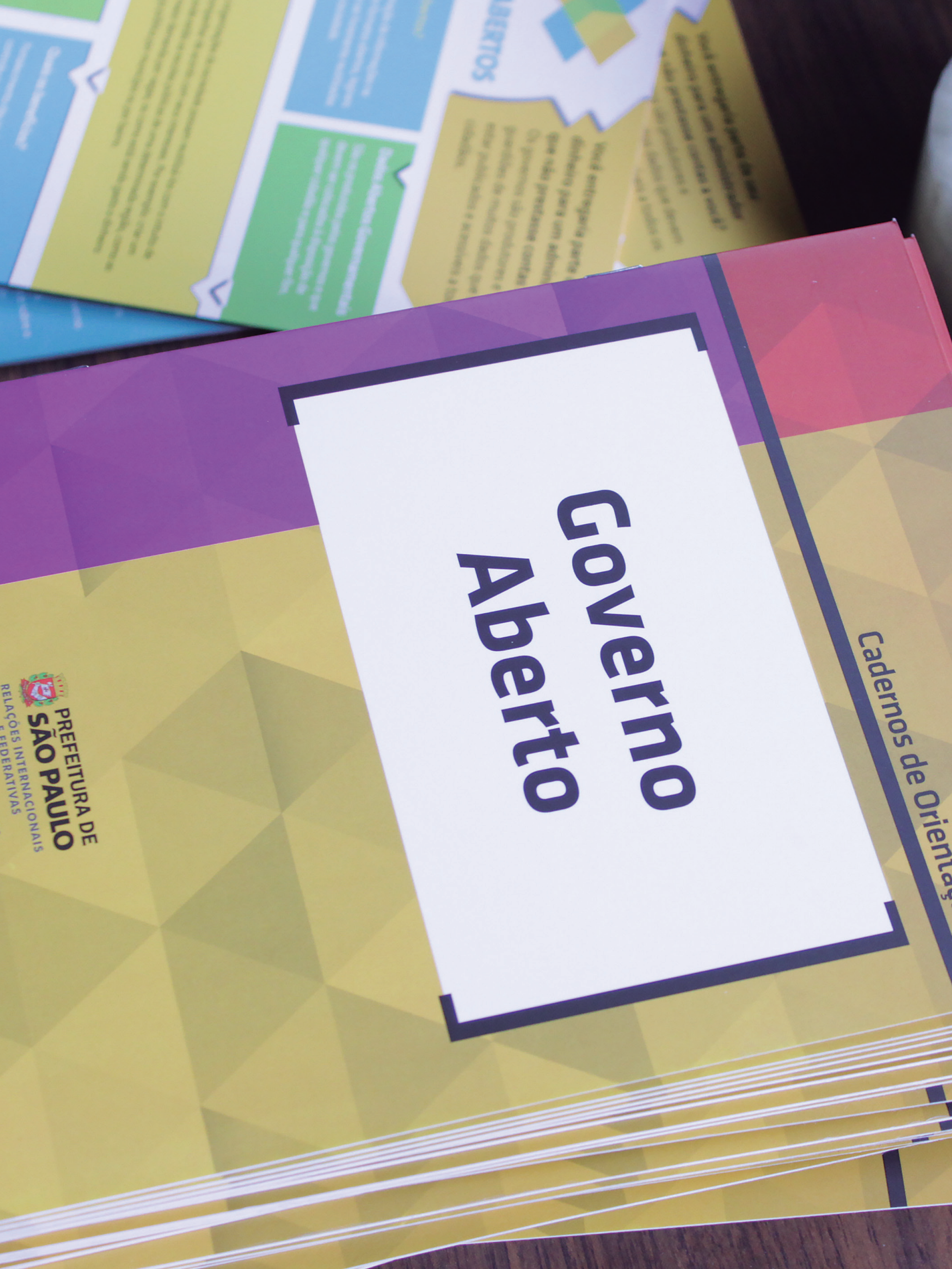
5ª ATIVIDADE

TEMA: GOVERNO ABERTO

07/10/2015

PARTICIPANTES: ÚRSULA PERES (USP), JORGE MACHADO (USP), GABRIELA LOTTA (UFABC), MARIA ALEXANDRA CUNHA (FGV)

MEDIAÇÃO: LAILA BELLIX (SP ABERTA) E FERNANDA CAMPAGNUCCI (CGM)


Governo Aberto
Cadernos de
PREFEITURA DE
SÃO PAULO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3) DISCIPLINAS DE GOVERNO ABERTO



Como resultado das parcerias firmadas entre a São Paulo Aberta e Universidade de São Paulo, Universidade Federal do ABC e Fundação Getúlio Vargas, foram criadas as disciplinas e cursos, com temáticas de governo aberto, sempre mesclando o público das três universidades e oferecendo vagas para representantes de movimentos sociais nas próximas páginas é possível ter um panorama geral do conteúdo abordado nas disciplinas.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A disciplina sobre Governo Aberto, desenvolvida em parceria entre a Universidade de São Paulo e Prefeitura de São Paulo, foi ofertada nos dias 03, 05, 10 e 12 de fevereiro de 2015, no Laboratório de Mobilidade da Prefeitura – Mobilab. As aulas foram ministradas pelos professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo: Gisele Craveiro, José Carlos Vaz, Eduardo Caldas, Úrsula Peres e Jorge Machado, responsável pela disciplina, e por servidores da Prefeitura ligados à pauta de governo aberto. Como convidados, também participaram Maurício Piragino, da Escola de Governo, Caio Lucena, ativista de dados abertos, e Jutta Schmidt Machado, PhD em Antropologia Social e Cultural.

A temática dos debates promovidos nas disciplinas girou em torno da necessidade de aperfeiçoamento da concepção de governo aberto e da articulação de uma narrativa em torno da transparência, participação, integridade e acesso à informação, vindo a se configurar como um novo paradigma.

Os debates ilustraram o porquê da importância do surgimento de iniciativas como a OGP - Open Government Partnership, e o seu impacto nas esferas estaduais e municipais dos países signatários.

Foram 2 dias de debates teóricos, 1 de oficina prática de georreferenciamento e 1 voltado à elaboração de planos de ação, totalizando 4 dias de atividades, cujos principais objetivos foram:

a) introdução de princípios fundamentais de governo aberto a partir da discussão da participação social, do acesso à informação, inovação tecnológica e integridade;

b) desenvolvimento de instrumentos que promovam a transparência, participação social e práticas colaborativas na gestão pública, de modo a permitir a intervenção social a partir do uso de ferramentas tecnológicas.

A disciplina ofereceu aos futuros gestores e movimentos sociais fundamentos teóricos e conhecimentos práticos para a promo-

ção de governo aberto, fazendo-os apreender que o conceito de governo aberto e a sua articulação por meio da OGP surgem para potencializar e organizar esta demanda dentro da estrutura do Estado, com novas ferramentas e, principalmente, a partir da inovação tecnológica, e que se trata de um processo de formação da cidadania de longo prazo.

No primeiro dia da disciplina, foram abordados os temas Introdução ao Governo Aberto e Participação Social. No início da disciplina falou-se sobre governo aberto e sua importância, destacando seus eixos e entendimentos. Também foi feito um apanhado das mudanças ocorridas nas últimas décadas na gestão pública brasileira do ponto de vista da participação social. Pensar a gestão democrática e moderna na atualidade a partir de iniciativas de governo aberto também foi um dos temas debatidos.

No segundo dia, a disciplina levantou o tema Inovação Tecnológica, analisando as tendências do setor e as consequências sociais advindas dessa nova realidade, e o tema Transparência, dos conceitos básicos à Lei de Acesso à Informação (LAI).

Ainda no segundo dia, a São Paulo Aberta, na figura do seu coordenador, Gustavo Vidigal, participou da Campus Party, compondo a mesa "Inovações na Prefeitura de São Paulo", juntamente com os secretários Fernando Melo Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Nabil Bonduki, Secretário Municipal de Cultura, e Rogério Sottili, Secretário Adjunto de Direitos Humanos e Cidadania.
Noções de Governo Aberto e a instituição do CIGA-SP e da São Paulo Aberta foram os assuntos abordados por Gustavo Vidigal. Fernando Melo Franco falou sobre a disponibilização de dados abertos em plataforma virtual e sobre Plano Diretor virtual em plataforma interativa e participativa.

O secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania discorreu sobre experiências da participação social na Prefeitura de São Paulo, sobre a abertura da gestão para participação da sociedade civil e movimentos sociais e sobre a relevância do fortalecimento dos conselhos, destacando a importância da participação social para realizar uma boa gestão.

Nabil Bonduki concluiu a mesa dialogando sobre as ações da Secretaria Municipal de Cultura voltadas à cidadania cultural e sobre o SP-Cultura, um espaço de comunicação digital para troca e compartilhamento de ações culturais, não só desenvolvidas pela secretaria, mas também por coletivos e agentes de cultura.

Concluindo o segundo dia da disciplina e a participação na Campus Party, a São Paulo Aberta ainda participou do Café Hacker, um projeto da Controladoria Geral do Município, realizado em parceria com outros órgãos municipais para envolver a sociedade no processo de abertura de dados públicos, debatendo em companhia de representantes da Controladoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Durante todo o 3° dia da disciplina aconteceu a oficina de Georreferenciamento de Dados. Após a explanação dos professores Jorge Machado e Caio Lucena sobre a disponibilização de dados, os alunos começaram a produzir os seus próprios mapas georreferenciados.

Finalizando o ciclo de disciplinas, no 4° dia, Gustavo Vidigal fez um balanço histórico da gestão, citando a criação da Controladoria Geral do Município e outras ferramentas de participação e transparência desenvolvidas pelo governo municipal. Thiago, da CGM, falou do desafio de ampliar a participação social no controle da administração pública e sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A Fundação Getúlio Vargas ofereceu, em julho de 2015, como parte dos seus cursos de inverno, a formação Inteligência Geográfica para Gestão Territorial e Governo Aberto. O curso foi oferecido gratuitamente a um aluno da USP e a quatro representantes de Movimentos Sociais e Populares, que foram sorteados durante atividade do ciclo formativo.

No primeiro dia de curso, os alunos tiveram aula sobre Governo Aberto e participaram do #GabineteAberto, com Roberto Porto, então Procurador-Geral do Município. O restante das aulas ocorreu na FGV, objetivando familiarizar os alunos com o pensamento analítico sobre o território, sob a perspectiva do espaço geográfico sobre o qual acontece a dinâmica urbana e rural, contexto essencial da gestão pública. Discutir e apresentar dados e análises geográficas e ferramentas exploratórias, e debater sobre a concepção de governo aberto participativo, accountabiliy no contexto público e transparência na gestão e informação, foram os assuntos que também compuseram o curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

A UFABC, em parceria com a São Paulo Aberta, concebeu em agosto de 2015, e em abril de 2016, dentro do curso de bacharelado em Políticas Públicas, a disciplina Observatório de Políticas Públicas, para aproximar os alunos de questões pragmáticas do poder público.

O objetivo das disciplinas foi orientar os alunos a desenvolverem soluções para a melhoria de experiências de políticas públicas relacionadas aos temas de participação, controle social, gestão pública, transparência e acesso à informação. Assim, eles realizaram diagnósticos de tais experiências, analisaram alternativas com base em conhecimentos adquiridos e propuseram, mediante diálogo com a sociedade e servidores da prefeitura, soluções para resolução dos problemas identificados. Os grupos foram acompanhados por técnicos da prefeitura e docentes da universidade.

Inicialmente, a disciplina era optativa aos alunos, mas a partir do primeiro semestre de 2016, passou a compor a grade de disciplinas obrigatórias.

COMUNICAÇÃO ABERTA



Nas duas primeiras semanas de maio de 2016, foi implementado o projeto Comunicação Aberta, desenvolvido pela São Paulo Aberta e o Centro Cultural da Juventude (CCJ), com o objetivo de tornar mais efetiva a comunicação entre os 46 CEUs e as 16 Casas de Cultura do município, a partir da criação de uma rede integrada de comunicação entre esses equipamentos, com foco na utilização das redes sociais, especialmente, o Facebook.

As oficinas, com duração média de 6 horas, aconteceram nos dias 5 e 6, com gestores e Jovens Monitores das Casas de Cultura, e nos dias 9, 10 e 11, com representantes dos CEUs das cinco regiões da cidade, e contaram com a participação de Carine Roos, agente do primeiro ciclo do programa Agentes de Governo Aberto, e de Alexandre Calil, coordenador do LabProdam.

O projeto tem como base os 4 eixos de Governo Aberto: Transparência, Participação Social, Integridade e Inovação Tecnológica. Sua consolidação, em parceria com a São Paulo Aberta, possibilitou um aumento significativo de compartilhamentos e interações entre os públicos abrangidos tanto pelas iniciativas da São Paulo Aberta quanto pelas atividades desenvolvidas nos CCJ, CEUs e Casas de Cultura.

A falta de formação dos servidores na área de comunicação e a baixa disponibilidade de verbas para o desenvolvimento de estratégias neste setor são os principais fatores a dificultar a criação e consolidação de uma rede que visasse integrar a comunicação entre os CEUS e Casas de Cultura em funcionamento na cidade. A existência dessa rede, a partir da implementação do projeto, fomenta a interlocução entre os equipamentos e aumenta o poder de alcance de suas atividades via redes sociais, intensificando, consequentemente, a participação do público, projetando os CEUs e Casas de Cultura a uma posição de relevância no cenário educacional e cultural da cidade, já que não se tratam de equipamentos concorrentes.

Comunicação Aberta é um projeto dinâmico e continuado, que demanda acompanhamento por parte da equipe de gestão e diálogo permanente entre os servidores com ele comprometidos, além disso, estimula o compartilhamento de informações pertinentes às ações de Governo Aberto e às atividades desenvolvidas nos CEUs e Casas de Cultura, bem como à programação de atividades de cada unidade, esclarecimento de dúvidas gerais e relativas à manipulação das redes, dentre outros.

PORTAL SÃO PAULO ABERTA



Em 24 de abril de 2014, durante a programação do #Arena NET Mundial, foi realizado um Café Hacker no Centro Cultural São Paulo, para discussão da criação da Plataforma São Paulo Aberta. O evento deu início a um processo de construção colaborativa do portal que hoje abriga as iniciativas de Governo Aberto. Após diversas discussões e trocas de ideias, o Portal São Paulo Aberta foi ao ar em agosto de 2015, como um espaço de interação e colaboração para potencializar a participação e a transparência.

Nele, além de encontrar reunidas as ações de governo aberto da Prefeitura de São Paulo, os internautas podem acompanhar eventos e programas da São Paulo Aberta e participar de consultas públicas de diferentes secretarias, como uma forma de fortalecer a comunicação entre estado e sociedade civil. As consultas são uma forma de participação digital, em que as minutas disponibilizadas podem receber sugestões, críticas e comentários, ajudando, assim, numa formulação mais participativa de leis e decretos.

De maio de 2015 até novembro de 2016, foram realizadas 34 consultas públicas que contaram com 4.783 contribuições e participação de aproximadamente 1.548 cidadãos e cidadãs.

CONSULTAS PÚBLICAS

1

CONSULTA PÚBLICA PARA REGULAMENTAÇÃO DE LEI FEDERAL 13.019/2014

PREFEITURA DE SÃO PAULO

31 05/2015

Regulamentação da Lei Federal 13.019/2014, que trata sobre o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público.

2

MINUTA DE PORTARIA CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

31 06/2015

Elaboração de Portaria que trata das normas para o procedimento de chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termos de colaboração para o atendimento de crianças.

3

MINUTA DA PORTARIA SMADS PARA O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

31 06/2015

Elaboração de Portaria que irá tratar das futuras regras das parcerias entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as organizações interessadas no desenvolvimento de serviços socioassistenciais.

4

ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

31 06/2015

Minuta do decreto que atualiza a estrutura administrativa da SME, visando otimizar os processos administrativos, a descentralização e desconcentração de competências e atividades e o fortalecimento da política de gestão de pessoas e de tecnologias da informação e comunicação.

5

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PARA CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL PARA GESTORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

31 07/2015

Recebimento de sugestões referente à proposta do Curso de Mestrado Profissional para Gestores da Rede Municipal de Ensino sob coordenação da UNIVESP.

6

CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE BOLSA MESTRADO/DOUTORADO PARA EDUCADORES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07/2015

Minutas de Decreto e Portaria que instituem o Programa "Bolsa Mestrado/Doutorado Educador", que concederá auxílio financeiro para Educadores da Rede Municipal de Ensino que tenham sido admitidos como alunos regulares em curso de Pós-graduação, no nível de Mestrado ou Doutorado recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

7

RESOLUÇÃO DO COMITÊ INTERSECRETARIAL DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

31 08/2015

Validar a Política Municipal de Participação Social que visa integrar os espaços participativos, presenciais e digitais, em um único sistema.

8

PLANO DE AÇÃO PARA A REGULAMENTAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

31 09/2015

Interrogar a sociedade sobre a inclusão de alimentação orgânica e de base agroecológica nas escolas municipais de São Paulo.

9

POLÍTICA DE LICENCIAMENTO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

31 09/2015

Discutir com os cidadãos uma política de licenciamento para todos os tipos de conteúdo produzidos por seus órgãos e entidades, bem como por eventuais parceiros conveniados com o município.

10

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA CIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

31 11/2015

Apresentação do Programa São Paulo Integral, que propõe diretrizes para a ampliação do tempo de permanência das crianças e adolescentes em ambiente educativo para manifestação dos munícipes.

11

POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

31 02/2016

Construção da Política Municipal para a População Imigrante que estabelece objetivos, diretrizes e princípios para o atendimento à população imigrante.

12

NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

03/2016

Apresentação de premissas, diretrizes gerais e novas funcionalidades a serem acrescentadas ao novo Portal, que a CGM pretende seguir no desenvolvimento de um novo Portal da Transparência.

13

PROJETO DE LEI PARA FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

31 03/2016

Regulamentação do funcionamento dos Conselhos Tutelares no município de São Paulo.

14

OUVIDORIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

31 03/2016

Criação da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos.

15

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

31 03/2016

Elaboração do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos, com o propósito de institucionalizar a Educação em Direitos Humanos na rede municipal de ensino.

16

MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS PARCERIAS ENTRE SMADS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

31 04/2016

Estabelecimento e ordenamento dos procedimentos a serem seguidos por SMADS e pelas Organizações de Sociedade Civil parceiras, ante as responsabilidades assumidas quando da celebração das parcerias.

17

1° PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO, SAÚDE E SERVIÇOS

31 05/2016

Propostas de ações que contribuirão com o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

18

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - MÍDIA LIVRE

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Mídia Livre, em 24 de maio de 2016.

19

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Ocupação dos Espaços, em 07 de junho de 2016.

20

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - FEMINISMO DIGITAL

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Feminismo Digital, em 12 de julho de 2016.

21

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Genocídio da Juventude Negra, em 21 de junho de 2016.

22

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - ARTE, TECNOLOGIA E POLÍTICA

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Arte, Tecnologia e Política, em 05 de julho de 2016.

23

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - HACKERATIVISMO E CYBERATIVISMO

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Hackerativismo e Cyberativismo, em 19 de julho de 2016.

24

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - DIREITO À CIDADE E CULTURA DIGITAL

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Direito à Cidade e Cultura Digital, em 22 de julho de 2016.

25

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - RODA DE CONVERSA REGIONAL ZONA NORTE

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa na Zona Norte, em 23 de julho de 2016.

26

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL - INOVAÇÃO E MERCADO

SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL: CONVÊNIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SÃO PAULO ABERTA

31 08/2016

Obter contribuição acerca dos encaminhamentos levantados na roda de conversa sobre Inovação e Mercado, em 29 de julho de 2016.

27

PL DE REGIONALIZAÇÃO DO SUS – MAIS SAÚDE EM CADA REGIÃO DA CIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

31 08/2016

PL que dispõe sobre a descentralização e a organização da saúde pública integral e do Sistema Único de Saúde nas regiões intramunicipais do município de São Paulo.

28

MINUTA DE DECRETO QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REGULAMENTO A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.146

PREFEITURA DE SÃO PAULO

31 08/2016

Primeira versão do texto a ser editado como Decreto que institucionalizará a Política Municipal para a Pessoa com Deficiência.

29

ATUALIZAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS DAS APMS E APMSUACS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

31 08/2016

Reorganização do Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APMs, dos Centros de Educação Infantil, das Escolas Municipais de Educação Infantil, Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio, Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos e dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adulto e da Associação de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos dos Centros Educacionais Unificados.

30

CONSULTA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

31 09/2016

Contribuir para a universalização da cidadania e a igualdade de direitos por meio da ampla presença de mulheres, com representatividade de sua diversidade, nos espaços de participação do município, bem como da transparência da gestão pública; fortalecendo, assim, a democracia.

31

CONSULTA PÚBLICA SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS, VERDE E MEIO AMBIENTE E AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

31 09/2016

Promoção da atuação integrada dos órgãos da administração pública municipal para assistência às pessoas em situação de acumulação, objetivando o seu bem-estar físico, mental e social e a adoção de medidas de prevenção de doenças e proteção da saúde pública.

32

CONSULTA PÚBLICA DO PLANO DE MUNICIPAL DE ESPORTE DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

31 10/2016

O objetivo do Plano é guiar as políticas públicas municipais na área do esporte pelos próximos cinco anos.

33

CONSULTA PÚBLICA SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL LEI 13.019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

31 10/2016

Reabertura da Consulta para regulamentação das novas regras de parceria entre o poder público e as organizações da sociedade civil.

34

CONSULTA PÚBLICA SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE GOVERNO ABERTO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO ABERTA

11/2016

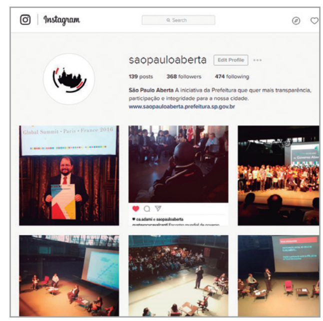
Consulta pública ao decreto que tem por objetivo fomentar, promover e fortalecer ações de transparência, participação social, integridade e inovação tecnológica no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.



REDES SOCIAIS







Em 2014 a São Paulo Aberta também entrou para as redes sociais. Até novembro de 2016, a página no Facebook tinha 10.500 curtidas e mais de 2 milhões de pessoas alcançadas. No Twitter e Instagram eram, respectivamente, 4.400 e 364 seguidores. No canal do Youtube há 677 inscritos. Todas com crescimento orgânico.

Esses novos canais de comunicação, além de divulgarem as iniciativas desenvolvidas pela São Paulo Aberta e de ações relacionadas à temática de Governo Aberto, foram meios potencializadores da participação social.

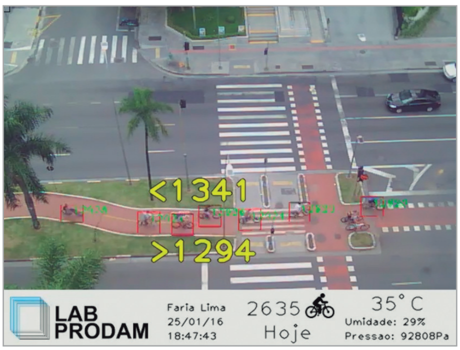
LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA PRODAM (LABPRODAM)

Em 2013, na então Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), surgiram as discussões em torno da necessidade de se desenvolver na Empresa Pública de Tecnologia da Prefeitura de São Paulo – PRODAM, a capacidade de criar soluções tecnológicas em código aberto e software livre, tanto para desktop quanto para mobile. Assim, em outubro de 2014, foi fundado o LabProdam (Laboratório de Inovação Tecnológica da Prodam), com sede na Avenida Faria Lima desde fevereiro de 2015.

O LabProdam é a primeira estrutura da PRODAM que busca fomentar o avanço tecnológico, incentivar o surgimento de novas ferramentas e tecnologias, e propiciar um ambiente de encontro entre pessoas inovadoras e que tenham interesse em promover avanços tecnológicos e digitais concretos no setor público.

O LabProdam possui como diretriz geral o uso e desenvolvimento de ferramentas em software livre, tendo por objetivo impulsionar a criação de ferramentas tecnológicas, bem como, a sua utilização por parte de servidores públicos e habitantes de São Paulo, a fim de empreender melhorias à dinâmica da cidade. Nas próximas páginas, as ferramentas desenvolvidas:

INOVAÇÕES EXTERNAS



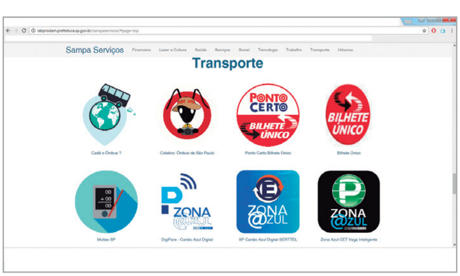
CONTADOR DE CICLISTAS

Um meio, ainda experimental, de mensurar a utilização das ciclovias a partir da captação e reconhecimento de imagens.



LABNAVIA

Jogo para celular que incentiva o uso correto da ciclovia, uma vida saudável e a educação no trânsito.



SAMPA SERVIÇOS

Reúne em único portal os principais aplicativos para celular e sites desenvolvidos pela Prefeitura de São Paulo e seus parceiros.

INOVAÇÕES EXTERNAS

LABCOMPRAS

Apresenta aos empresários interessados, em formato de planilha, todas as licitações municipais associadas com seus artigos de interesse com link de direcionamento ao edital do processo licitatório.



RUAS ABERTAS

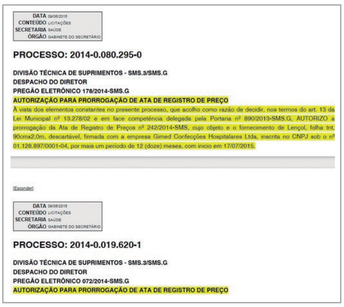
Portal (ainda em desenvolvimento) que disponibilizará mapa detalhado das ruas abertas aos finais de semana e feriado para lazer e entretenimento.



LABSOLIDÁRIO

Mapa onde doadores poderão visualizar as instituições de caridade mais próximas de suas residências.

INOVAÇÕES INTERNAS



DATA 09/06/2015
CONTEÚDO LICITAÇÕES
SECRETARIA SAÚDE
ÓRGÃO GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 2014-0.080.295-0

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SMS.3/SMS.G
DESPACHO DO DIRETOR
PREGÃO ELETRÔNICO 178/2014-SMS.G
AUTORIZAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

À vista dos elementos constantes no presente processo, que acolho como razão de decidir, nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº 13.278/02 e em face competência delegada pela Portaria nº 890/2013-SMS.G, AUTORIZO a prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 242/2014-SMS, cujo objeto e o fornecimento de Lençol, folha tnt, 90cmx2,0m, descartável, firmada com a empresa Gimed Confecções Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.128.897/0001-04, por mais um período de 12 (doze) meses, com inicio em 17/07/2015.

[Esconder]

DATA 09/06/2015
CONTEÚDO LICITAÇÕES
SECRETARIA SAÚDE
ÓRGÃO GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 2014-0.019.620-1

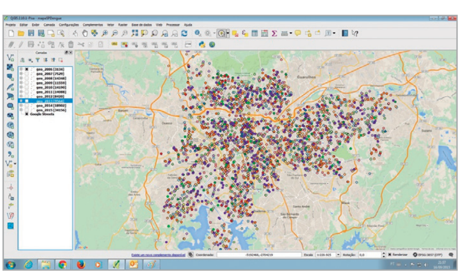
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SMS.3/SMS.G
DESPACHO DO DIRETOR
PREGÃO ELETRÔNICO 072/2014-SMS.G
AUTORIZAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

LABDIÁRIO

Sistema de busca de informações no Diário Oficial do Município.

LABVOTOS

Com um PC e uma câmera simples, o aplicativo faz contagem automática de votos e registra em foto os eleitores.



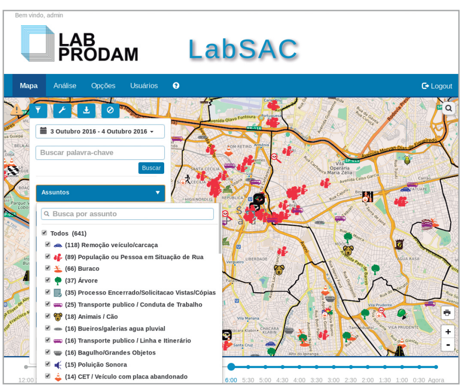
QGIS

Transita solicitações do cidadão até o órgão, que por competência, deve sanar o problema.

INOVAÇÕES INTERNAS

LABSAT

Coleta dados (BOs) que a Secretaria de Segurança passa para a CET e extrai informações de acidentes.



LABSAC

A partir dos dados recebidos pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Prefeitura, o aplicativo geolocaliza as solicitações e possibilita sua organização espacial de acordo com tipo, subprefeitura em que ocorrem, status do processo, etc.

LABVAGAS

Por meio de mapa georreferenciado, permite solicitar recolhimento de moradores em situação de rua por meio do 156. Ainda em desenvolvimento.

GOVERNO ABERTO NO MUNDO

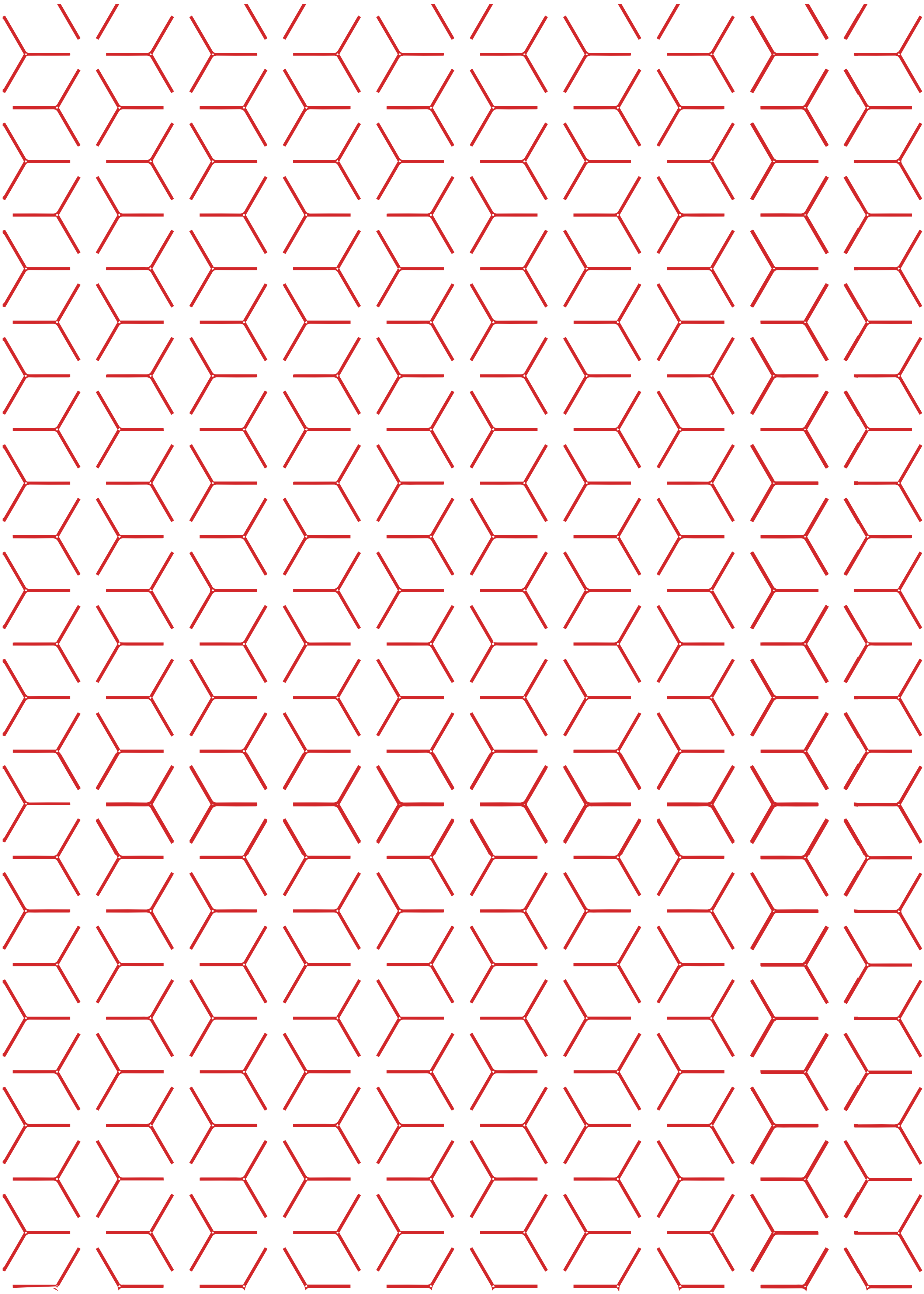


Em 28 de abril e 07 de maio de 2015, após missões realizadas pela São Paulo Aberta nos Estados Unidos, Espanha, México, Londres e Finlândia, foram realizados dois encontros de "Governo Aberto no Mundo".

Os encontros aconteceram no Solar da Marquesa de Santos para cerca de 40 servidores da Prefeitura de São Paulo, para discutir práticas internacionais de governo aberto, com base nas trocas de conhecimento ocorridas nas missões.

Além da troca de experiências, o objetivo também foi aprofundar os processos formativos de governo aberto para servidores, que apontaram as ações de transparência, participação, integridade e inovação tecnológica que praticam em suas respectivas secretarias e/ou áreas de atuação.


A SÃO PAULO QUE QUEREMOS É:
TRANSPARENTE | PARTICIPATIVA | INOVADORA | ÍNTEGRA



SÃO PAULO
TERRITÓRIO DIGITAL



O projeto São Paulo Território Digital nasceu de um convênio firmado entre o Ministério da Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura, com participação do Centro Cultural da Juventude e da São Paulo Aberta, com o objetivo de favorecer uma análise crítica e colaborativa sobre o cenário da Cultura Digital em São Paulo.

O projeto consistiu na realização de 12 encontros temáticos entre os meses de maio e agosto de 2016 para discutir temas relacionados à cultura digital na cidade de São Paulo, e de um grande encontro final de Cultura Digital.

Ao longo dos encontros, que contavam com a facilitação de membros de coletivos e de cidadãs e cidadãos envolvidos na cultura digital na cidade, à medida que eram feitas análises sobre o tema em questão e se discutia o seu impacto na dinâmica da cidade e na sociedade, era delineada a programação do I Festival da Cultura Digital de São Paulo, realizado no dia 27 de agosto de 2016, no Centro Cultural da Juventude, que contou com a realização de oficinas, workshops, debates, exibição de documentários, intervenções poéticas e shows, com a participação de cerca de 130 pessoas.

Nas próximas páginas, é possível conferir um panorama geral de cada um dos encontros.



1 MÍDIA LIVRE

LOCAL: MOBILAB

31 24/05/2016

O encontro debateu questões como a dificuldade no acesso universal à internet e como alcançar as pessoas que não estão nas redes, o poder da mídia tradicional e como superá-la com menos recursos, a falta de transparência nas redes, a estrutura de poder por trás da internet, e a dificuldade em garantir sustentabilidade e segurança para os coletivos independentes. Surgiu como encaminhamento a necessidade de extrapolar a rede e o território virtual, e articular os diferentes grupos midialivristas através de uma rede/fórum para reunir narrativas diversas.

PARTICIPANTES: INTERVOZES, JORNALISTAS LIVRES, PERIFERIA EM MOVIMENTO, PERIFERIA INVISÍVEL. DESENROLA E NÃO ME ENROLA, HUB LIVRE, R.U.A FOTO COLETIVO E SÃO MATEUS EM MOVIMENTO



2 OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

LOCAL: EDIFÍCIO MARTINELLI

31 07/06/2016

O processo histórico excludente de ocupação territorial em São Paulo, as contradições centro X periferia, o resgate das raízes e os vínculos com a terra, o estimulo às ações locais que promovem o acesso à cidade como um todo e o estímulo à potência do tempo livre foram alguns dos assuntos debatidos no encontro.

PARTICIPANTES: ECOATIVA, CASA RODANTE, A BATATA PRECISA DE VOCÊ, O MAL-EDUCADO, HUB LIVRE, ÔNIBUS HACKER E OCUPAÇÃO CULTURAL CASARÃO VILA MARA



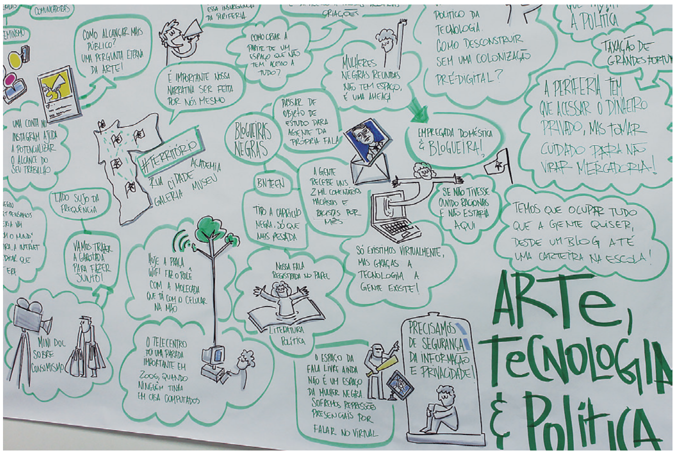
3 GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

LOCAL: AÇÃO EDUCATIVA

21/06/2016

Como abordar a violência envolvendo força policial, promotoria pública, sistema carcerário e todo um sistema que é racista? Como colocar essa questão na ordem política do país? Como civilizar racistas? Estas e outras questões, como a dificuldade do acesso à internet na periferia, e os ataques e represálias racistas no espaço virtual também foram debatidas no encontro, que teve mediação de Djamila Ribeiro. Como encaminhamentos, tivemos reflexões de que a cultura didital deve ser pensada não só como meio, mas como objeto de desconstrução de linguagens, e de repensar o espaço digital e ressignificá-lo de modo antirracista.

PARTICIPANTES: AFROGUERRILHA, CASA NO MEIO DO MUNDO, FILHOS DE URURAÍ, SÃO MATEUS EM MOVIMENTO, OCUPAÇÃO PRETA, FUNARTESP, KILOMBAGEM, PROJETO REGGARTE, COLETIVO SISTEMA NEGRO, NÚCLEO BARTOLOMEU DE DEPOIMENTOS E ARUANDA MUNDI



4 ARTE, TECNOLOGIA E POLÍTICA

LOCAL: BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

31 05/07/2016

A utilização de smartphones pelos jovens sem questionamento crítico, a obsolescência dos Telecentros, a disseminação do uso do wi-fi, o desafio de criar arte digital em um território com pouco acesso à internet e infraestrutura precária, a necessidade de se pensar em novos formatos de editais e formas de financiamento, e como se sustentar além deles, foram alguns dos assuntos debatidos.

PARTICIPANTES: EMPODERADAS, RAP FEMININO, LADO SUJO DA FREQUÊNCIA, DOLORES BOCA ABERTA, COLETIVO COLETORES E BLOGUEIRAS NEGRAS



5 FEMINISMO DIGITAL

LOCAL: PREFEITURA DE SÃO PAULO

12/07/2016

Os participantes debateram a baixa representatividade feminina em eventos, palestras, congressos e na política, a rotulação feita pela mídia da mulher periférica como vítima, feminicídio e a cultura do estupro, a presença de poucas mulheres em destaque na produção audiovisual, entre outros temas relevantes.

PARTICIPANTES: NÃO TEM CONVERSA, 33 DIAS SEM MACHISMO, NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E EMPODERADAS, ALÉM DA CINEASTA LÍVIA PEREZ E REGIANE SOARES (OFICINERA DO PROGRAMA AGENTES DE GOVERNO ABERTO)



6 CULTURA DIGITAL NA ZONA LESTE

LOCAL: CENTRO CULTURAL DA PENHA

31 16/07/2016

O encontro discutiu as ações de cultura digital que estão sendo desenvolvidas na região leste. Os coletivos apresentaram um pouco de suas ações e debateram o filme FreeNet, discutindo assuntos importantes como a neutralidade da rede e o acesso à internet.

PARTICIPANTES: COLETIVO COLETORES, CASA DE CULTURA DE SÃO MATEUS, FILHOS DE URURAÍ E PEDRO CARAVACA



7 HACKERATIVISMO/ CYBERATIVISMO

LOCAL: MOBILAB

31 19/07/2016

Proteção de dados pessoais nas redes, descentralização de movimentos, integração de frentes de cultura digital aos movimentos periféricos e a importância de mudar a realidade cultural para viabilizar mudanças na realidade das periferias foram alguns dos temas discutidos.

PARTICIPANTES: LABHACKER, COALIZÃO DIREITOS NA REDE, PONTO DE CULTURA CASA DOS MENINOS, COLETIVO SISTEMA NEGRO, MARIALAB E ANDRÉS MARTANO, AGENTE DE GOVERNO ABERTO E DESENVOLVEDOR DE APLICATIVOS DE ENGAJAMENTO CIDADÃO



8 CULTURA DIGITAL NA ZONA NORTE

LOCAL: PREFEITURA DE SÃO PAULO

23/07/2016

Como criar conteúdo digital sem recursos básicos e sem acessibilidade a políticas públicas na periferia de São Paulo? Como pensar planos pedagógicos em cultura digital que articulem praças wi-fi, telecentros e FabLabs? Como pensar formatos híbridos para melhorar a comunicação na zona norte? Essas foram algumas das questões apontadas e discutidas durante o encontro.

PARTICIPANTES: FABLAB, ESPAÇO CULTURAL INDEPENDENTE ACOLÁ, RÁDIO COMUNITÁRIA CANTAREIRA E CASA NO MEIO DO MUNDO



9 DIREITO À CIDADE E CULTURA DIGITAL

LOCAL: PREFEITURA DE SÃO PAULO

26/07/2016

Neste encontro, entre os assuntos abordados estavam as questões de que o direito à cidade também passa pelo direito de intervir na cidade e nas suas formas de produção, e a determinação da política de moradia feita pela lógica imobiliária. Um ponto em destaque discutido foi sobre o fato da agenda do direito à cidade agregar vários coletivos e sobre como isto pode ser aproveitado para fazer articulações entre movimentos.

PARTICIPANTES: FUNDAÇÃO JULITA, CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI, UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO, COLETIVO ESTOPO BALAIO, ARRUA COLETIVO E ASTRAL FOODS



10 INOVAÇÃO E MERCADO

LOCAL: MOBILAB

09/08/2016

No encontro foi abordada a questão da inovação no mercado, discutindo os benefícios e, por outro lado, a precarização do trabalho. Também foi discutido, entre outros assuntos, a configuração de inovação como solucionadora de problemas e também como precarizadora da qualidade de vida.

PARTICIPANTES: REDE MULHER EMPREENDEDORA, WOOLE, 4YOU2, HOSTELHOPS, ADESAMPA, VR4BI, ALMAPBBDO E CATARSE



11 CULTURA DIGITAL NA ZONA SUL

LOCAL: CASA ECOATIVA

20/08/2016

O encontro discutiu as ações de cultura digital que estão sendo desenvolvidas na região sul. Os temas mais discutidos foram tecnologias de comunicação, formação de redes colaborativas, redes Mesh, software e hardware livres.

PARTICIPANTES: PERIFERIA EM MOVIMENTO, QUEBRAMUNDO, ACTANTES, EXPRESSÃO CULTURAL PERIFÉRICA, PERIFERIA HACKER, CASA ECOATIVA, TV DRONE E MARIALAB



12 CULTURA DIGITAL NA ZONA NOROESTE

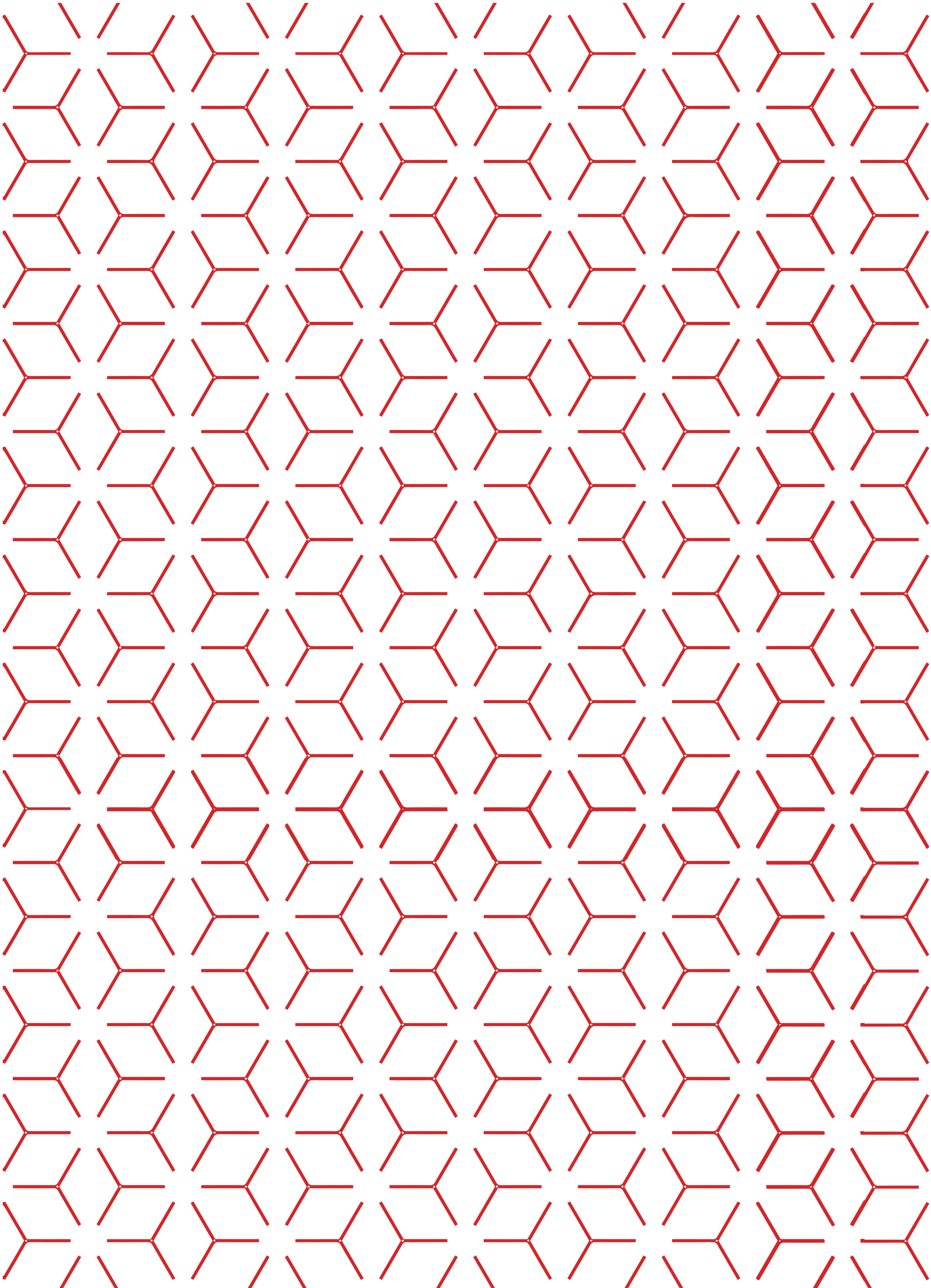
LOCAL: QUILOMBAQUE PERUS

22/08/2016

O encontro discutiu as ações de cultura digital que estão sendo desenvolvidas na região noroeste. Pontos bastante discutidos foram a neutralidade da rede, a necessidade de aprendizado tecnológico pelos coletivos e como desenvolver cultura digital num ambiente desigual de acesso à internet.

PARTICIPANTES: QUILOMBAQUE, TEATRO PANDORA E CASA DO HIP HOP


MENU
INFO.
WB
SET
AF
Velbon



RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA (OIDP)

A São Paulo Aberta inscreveu o programa Agentes de Governo Aberto à X Distinção OIDP "Boa Prática em Participação Cidadã" / 2016. Apesar de não ter sido a iniciativa premiada, foi avaliada pelo renomado júri como "uma experiência sumamente replicável, educativa e de alto impacto tanto na sociedade como ao interior das administrações públicas" e, ainda, como uma "iniciativa que reflete o compromisso de promover a criação de uma agenda compartilhada entre sociedade e governo, que contribui para o cumprimento de objetivos institucionais; melhora da gestão de maneira constante; encaminhamento de dificuldades sociais; e favorece a formação de uma cidadania mais capacitada no exercício de seus direitos e obrigações".

REUNIÕES E VISITAS

ANJA WEDY GUELPA, CHANCELER DE ESTADO, E SEVÉRIN GUELPA – INTEGRANTE DO PARTIDO SOCIALISTA SUÍÇO

Em maio de 2016, Anja Wyden Guelpa, chanceler de Estado, e Sevérin Guelpa, integrante do Partido Socialista Suíço, tiveram uma reunião com Gustavo Vidigal, coordenador da São Paulo Aberta para conhecerem a iniciativa e se inspirarem para o desenvolvimento de uma política de participação social na Suíça.

LUC DORAY – SECRETÁRIO-GERAL DO ESCRITÓRIO DE CONSULTAS PÚBLICAS DE MONTREAL / CANADÁ

Luc Doray, secretário-geral do Escritório de Consultas Públicas de Montreal e especialista em Democracia Participativa, também se reuniu com Gustavo Vidigal em julho de 2016 para conhecer a São Paulo Aberta e trocar experiências.

ANCA MATIOC – LÍDER DO PROGRAMA MATCHBOX NA AMÉRICA LATINA

Em maio de 2016, a São Paulo Aberta atendeu a convocatória do programa Matchbox na America Latina, que visava apoiar iniciativas com capacidades técnicas e recursos limitados, inscrevendo o programa Agentes de Governo Aberto. A iniciativa não passou na segunda etapa de seleção, mas chamou a atenção de Anca Matioc, líder do programa na América Latina, que conversou com o coordenador da São Paulo Aberta, se disponibilizando a apoiar, ainda que de forma menor, a condução da iniciativa, por meio de diálogos, aconselhamento e indicação de organizações que pudessem contribuir com o seu desenvolvimento.

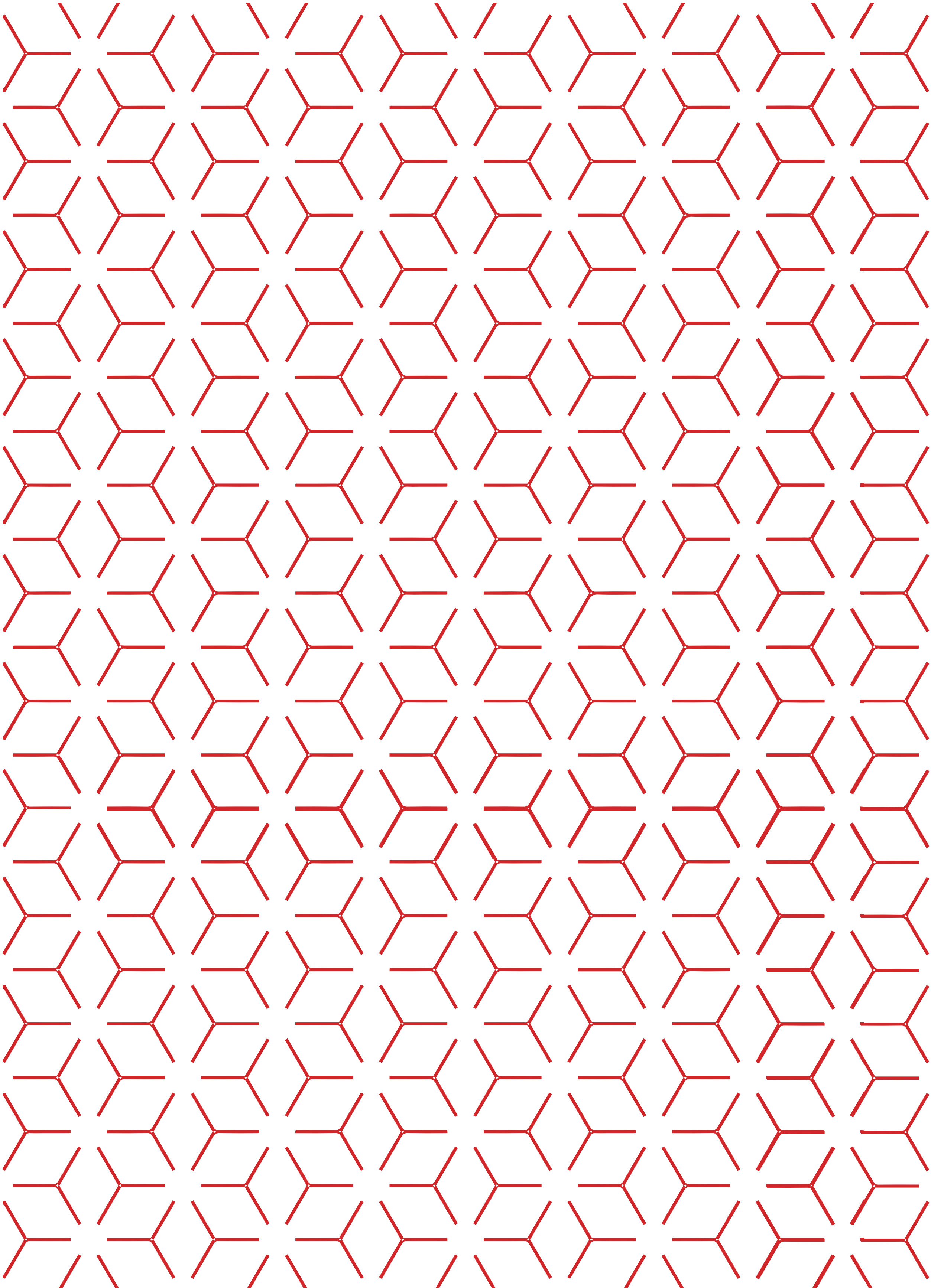
DANIEL GERSON E MARCO DAGLIO – OCDE

Daniel Gerson e Marco Daglio, representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, visitaram a São Paulo Aberta em novembro de 2016, para conhecer, especificamente, o programa Agentes de Governo Aberto. Conversaram com a equipe, com alguns agentes do programa e compareceram à oficina Animação em Stop Motion, realizada para multiplicadores dos CEDESP's na ESPASO, Escola de Assistência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

ENCONTRO ABERTO PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS EM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em outubro, a São Paulo Aberta promoveu o Encontro Aberto para Troca de Experiências em Participação Social, no Solar da Marquesa de Santos, com o professor, psicólogo, sociólogo e pesquisador italiano radicado em Portugal, Roberto Falanga.

Falanga foi premiado com a VII Distinção do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) "Boa Prática em Participação Cidadã", com o programa Bairros e os Domínios Prioritários da Intervenção, implantado em Lisboa.



PLANO DE AÇÃO EM GOVERNO ABERTO



Em abril de 2016, com outros 14 governos subnacionais, a cidade de São Paulo foi escolhida para compor o programa Cidades Pioneiras pela Open Government Partnership, uma iniciativa internacional lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, que objetiva fortalecer a cultura de governo aberto no mundo. A escolha se deu devido à criação da São Paulo Aberta e seu programa de formação Agentes de Governo Aberto, e da Controladoria Geral do Município e suas ações de transparência e acesso à informação. Tais ações alçaram São Paulo à posição de primeira capital brasileira mais bem avaliada na Escala Brasil Transparente da Controladoria Geral da União - que avalia o cumprimento da Lei de acesso à Informação (LAI) - com nota máxima em transparência.

Em decorrência da escolha de São Paulo, a Prefeitura recebeu a incumbência de construir um Plano de Ação Piloto contendo de 3 a 5 compromissos em Governo Aberto, a serem implementados em 2017. Para isso, a São Paulo Aberta constituiu uma Comissão Organizadora responsável pela condução de todo o processo.

Com uma metodologia própria e preocupada em traçar os objetivos de forma participativa, a Comissão constituiu um diagnóstico por meio da aplicação de questionários físicos e online que abrangiam questões pertinentes ao conceito de governo aberto, para aferir o entendimento da sociedade sobre o tema, focando nos servidores públicos e nos participantes das oficinas do programa Agentes de Governo Aberto. A etapa diagnóstica se deu entre os dias 25/08/2016 e 18/09/2016 e recebeu 429 contribuições no total, sendo 247 relativas ao questionário online e 182 relativas ao questionário físico.

Foram obtidas também 23 contribuições de um questionário aplicado entre os dias 30/08 e 08/09/2016 às entidades, organizações, movimentos sociais e populares interessados em compor um Fórum de Gestão Compartilhada e participar do processo de escolha de seus membros, que ocorreu mediante chamamento público. O objetivo do Fórum é contribuir com o processo de elaboração do plano e acompanhar a implementação dos compromissos em 2017. Inicialmente, conforme o chamamento, o Fórum seria composto por:

- 01 entidade da sociedade civil que desenvolvesse projetos de transparência e dados abertos;
- 01 entidade da sociedade civil que desenvolvesse projetos de inovação tecnológica;
- 01 entidade da sociedade civil que desenvolvesse projetos de integridade pública;
- 02 entidades da sociedade civil da área de participação social, representantes de movimentos sociais e movimentos populares;
- 01 organização que pertencesse ao segmento acadêmico;
- 01 representante do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da cidade de São Paulo (CIGA-SP).

Porém, diante do número de inscrições recebidas e do número de entidades que compareceram à reunião de apresentação das entidades inscritas, a Comissão Organizadora, por aclamação, ampliou o número de entidades de seis para oito, dando maior pluralidade ao Fórum, não havendo necessidade de votação. Assim, o Fórum foi formado por:

02 ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL QUE DESENVOLVEM PROJETOS DE TRANSPARÊNCIA E DADOS ABERTOS:

- OPEN KNOWLEDGE BRASIL
- TRANSPARÊNCIA BRASIL

01 ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL QUE DESENVOLVE PROJETOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA:

- LABORATÓRIO BRASILEIRO DE CULTURA DIGITAL

01 ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL QUE DESENVOLVE PROJETOS DE INTEGRIDADE PÚBLICA:

- WRI BRASIL CIDADES SUSTENTÁVEIS

01 ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL DA ÁREA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REPRESENTANTE DE MOVIMENTOS SOCIAIS:

- LIGA SOLIDÁRIA

02 ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTES NAS ÁREAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS POPULARES:

- MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
- ASSOCIAÇÃO DE PROJETOS INTEGRADOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PIDS DRT

01 ORGANIZAÇÃO QUE DESENVOLVE PROJETOS EM GOVERNO ABERTO:

- REDE PELA TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL – RETPS

01 REPRESENTANTE DO COMITÊ INTERSECRETARIAL DE GOVERNO ABERTO:

- GUSTAVO VIDIGAL - SECRETÁRIO ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS, COORDENADOR DA SÃO PAULO ABERTA E DO COMITÊ INTERSECRETARIAL DE GOVERNO ABERTO

A consolidação do Fórum ocorreu em 12 de setembro e, a partir daí, foram realizadas reuniões semanais para definir a metodologia de elaboração dos compromissos do Plano de Ação. O diagnóstico dos questionários evidenciou a percepção das entidades, dos cidadãos e das cidadãs em relação ao conceito de Governo Aberto. Desta forma, o Fórum levantou problemas que foram sistematizados e distribuídos em 9 temas gerais: Participação, Comunicação, Conhecimento, Institucionalização, Abertura de Dados, Uso de Tecnologia Livre, Dados Pessoais, Apropriação de Dados e Infraestrutura.

Uma resolução derivada das primeiras reuniões foi a necessidade de envolver a sociedade de maneira mais efetiva na construção do Plano. Para isso, foram realizadas 3 oficinas regionais: no Centro Cultural da Penha (Região Leste – 18/10), no Laboratório de Mobilidade Urbana - Mobilab (Região Central – 19/10), e no Ponto de Economia solidária e Cultural do Butantã (Região Oeste – 20/10), que contaram com a participação de 73 cidadãos e cidadãs representando 45 organizações da sociedade civil.

Durante cada oficina territorial, dentre os 9 temas gerais apresentados, os (as) participantes priorizaram temas e manifestaram opiniões que resultaram na elaboração de 12 compromissos, distribuído nos 5 eixos temáticos mais citados: Participação, Conhecimento, Comunicação, Institucionalização, Abertura de Dados e Uso de Tecnologia Livre.

Concomitantemente à realização das oficinas territoriais, foi realizada consulta online para ampliar a participação na construção dos compromissos. A consulta seguia dinâmica semelhante à aplicada nas oficinas territoriais. Os internautas escolhiam um dentre os 9 problemas apresentados e sugeriam uma possível solução.

Assim, a partir das contribuições da consulta online, foram acrescentados outros 4 compromissos escolhidos pelo Fórum. Os 12 compromissos decorrentes das oficinas e os 4 decorrentes da consulta, totalizaram 16 compromissos que, na etapa seguinte, foram submetidos à votação online entre os dias 26/10/2016 e 06/11/2016, e obteve a participação de 712 votantes. O internauta deveria votar em um compromisso por eixo, conforme descrito nas próximas páginas (em vermelho, o compromisso mais votado):

1 PARTICIPAÇÃO

- Aumentar o poder de intervenção dos Conselhos Participativos Municipais em suas respectivas Subprefeituras, criando sessões abertas deliberativas para acolher as propostas e demandas dos munícipes. (42,84%, 305 votos)
- O Fórum de Gestão Compartilhada deverá realizar em conjunto com movimentos sociais e populares e entidades da sociedade civil uma conferência de políticas de governo aberto e monitoramento dos compromissos firmados por São Paulo.
- Realizar uma agenda de prestação de contas da Prefeitura Municipal que envolva o conjunto de conselhos.
- Fortalecer os processos formativos com encontros presenciais nos territórios.

2 CONHECIMENTO

- Ampliar o Programa Agentes de Governo Aberto, enquanto programa permanente de educação e cidadania, garantindo a articulação territorial e a capilaridade para alcançar o maior número de pessoas. (63,06%, 449 votos)
- Criar banco de dados de boas práticas em governo aberto para ampliar e disseminar conhecimentos, informando massivamente as experiências testadas e implementadas internacionalmente.

3 COMUNICAÇÃO

- Aumentar o uso de meios de comunicação pela prefeitura, divulgando as ações de governo aberto em jornais, TVs, ônibus, equipamentos públicos, mídias alternativas, em diálogo com o legislativo, a fim de que esses meios sejam lugares estratégicos de comunicação permanente. (50,98%, 363 votos)

- Promover uma campanha de divulgação das ações de Governo Aberto, em meios virtuais e presenciais, por meio de uma linguagem mais visual, objetiva, simples e acessível, envolvendo servidores (como agentes de saúde) e integrando movimentos e entidades.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Criar uma rede de servidores que envolva todas as secretarias, entes e equipamentos municipais, dialogando com o CIGA (Comitê Intersecretarial de Gov. Aberto) e a SP Aberta. (37,41%, dos 266 votantes)

- Estabelecer quota mínima de oficinas e cursos sobre governo aberto na EMASP e outras escolas municipais para servidores (presenciais e online), incentivando a participação de conselheiros para que resulte na formação de agentes de governo aberto;

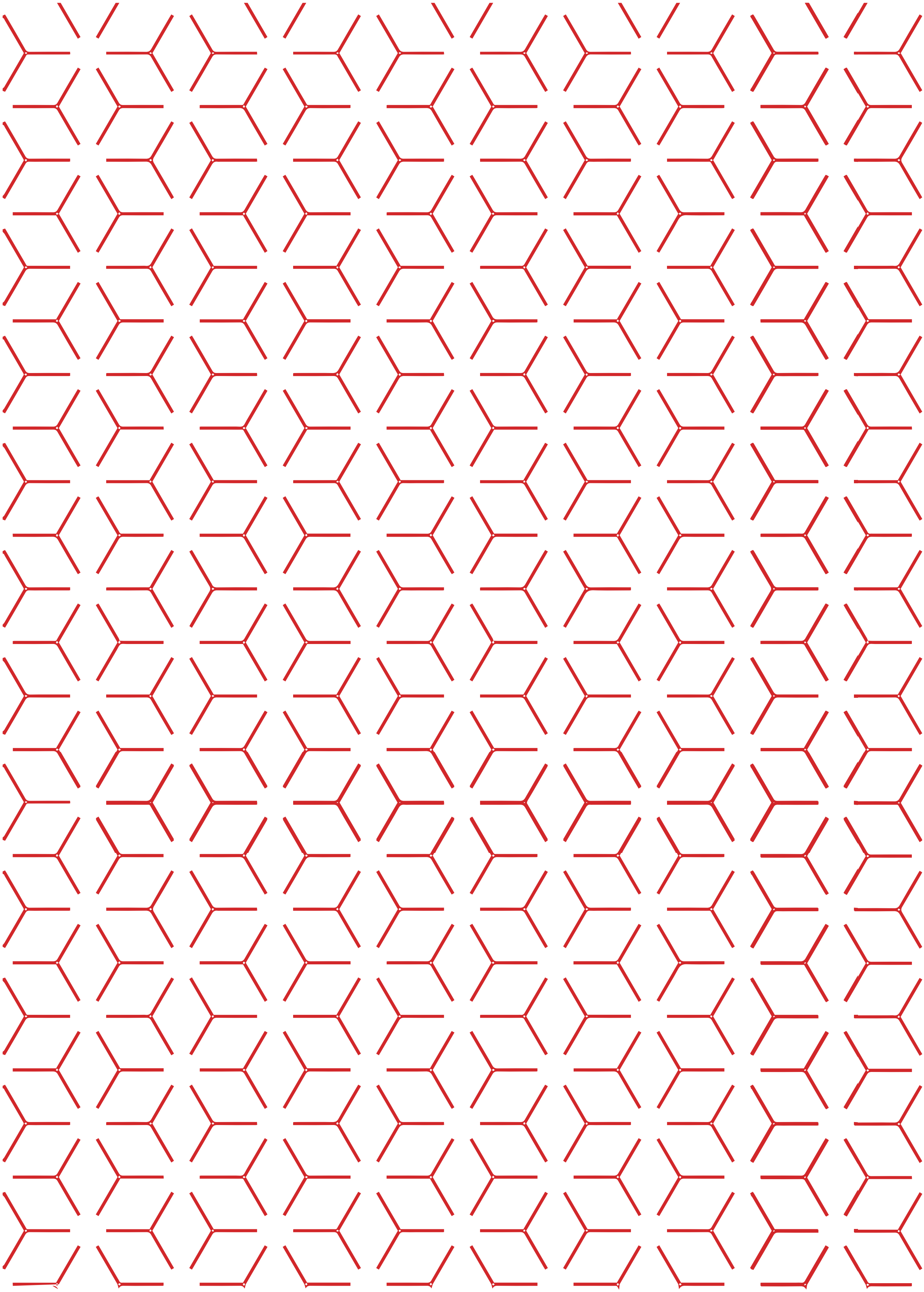
- Criar um grupo interno de governo aberto com ação intersetorial a fim de envolver todas as secretarias municipais, regulamentado por legislação que baseie a construção de uma cultura de governo aberto.

5 ABERTURA DE DADOS / USO DE TECNOLOGIA LIVRE

- Aperfeiçoar o LabProdam, tornando-a mais aberta, mapeando os grupos que já trabalham com tecnologia livre, grupos de jovens, start ups e coletivos para criar projetos tendo como referência o MobiLab. (23,88%, 170 votos)
- Manter aberta e atualizada as bases de dados já existentes no Portal de Dados Abertos e ampliar a abertura das bases listadas no catálogo.
- Criar um portal único com chat, ferramenta de busca, filtros, e que integre as subprefeituras, diário aberto e plano de metas aberto.
- Divulgar contratos e informações da gestão dos recursos públicos pelos subcontratados pela prefeitura como, por exemplo, gastos que são efetuados, com funcionários, equipamentos e serviços.
- Criar uma política de licenciamento livre para todos os conteúdos produzidos nos órgãos municipais fazendo de São Paulo a cidade do conhecimento livre e aberto.

Eleitos os cinco compromissos, o Fórum de Gestão Compartilhada estabeleceu as respectivas etapas de implantação que também foram apresentadas e discutidas no I Encontro Nacional de Governo Aberto, ocorrido no Centro Cultural São Paulo, em 29 de novembro de 2016, a fim de enriquecer sua construção e envolver outros atores.

É importante ressaltar que a construção do Plano de Ação em Governo Aberto para a cidade de São Paulo se apresentou como um desafio para a São Paulo Aberta, uma vez que se trata de iniciativa pioneira sem modelos precedentes de construção e implantação em governos locais. Concebê-lo de forma participativa foi a principal preocupação da Comissão e do Fórum de Gestão Compartilhada, que agora assume a responsabilidade de acompanhar a implantação dos compromissos ao longo de 2017 e avaliar a sua efetividade.



PROGRAMA AGENTES DE GOVERNO ABERTO



O Programa Agentes de Governo Aberto foi criado e era executado de maneira intersecretarial, coordenado pela São Paulo Aberta e pelas Secretarias de Cultura, Relações Internacionais e Federativas, Relações Governamentais e Controladoria Geral do Município.

Por meio de Edital foram selecionadas 48 propostas de formação, distribuídas entre quatro categorias temáticas: Transparência; Mapeamento Colaborativo e Gestão Participativa; Tecnologia Aberta e Colaborativa; e Comunicação em Rede, e divididas entre dois Ciclos Formativos: Primeiro Ciclo, de novembro de 2015 a abril de 2016, e Segundo Ciclo, de maio a outubro de 2016.

O objetivo do Programa foi descentralizar as discussões sobre governo aberto e capacitar cidadãs e cidadãos das 32 regiões administrativas do município nas temáticas de participação, transparência e inovação tecnológica.

Para isso, cada bolsista recebia R$ 1 mil (1000 BRL) para promover 10 horas mensais de formação que visavam difundir as temáticas de governo aberto, além de produzir e disponibilizar materiais relacionados aos cursos e oficinas, e participar de todos os processos de acompanhamento, formação e discussão do programa com a Prefeitura.

ETAPAS DO PROCESSO

1. FORMULAÇÃO
2. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DIVULGAÇÃO
3. EXECUÇÃO
4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1 FORMULAÇÃO

De abril a junho de 2015 foi desenhado todo o escopo do Programa, pactuado entres as Secretarias parceiras, e formulado e formatado o Edital para selecionar propostas de Agentes Formadores na Cultura de Governo Aberto. Durante este processo foram realizadas várias reuniões com diversos atores sociais: movimentos e coletivos, estudantes, professores, e sociedade civil, que colaboraram com a formatação do projeto.

2 RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DIVULGAÇÃO

Em julho de 2015 foi lançado o edital de seleção de propostas de Agentes Formadores na Cultura de Governo Aberto.

Na fase de divulgação do Edital e recebimento de propostas, foi adotada nos meios digitais e impressos uma estratégia de comunicação participativa, por meio da criação de histórias que aproximavam os eixos de inscrição do Edital do cotidiano das pessoas, mostrando que todos poderiam ser Agentes de Governo Aberto; foram realizadas também transmissões ao vivo pelo Portal São Paulo Aberta com interação dinâmica, e oficinas presenciais para explicar o Edital e tirar dúvidas.

Em agosto de 2015, e em meio a 250 projetos inscritos, o Núcleo de Gestão selecionou as melhores 48 propostas, as quais foram divididas em dois Ciclos Formativos: Primeiro Ciclo, novembro de 2015 a Abril de 2016, e Segundo Ciclo, de maio a outubro de 2016.

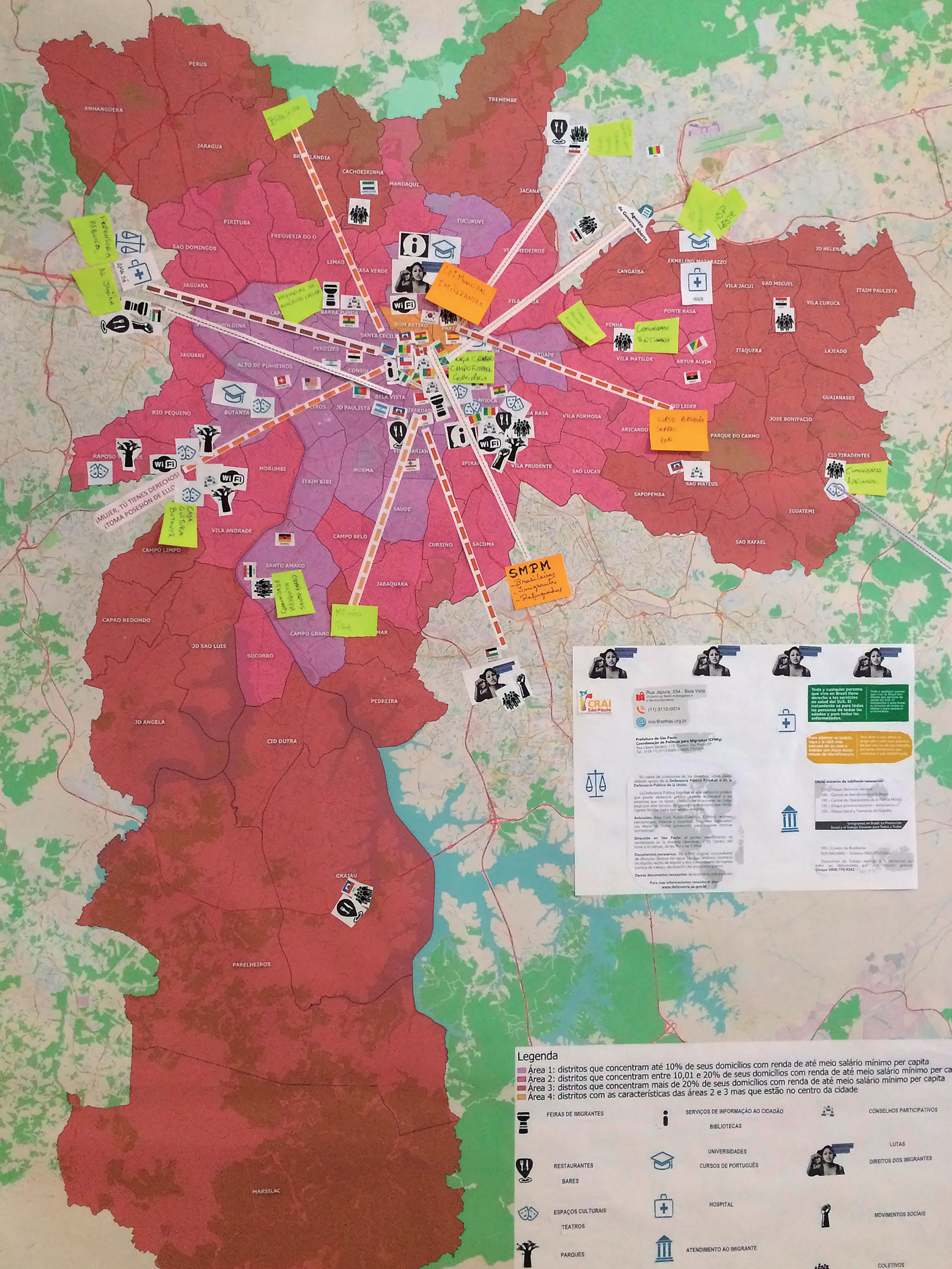
3 EXECUÇÃO

de novembro de 2015 a abril de 2016, as 24 oficinas do Primeiro Ciclo foram oferecidas gratuitamente em todas as 32 regiões administrativas de São Paulo. Foram estabelecidas parcerias com a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Cultura (SMC) e Assistência Social e Desenvolvimento Social (SMADS) em equipamentos que possibilitaram levar as oficinas para servidores da Prefeitura, Conselheiros Gestores da Saúde, Conselheiros Participativos e beneficiários dos Programas Jovem SUS, Juventude Viva, Agente SUAS, Jovens Monitores Culturais e Agentes de Inclusão Digital e interessados em geral, promovendo a produção e a difusão de técnicas, ferramentas e metodologias capazes de articular a cultura participativa nas categorias mencionadas, contribuindo para a territorialização das ações de governo aberto na cidade.

As oficinas e cursos do Programa Agentes de Governo Aberto tiveram, ao todo, 15.156 participantes.

4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento e avaliação do Programa foi estruturado em três pilares: avaliação pelo público, no qual os participantes das oficinas foram convidados a avaliar as atividades formativas e dar sugestões de melhorias; avaliação realizada pelos Agentes Formadores, por meio de relatórios parciais e finais; e avaliação realizada pelo núcleo operacional do edital, por meio de monitoramento e acompanhamento contínuo das oficinas, com visitas e participações, e contato com os parceiros envolvidos.



PERUS
ANHANGUERA
JARAGUA
TREMEMBE
CACHOEIRINHA
MANDAQUI
JACANA
TUCURUVI
PIRITUBA
SAO DOMINGOS
FREGUESIA DO O
LIMAO
CASA VERDE
JAGUARA
JAGUARE
ALTO DE PINHEIROS
PERDIZES
BUTANTA
RIO PEQUENO
RAPOSO
MORUMBI
ITAIM BIBI
MOEMA
SAUDE
VILA ANDRADE
CAMPO LIMPO
CAMPO BELO
SANTO AMARO
CURSINO
SACOMA
JABAQUARA
CAPAO REDONDO
JD SAO LUIS
SOCORRO
CAMPO GRANDE
PEDREIRA
JD ANGELA
CID DUTRA
GRAJAU
PARELHEIROS
MARSILAC
BOM RETIRO
SANTA CECILIA
BELA VISTA
LIBERDADE
JD PAULISTA
MOOCA
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA FORMOSA
SAO LUCAS
SAPOPEMBA
ARICANDUVA
PENHA
VILA MATILDE
ARTUR ALVIM
CANGAIBA
ERMELINO MATARAZZO
PONTE RASA
VILA JACUI
SAO MIGUEL
JD HELENA
ITAIM PAULISTA
VILA CURUCA
ITAQUERA
LAJEADO
GUAIANASES
JOSE BONIFACIO
PARQUE DO CARMO
CID LIDER
SAO MATEUS
IGUATEMI
SAO RAFAEL
CID TIRADENTES
Lei Municipal Imigrantes
SMPM
- Brasileiras
- Imigrantes
- Refugiadas
Comunidade Haitianos
Comunidade Africanos
USP LESTE
¡MUJER, TÚ TIENES DERECHOS!
¡TOMA POSESIÓN DE ELLOS!
Legenda
Área 1: distritos que concentram até 10% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita
Área 2: distritos que concentram entre 10,01 e 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per ca
Área 3: distritos que concentram mais de 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita
Área 4: distritos com as características das áreas 2 e 3 mas que estão no centro da cidade
FEIRAS DE IMIGRANTES
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
BIBLIOTECAS
CONSELHOS PARTICIPATIVOS
UNIVERSIDADES
CURSOS DE PORTUGUÊS
LUTAS
DIREITOS DOS IMIGRANTES
RESTAURANTES
BARES
ESPAÇOS CULTURAIS
TEATROS
HOSPITAL
MOVIMENTOS SOCIAIS
PARQUES
ATENDIMENTO AO IMIGRANTE
COLETIVOS

OFICINAS DO PRIMEIRO CICLO (NOVEMBRO/2015 A ABRIL/2016)

MAPEANDO A CIDADE

AGENTE: ADRIANA QUEDAS

Curso voltado para formar cidadãos em metodologia de coleta, tratamento e armazenamento e análise de dados para a elaboração de mapas digitais utilizando um software livre para celulares com sistema Android.



CARTOGRAFIA CULTURAL

AGENTE: ALUÍZIO MARINO

Oficina teórica e prática sobre cartografia social e técnicas de georreferenciamento. O foco das atividades de formação era a relação entre a ação/produção cultural e os territórios da cidade de São Paulo.



CONSTRUINDO OS SABERES PARA UMA CULTURA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

AGENTE: DANIEL BRUNO DA SILVA

Debater com os participantes sobre a importância da participação social e sobre as ferramentas necessárias para o acompanhamento da gestão pública local eram os objetivos da oficina.



GEORREFERENCIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

AGENTE: CAIO CARDOSO LUCENA

O curso ensinava a mapear e georreferenciar as informações sobre políticas públicas na cidade, utilizando softwares livres e gratuitos.



MAPEOLÁ

AGENTE: JULIANA DE ANDRADE MEIRA

A oficina abordava o uso do mapeamento colaborativo /informação geolocalizada como ferramenta para informação e qualificação da participação social, por meio do reconhecimento das questões mais relevantes para a localidade, em processos de sensibilização simbólica, pesquisa de campo, uso de ferramentas livres e imersão em princípios e iniciativas de Governo Aberto.



#ONDE É O ROLE

AGENTE: JÉSSICA CERQUEIRA DOS SANTOS

A oficina ensinava a mapear o georreferenciar as informações sobre os eventos e iniciativas que promovem a cultura na cidade. A principal ferramenta utilizada era o SPCultura.



COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES INDEPENDENTE DA MÍDIA

AGENTE: EDUARDO PRETEL

Ensinar a dominar a tecnologia para a elaboração de banco de dados e a utilização destes em plataforma web eram os objetivos do curso.



CUIDANDO DO MEU BAIRRO

AGENTE: ANDRÉS MANTECON RIBEIRO MARTAN

A oficina que apresentava o Cuidando do Meu Bairro, uma ferramenta aberta e de uso livre que auxilia os cidadãos a acompanharem a implementação de políticas públicas nos bairros de São Paulo. Também eram discutidos temas como o acesso à informação e as tecnologias livres.



DESENVOLVIMENTO COM TECNOLOGIAS LIVRES

AGENTE: FELIPE CORDEIRO

Curso com propósito de capacitar tecnicamente o público em lógica de programação, desenvolvimento de aplicativos para computadores, celulares e web, utilizando ferramentas livres e gratuitas.



INTRODUÇÃO À LÓGICA DA PROGRAMAÇÃO APLICADA AO GOVERNO ABERTO

AGENTE: WELLINGTON DA SILVA

Curso básico de programação de softwares que envolvia aulas práticas de lógica de programação, sempre conectando tecnologias livres e governo aberto.



MULTITUDE SOFTWARE LIVRE – CODE DOJO CENTRAL DADOS ABERTOS

AGENTE: THIAGO ANDRADE DA PAIXÃO

Curso voltado para quem tinha a intenção de aprender e treinar a arte de programação em um ambiente aberto e colaborativo utilizando a metodologia “Code Dojo”. Através de jogos, se ensinava a programar.



PROGRAMAÇÃO INTERFACE WEB – CRIANDO SITES RESPONSIVOS PARA DESKTOP E MOBILE

AGENTE: LEANDRO VELOSO

Neste curso o participante aprendia a criar sites para celular e computador usando software livre. Conteúdos de diagramação, lógica de programação básica também eram abordados.



ACESSO À INFORMAÇÃO – TEORIA E PRÁTICA

AGENTE: LEANDRO FAGUNDES COELHO

Entender a Lei de Acesso à Informação e a utilização de mecanismos e ferramentas de pedidos de acesso à informação para solicitar informações à prefeitura, eram as temáticas abordadas na oficina.



BASE COMUM DE INFORMAÇÕES DE DADOS DAS DEMANDAS DA CIDADE

AGENTE: MARIA DE FÁTIMA GOMES RODRIGUES

Nesta oficina os alunos aprendiam como funciona o Sistema de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura de São Paulo (SAC) e como utilizar o serviço para cadastrar demandas de serviço ou denúncia para a prefeitura.



LABEXPERIMENTAL DO HACKERATIVISMO

AGENTE: JONAYA DE CASTRO GARBE

O curso apresentava o conceito de “hacker” e introduzia o que é cultura por meio de conceitos e técnicas de recolhimento e visualização de dados para a construção de um trabalho colaborativo na área de transparência e dados abertos.



LAMBE-LAMBE DA TRANSPARÊNCIA

AGENTE: GUSTAVO FELIPE FERREIRA DE ALENCAR

A oficina ensinava os participantes a produzir Lambe-Lambe, um pôster colado em espaços públicos para divulgar e espalhar informações pela cidade, utilizando dados sobre políticas municipais.



PESQUISA, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS ABERTOS

AGENTE: PABLO VINÍCIUS PATERNOSTRO

A oficina ensinava a confeccionar planilhas e gráficos utilizando dados e informações da cidade. Além disso, os participantes ainda aprendiam como realizar pedidos de acesso à informação.



CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO MULTIMÍDIA

AGENTE: OSVALDO SANTANA

A oficina capacitava interessados em produzir, editar e finalizar arquivos multimídia, a partir do uso de software livre.



ESTRATÉGIAS DE MÍDIAS DIGITAIS PARA CAUSAS SOCIAIS

AGENTE: CARINE ROSS

Curso voltado para cidadãos interessados em entrar nas redes sociais e se interarem em como promover campanhas sociais por meio das redes sociais, e de como essas campanhas podem ser importantes para a mobilização e articulação social.



GÊNERO E PODER – RECONSTRUINDO AS COMUNICAÇÕES NAS REDES

AGENTE: MARTHA LOPES

Conjunto de oficinas que apresentava técnicas de comunicação em rede, bem como de criação de conteúdo para blogs e redes sociais com foco na criação de uma campanha feminista que auxilie no combate à opressão de gênero.



RÁDIO COMUNITÁRIA

AGENTE: PEDRO GARBELLINI DA SILVA

Conjunto de oficinas de formação em rádio e produção de conteúdo multimídia. A proposta tinha objetivo de difundir a agenda de governo aberto do município de São Paulo a partir do uso de software livre.



REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PARTICIPATIVO

AGENTE: VALÉRIA RIBEIRO DA COSTA

O curso habilitava o participante a produzir conteúdos multimídias para as redes sociais a partir de software livre, com o objetivo de contribuir na construção do conhecimento participativo.



TÉCNICAS DE CRIAÇÃO PARA PRODUÇÃO MULTIMÍDIA

AGENTE: FERNANDO LOPES RODRIGUES DOS SANTOS

O participante trabalhava com softwares livres para criar e editar arquivos multimídia. Com exercícios teóricos e práticos, a proposta do curso era estimular a criação de artes para comunicação visual impressa e virtual.



INDICADORES DO PRIMEIRO CICLO

O primeiro ciclo do programa capacitou 6.914 cidadãos e cidadãs. Os quadros seguintes mostram a quantidade de pessoas capacitadas em temas de governo aberto por oficina (Tabela 1), e por tipo de público (Tabela 2):

NOME DA OFICINA	PARTICIPANTES	%
Acesso à informação - Teoria e prática	815	12%
Cuidando do meu bairro	718	10%
Multitude software livre: Code Dojo Central Dados Abertos	660	10%
Base comum de informações das demandas da cidade	1345	19%
Cartografia social aplicada à cultura periférica	315	5%
Pesquisa, análise e apresentação de dados abertos	250	4%
Gênero e poder - reconstruindo a comunicação nas redes	547	8%
#Ondeéorolê?	329	5%
Programação de interfaces web: criando sites responsivos	108	2%
Construindo os saberes para um cultura de participação política	188	3%
LabExperimental de Hackerativismo	162	2%
Mapeando a cidade	167	2%
Lambe-lambe da transparência	74	1%
Estratégias de mídias digitais para causas sociais	159	2%
MapeOlá	127	2%
Redes sociais e multimídia	227	3%
Técnicas de criação para produção multimídia	134	2%
Rádio comunitária	275	4%
Criação e divulgação multimídia	90	1%
Introdução à lógia de programação aplicada ao governo aberto	87	1%
Georreferenciando políticas públicas	80	1%
Compartilhando informações independente da mídia	36	1%
Desenvolvimento com tecnologias livres	21	0%
TOTAL	6.914	100%

TABELA 1- Público por oficina do primeiro ciclo

Conselheiros e trab. da saúde	Conselheiros participativos	Jovens SUS	Jovem monitor cultural	Juventude Viva	Agente SUAS	Servidores	CEDESP	Agentes da Inclusão	Público geral	TOTAL
1387	588	416	616	400	334	278	335	415	2145	6914
20%	9%	6%	9%	6%	5%	4%	5%	6%	31%	100%

TABELA 2- Tipo de Público do Programa (Tpp) - Primeiro ciclo
Fonte: São Paulo Aberta

As oficinas do Primeiro Ciclo foram geograficamente distribuídas dando prioridade ao ‘rodízio’ de cada curso nas regiões, ou seja, a alocação foi feita de modo que nenhuma oficina deixasse de ser oferecida em cada uma das 4 regiões em que o programa dividiu a cidade (Centro-Oeste, Leste, Norte e Sul). Na tabela a seguir podemos observar como as horas totais de formação foram alocadas no território; a contribuição de cada região para o total de participantes do programa, e a proporcionalidade entre a parcela de horas de formação oferecidas em determinado território e a parcela da população que este abriga.

Região	% População	% Horas	% Público	% Horas por região / % população da região	% participantes por região / % população da região
ZO	13%	26%	26%	2,0	2,0
ZL	36%	27%	28%	0,8	0,8
ZN	20%	26%	16%	1,3	0,8
ZS	32%	21%	31%	0,7	1,0
Total	100%	100%	100%	-	-

Tabela 3: Horas por região (Hpr), Participantes por região (Ppr) e proporção entre a distribuição das horas e dos participantes e a população da região
Fonte: São Paulo Aberta e Censo 2010

Para além dos aspectos quantitativos das oficinas, há algumas informações de avaliação qualitativa que merecem destaque. As oficinas e agentes de formação na cultura de Governo Aberto foram bem avaliados pelo público durante o primeiro ciclo, e as respostas ‘Bom’ ou ‘Ótimo’ para os aspectos selecionados (disponibilidade de informações, conhecimento e didática dos agentes, compreensão e aplicabilidade dos assuntos tratados) supera 70% dos formulários respondidos (tabela 4).

Indicador	Descrição	Valor
Qlof	% de ótimo ou bom para informações sobre as oficinas	Qlof = 78%
Qleq	% de ótimo ou bom para os equipamentos utilizados	Qleq = 67%
Qlag	% ótimo ou bom para os conhecimentos do agente	Qlag = 88%
Qldd	% ótimo ou bom para didática do agente	Qldd = 85%
Qlas	% ótimo ou bom para compreensão do assunto da oficina	Qlas = 78%
Qlap	% ótimo ou bom para aplicabilidade do conteúdo na vida cotidiana	Qlas = 70%

Tabela 4: avaliação das oficinas pelos participantes



OFICINAS DO SEGUNDO CICLO (NOVEMBRO/2015 A ABRIL/2016)

CONHECER PARA OCUPAR

AGENTE: DAIANE GRIGÓRIO QUINTÃO DA SILVA

O curso buscava capacitar os cidadãos a mapearem ações culturais e de interesse social que ocorriam nos seus bairros e regiões, utilizando programas de georreferenciamento livres e gratuitos. O mapeamento colaborativo é importante, pois os dados coletados (sejam eles de lugares centrais, sejam das periferias) geram uma rede que potencializa a ocupação da cidade e cria vínculos de socialização e cultura.



CUIDANDO DA MINHA QUEBRADA

AGENTE: LETÍCIA CARDOSO

Essa oficina abordava os meios de participação social e sua importância para o desenvolvimento da cidade, e realizava atividades de formação sobre política. Nela, os participantes identificavam demandas e problemas locais e, de forma coletiva, desenvolviam ideias e meios para solucioná-los.



CULTURA AO EXTREMO

AGENTE: THIAGO DE SOUZA BORGES

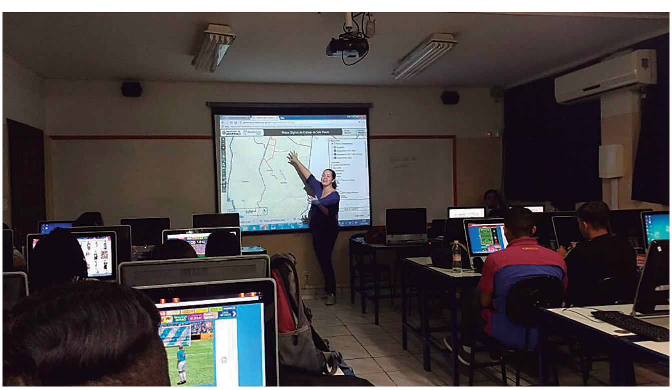
O objetivo desta oficina era discutir o fomento a projetos socioculturais nos extremos e periferias de São Paulo, com o objetivo de democratizar as verbas dos programas de incentivo. Com o levantamento de dados públicos sobre cultura, é possível mapear os agentes culturais de cada território, entender as demandas e articular com o poder público para a efetivação de novos projetos.



ENTENDA O QUE SÃO DADOS GEOESPACIAIS

AGENTE: LAURA MELO DE ANDRADE

Essa oficina apresentava alguns dados geoespaciais disponibilizados pela prefeitura, e desenvolvia atividades teóricas e práticas para que cidadãos, analisassem e editassem esses dados, e entendessem como eles podem ser úteis para suas áreas de atuação.



INTRODUÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

AGENTE: BERNARDO CHRISPIM BARON

A oficina abordava informações básicas sobre mapeamento colaborativo, e como ele pode auxiliar o trabalho de coletivos e gestores, a partir da organização de demandas territoriais. Nela, ensinava-se como elaborar mapas colaborativos por intermédio dos softwares de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) - programas de coleta, armazenamento, processamento e comparação de dados, sempre em função da localização.



MAPEANDO A MINHA CIDADE

AGENTE: ANTONIO MARCELINO

A oficina apresentava o conceito de mapeamento colaborativo, juntamente com suas aplicações e potencialidades, por meio do uso de ferramentas livres. O mapeamento colaborativo é uma técnica muito utilizada por gestões participativas, consultas de governo, pesquisas de mercado, jornalistas e ativistas das mais diversas áreas, permitindo que cada cidadão produza dados e mapas de diferentes localizações e realidades.



POLÍTICA LÚDICA: APRENDENDO POLÍTICA ATRAVÉS DE JOGOS

AGENTE: JÚLIA CARVALHO

A oficina de Política Lúdica (Fast Food da Política) discuti as regras e estruturas políticas através da participação e criação de jogos, que, além de descontrair, servem como fortes ferramentas de ensino. Nela, os participantes podiam participar de jogos já construídos e criar os seus próprios.



COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

AGENTE: DIANE COSTA ROCHA

Essa oficina abordava como utilizar as redes sociais para divulgar informações e utilizá-las como ferramentas de ampliação do conhecimento. O curso abordou assuntos como: funcionamento das páginas e perfis nas redes sociais; o que é um twittaço e como participar quando o tema for relevante; quais as ferramentas necessárias para fazer um meme; entre outros recursos importantes nas redes.



ZINES DE QUINTAL – COMUNICANDO COM DADOS

AGENTE: ANNE DE SOUZA GALVÃO

Nesta oficina, cada participante era convidado a pensar sobre os temas que interessavam em seu bairro para que, coletivamente, pudessem conversar e levantar dados. Com a base consolidada, era criada uma revistinha manual (zine) reunindo histórias, colagens, poesias e desenhos, sempre envolvendo números e dados abertos.



EDUCOMUNICAÇÃO E MÍDIA LIVRE

AGENTE: BRUNO FERREIRA

Oficina que se propunha a responder questões sobre o acesso às novas tecnologias, formulando estratégias combinadas de comunicação e educação (Educomunicação) para mediar conflitos e aprimorar o diálogo e a transparência entre indivíduos e/ou instituições. O curso incentivava os participantes a utilizarem ferramentas de comunicação – digitais ou não – para educar e dialogar, fazendo da educomunicação um meio de promover mudanças culturais.



ENEGRECENDO OS ESPAÇOS: MULHERES NEGRAS, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

AGENTE: REGIANE SOARES

A oficina buscava a inserção das mulheres na formação cidadã, a partir dos recortes de gênero, raça e participação na construção de políticas públicas, usando as ferramentas de comunicação para a inclusão digital e como espaço de diálogo e participação política. O foco da discussão era, principalmente, as demandas referentes à situação da mulher negra, que se mostra extremamente preocupante quando observados o cenário de renda, a violência e a pouca participação nos espaços públicos.



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM REDE

AGENTE: CHARLAINE SUELEN RODRIGUES SOUZA

Esta oficina apresentava práticas de comunicação em rede, que ampliavam o conhecimento sobre as ferramentas e ajudavam a definir estratégias de divulgação. O objetivo era estimular os participantes e os coletivos a produzirem e divulgarem seus trabalhos de forma independente e articularem estratégias 'de guerrilha'- comunicação através de aplicativos, redes sociais e plataformas de criação online.



MULTIPLICANDO PELAS FREQUÊNCIAS DO RÁDIO

AGENTE: ANA CAROLINA SANTOS BERNARDINO

Oficina que buscava formar e multiplicar o aprofundamento de discussões de gênero e raça, tendo como cenário as redes sociais e as rádios comunitárias espalhadas por São Paulo. O curso abordava a história do rádio e da comunicação e as lutas dos movimentos negro e feminista para a conquista de espaços de fala.



REPÓRTER DA QUEBRADA

AGENTE: ALINE RODRIGUES DA SILVA

Esta oficina se propôs a capacitar os participantes a identificarem demandas das regiões onde moravam e/ou atuavam, e a contribuírem para a aplicação de políticas públicas locais, via ferramentas do jornalismo. O curso ensinava a produzir conteúdo jornalístico, levantamento de informações e divulgação de dados e ações via redes digitais.



MÍDIAS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

AGENTE: ROSE DE PAULA

As atividades desta oficina buscavam orientar e capacitar líderes comunitários sobre a utilização das mídias sociais para o fomento da cidadania e participação em suas redes de mobilização. Para isso, eram apresentadas algumas ferramentas virtuais e aplicativos fáceis e gratuitos de edição de imagens.



ANIMAÇÃO STOP MOTION COM FERRAMENTAS LIVRES

AGENTE: CAMILA IZIDIO

A proposta do curso era apresentar conteúdos de cinema e animação, desde a história, até a produção de um filme em stop motion, e discutir a importância do uso de ferramentas livres na democratização da produção audiovisual independente. A animação produzida na oficina trabalhava temas importantes para a cidade, como educação, transporte e saúde, e era criada com ferramentas livres e gratuitas.



FERRAMENTAS DA INTERNET

AGENTE: ANDRÉ WALLACE SIMONSEN

O objetivo desta oficina era ensinar o cidadão a usar ferramentas básicas e intermediárias da internet. Afinal, saber navegar online possibilita a interação com diversas esferas de participação, sendo possível descobrir conteúdos úteis (sites que oferecem cursos e outros materiais essenciais grátis), e possibilita fazer parte de fóruns e comunidades com discussões relevantes, tanto para os cidadãos, quanto para a gestão pública.



CIDADANIA ATIVA / CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL / CIDADANIA E TRANSPARÊNCIA / CIDADANIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

AGENTE: LUCAS PASCHOLATTI CARAPIÁ

Eram ministradas quatro oficinas diferentes, que podiam ser realizadas juntas ou separadas. O objetivo era formar os interessados em cidadania ativa, controle social e transparência e acesso à informação, fortalecendo assim a cultura de governo aberto na cidade de São Paulo. O primeiro encontro abordava temas como constituição, democracia, república, direitos humanos e cultura política. O segundo tratava das formas de aprimorar o controle social por parte da cidadania. O terceiro encontro discorria sobre o contexto da transparência no Brasil, discutindo sobre a importância do governo aberto e das prestações de conta. No último encontro, o tema era sobre como utilizar a Lei de Acesso à Informação.



DADOS ABERTOS E MOBILIZAÇÃO POPULAR

AGENTE: MATHEUS MAGALHÃES DA SILVA

A oficina estimulava o público a se relacionar com os dados fornecidos pelos governos e a compreender a dinâmica das cidades. O curso propunha, em linguagem simples e acessível, uma reflexão sobre o conceito de governo aberto, utilizando uma abordagem recreativa e prática, envolvendo sociedade, cultura, artes, música, teatro, ciência, tecnologia e política.



DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO OS TRIBUTOS

AGENTE: PEDRO DE CARVALHO NALETTO

O objetivo desta oficina era introduzir o funcionamento da estrutura tributária brasileira e dos canais e ferramentas que permitem encontrar informações sobre elas, especialmente na esfera municipal. Nela, apresentava-se um panorama do que é imposto, quais os impostos que pagamos e quais os destinos destes recursos.



EDUCAÇÃO FISCAL PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

AGENTE: DANIEL TONELO

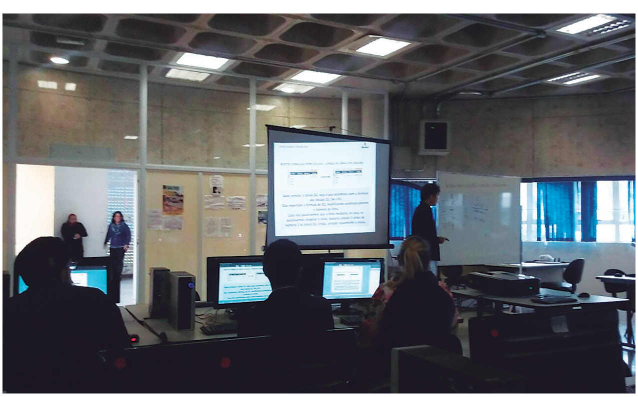
Oficina que capacitava o público a encontrar dados orçamentários e indicadores disponíveis em ferramentas e portais de transparência da Prefeitura. A divulgação destes dados orçamentários é obrigatória, via Constituição, por isso a proposta do curso era ensinar os cidadãos a acompanharem as receitas e gastos públicos dos governos, efetivando a transparência e a participação social.



ANÁLISE DE DADOS E CRIAÇÃO DE INFOGRÁFICOS

AGENTE: GUSTAVO TOSHIO YASUNAKA

As oficinas expositivas, voltadas aos gestores públicos, apresentavam técnicas para identificação de dados relevantes, manipulação de base de dados e construção de infográficos impactantes. Métodos para entender os dados disponíveis no cotidiano do gestor público eram explorados, para que ele identificasse as informações mais relevantes para análise e tomada de decisões.



TODO MIGRANTE TEM ACESSO À INFORMAÇÃO

AGENTE: KARINA QUINTANILHA

Durante o curso foram ministradas quatro aulas com foco nas discussões sobre o acesso à informação como um direito. A partir das demandas levantadas pelos próprios migrantes, eram apresentadas as ferramentas da Lei de Acesso à Informação e os participantes aprenderam a encaminhar pedidos aos órgãos públicos responsáveis. Além das aulas teóricas, era elaborada uma atividade prática de acesso à informação, com a elaboração conjunta de um mapa da cidade de São Paulo, desenvolvido pelos próprios migrantes a partir de suas vivências nos espaços públicos e comunitários.



INDICADORES DO SEGUNDO CICLO

No Segundo Ciclo, iniciado em maio de 2016, as parcerias firmadas no ciclo anterior foram mantidas e fortalecidas e novos públicos foram alcançados com oficinas realizadas especificamente para o público imigrante, além de oficinas realizadas em parceria com o Movimento de Moradia e estudantes dos ensinos Fundamental II e Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), e multiplicadores de CEDESPs e CJs.

O segundo ciclo formativo capacitou 8.242 cidadãos e cidadãs. Os quadros seguintes mostram a quantidade de pessoas capacitadas em temas de governo aberto por oficina (Tabela 5), e por tipo de público (Tabela 6):

NOME DA OFICINA	PARTICIPANTES	%
Intro. aos sistemas de informações geográficas/Intro. ao mapeamento	486	6%
Cuidando da minha quebrada	427	5%
Mapeando a minha cidade	381	5%
Cultura ao Extremo	89	1%
Conhecer para ocupar	191	2%
Entenda o que são dados geoespaciais	140	2%
Política lúdica: aprendendo política através do jogo	679	8%
Educação fiscal para participação social	736	9%
De onde vêm e para onde vão os tributos	417	5%
Análise de dados e criação de infográficos	162	2%
Todo migrante tem direito à informação	157	2%
Cidadania ativa/ e controle social/ e transparência/ e acesso à informação	884	11%
Dados abertos e mobilização popular	499	6%
Internet aberta	53	1%
Zine de quintal- comunicando com os dados	130	2%
Repórter da quebrada	320	4%
Animação stop motion com ferramentas livres	208	3%
Compartilhando informações estratégicas	511	6%
Educomunicação e mídia livre	231	3%
Estratégias de comunicação em rede	124	2%
Enegrecendo os espaços: mulheres negras, inclusão e participação política	604	7%
Multiplicando nas frequências do rádio	375	5%
Mídias sociais, participação e mobilização	438	5%
TOTAL	8.242	100%

TABELA 5- Público por oficina - Segundo ciclo

Jovem SUS	Imigrantes	Oficina para Idosos	EMEF	Cons. Tutelar	Cons. trabs. saúde	Cons. Participativo	Mov. Moradia	CEDESP	Multiplicador	Juv. Viva	Mon. Telecentro CEU Bibli.	Servidores	CRAS	Púb. geral	TOTAL
552	99	120	487	186	930	55	800	1445	60	53	90	883	707	1775	8242
7%	1%	1%	6%	2%	11%	1%	10%	18%	1%	1%	1%	11%	8%	21%	100%

TABELA 6- Tipo de Público do Programa (Tpp) - Segundo ciclo
Fonte: São Paulo Aberta

As oficinas do Segundo Ciclo foram também geograficamente distribuídas dando prioridade ao ‘rodízio’ de cada curso nas regiões, ou seja, a alocação foi feita de modo que nenhuma oficina deixasse de ser oferecida em cada uma das 5 regiões em que o programa dividiu a cidade (Centro, Oeste, Leste, Norte e Sul). Na tabela a seguir podemos observar como as horas totais de formação foram alocadas no território; a contribuição de cada região para o total de participantes do programa, e a proporcionalidade entre a parcela de horas de formação oferecidas em determinado território e a parcela da população que este abriga.

Região	% População	% Horas	% Público	% Horas por região / % população da região	% participantes por região / % população da região
ZO	9%	4%	3%	0,4	0,2
ZL	36%	34%	40%	0,9	1,1
ZN	20%	22%	20%	1,1	1,0
ZS	32%	30%	27%	0,9	1,0
ZC	4%	10%	10%	2,6	2,6
Total	100%	100%	100%	-	-

Tabela 7: Horas por região (Hpr), Participantes por região (Ppr) e proporção entre a distribuição das horas e dos participantes e a população da região
Fonte: São Paulo Aberta e Censo 2010

Com relação aos aspectos qualitativos, as oficinas e agentes do segundo ciclo formação na cultura de Governo Aberto foram bem avaliados pelo público. As respostas ‘Bom’ ou ‘Ótimo’ para os aspectos selecionados (conhecimento e didática dos agentes, didática e aplicabilidade dos assuntos tratados) superaram 90% das avaliações dos participantes, conforme a tabela abaixo.

Indicador	Descrição	Valor
Qlag	% ótimo ou bom para os conhecimentos do agente	Qlag = 95%
Qldd	% ótimo ou bom para didática do agente	Qldd = 94%
Qlap	% ótimo ou bom para aplicabilidade do conteúdo na vida cotidiana	Qlas = 92%

Tabela 8: avaliação das oficinas pelos participantes - Segundo ciclo

Por fim, outros indicadores importantes dizem respeito ao Perfil do Público (Gênero, Idade, e Raça/Cor) atingido pelo segundo Ciclo do Programa, depreendido a partir dos formulários de avaliação por auto declaração. A compilação de resultados segue nos gráficos abaixo:

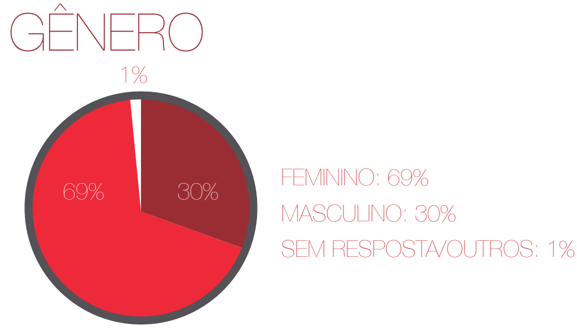


Gráfico 1- Perfil dos Participantes das Oficinas do 2º Ciclo- Gênero

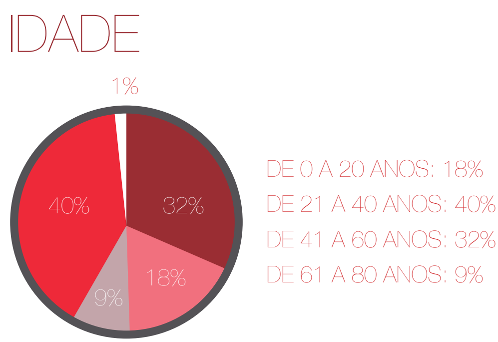


Gráfico 2- Perfil dos Participantes das Oficinas do 2º Ciclo - Idade

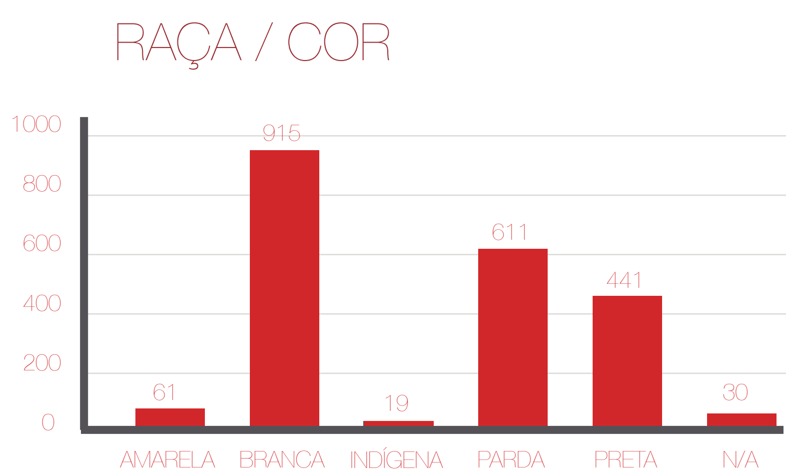
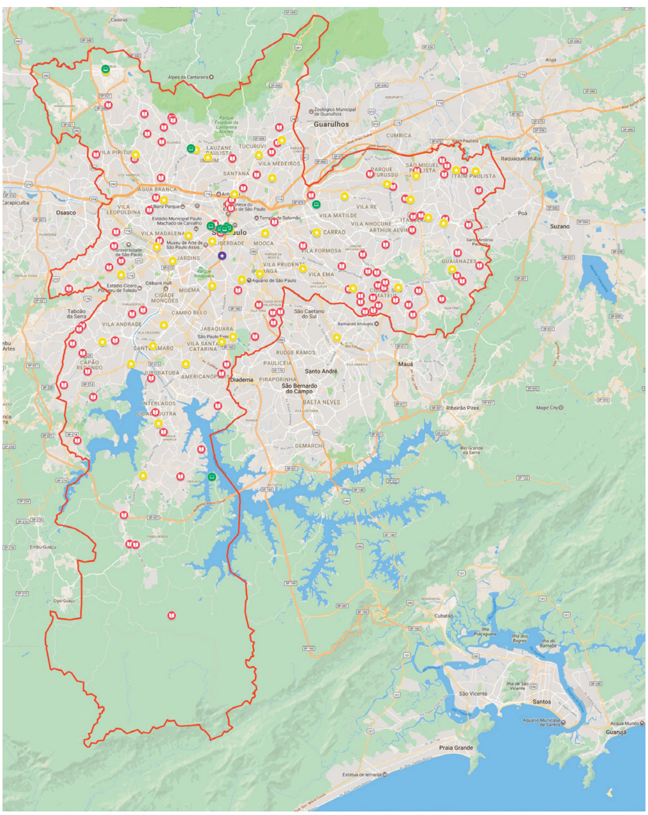


Gráfico 3- Perfil dos Participantes das Oficinas do 2º Ciclo - Raça/Cor

MAPA DAS ATIVIDADES DA SÃO PAULO ABERTA



SÃO PAULO TERRITÓRIO DIGITAL

EVENTOS

CICLO FORMATIVO EM GOVERNO ABERTO

OFICINAS


SAÍDA
Emergência
H
HIDRANTE
PAPÉIS DE MULHER
Velha e feia
Forte
Poderosa
Egoísta
Ambiciosa


Ferramentas Janela Ajuda

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AGENTES DE GOVERNO ABERTO

CARTOGRAFIA SOCIAL E CULTURA DE PARTICIPAÇÃO

ALUÍZIO MARINO

Aluízio Marino é mestre e doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Especialista em Gestão de Projetos Culturais pelo CELACC/USP. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH/USP. Pesquisador e militante de cultura (pesquisa-ação), participa ativamente do São Mateus em Movimento, contribuindo diretamente com os coletivos e agentes culturais da região. Além disso, realiza ações de formação e capacitação destinadas aos trabalhadores da cultura, envolvendo temáticas como a gestão de projetos, políticas públicas e cartografia social.
Contato: aluizio.marino@ufabc.edu.br

CONTEXTO

Entre novembro de 2015 e abril de 2016, tive a oportunidade e o prazer de realizar seis encontros formativos intitulados "Cartografia Cultural". A proposta: problematizar as dimensões territorial e cultural, a partir da construção de representações coletivas, em formato de mapas. A "cartografia social", que corresponde a um conjunto de metodologias, orientou os encontros formativos.

Em uma das atividades desenvolvidas durante os encontros (elaboração de "mapas afetivos"), a partir de uma representação cartográfica (mapa grande impresso em papel) as pessoas puderam expressar, de forma livre, sua relação com os espaços onde moram, trabalham, convivem...

Por exemplo: no Capão Redondo, extremo sul da cidade, junto a um grupo formado principalmente por Jovens SUS(1), desenvolvemos um mapa que contém: as percepções destes profissionais frente aos problemas enfrentados no dia a dia; os avanços percebidos a partir de seu trabalho; e suas principais demandas.

A partir de um exercício coletivo e aparentemente despretensioso - já que o mapa afetivo é um exercício livre, autônomo, sem direcionamentos específicos para o resultado final -, foi possível compreender entre outras coisas: o pertencimento destes profissionais com o território onde atuam; a sensibilidade e identificação com as pessoas que dependem do atendimento prestado pelas UBS's; a capacidade de identificar demandas e problemas que os gestores muitas vezes não conseguem captar.

CARTOGRAFIA SOCIAL

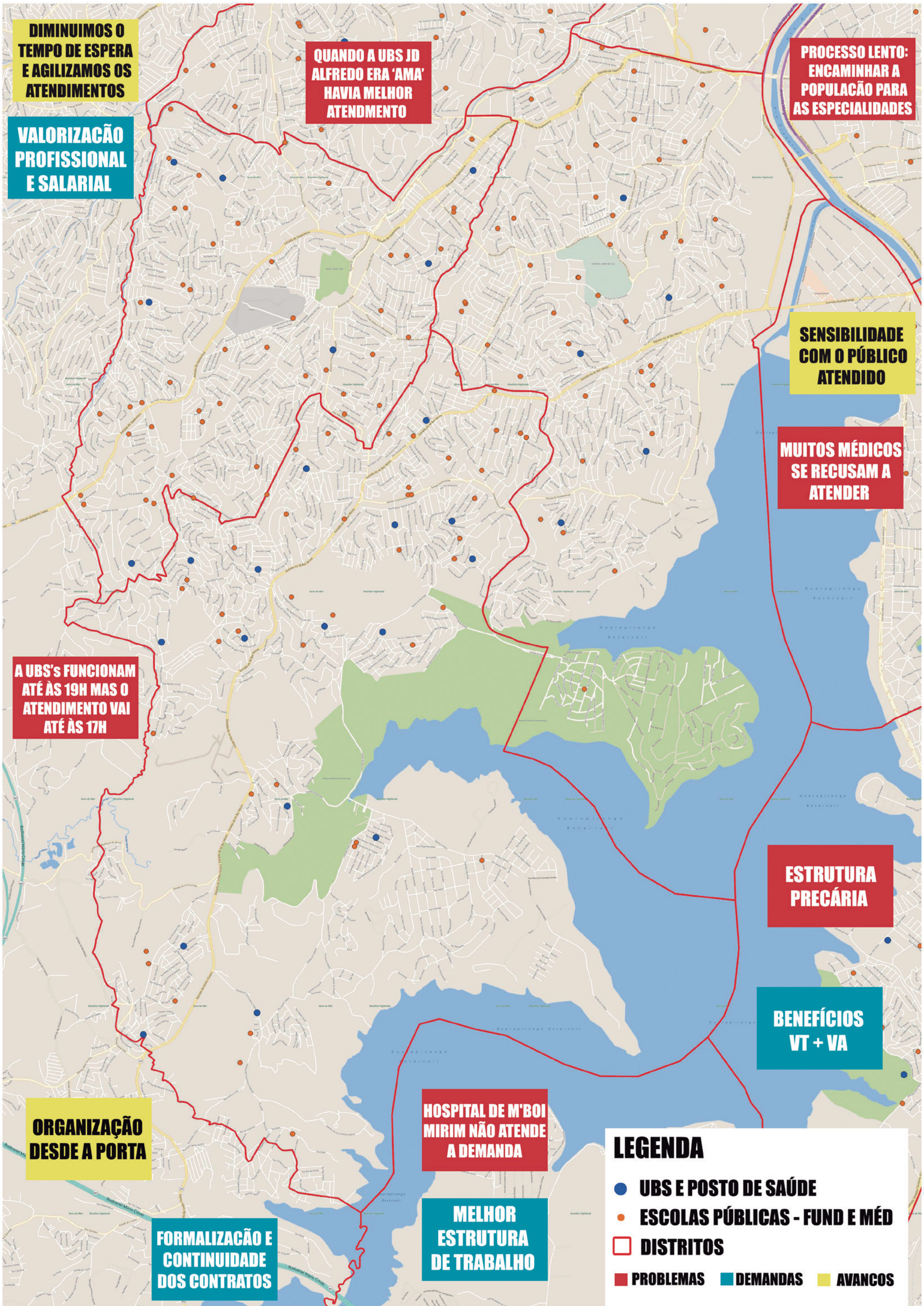
A cartografia é, resumidamente, o conjunto de estudos e técnicas que orientam a elaboração dos mapas. Ao longo da história, tais conhecimentos estiveram concentrados nas mãos de poucas pessoas. Sendo assim, os mapas representaram determinadas "visões de mundo".

O surgimento da cartografia social é relativamente recente - aproximadamente duas décadas - e prevê a inversão da lógica concentradora presente na "cartografia tradicional". Consiste, resumidamente, em um conjunto de metodologias que buscam disseminar os conhecimentos relativos à produção de mapas e informações cartográficas. Ou seja, é um processo de apropriação de conhecimentos por grupos sociais que historicamente foram excluídos destes.

Os mapas, além de representações da realidade, são instrumentos de poder. Por isso, para além de um caráter instrumental ou técnico, a cartografia social, acima de tudo, se caracteriza como uma ação política. Dentre os principais potencias presentes na cartografia social, se destacam: reconhecimento do território e da diversidade; estímulo à identidade e ao sentido de pertencimento; fortalecimento de movimentos e coletivos; visibilidade a processos insurgentes; identificação e mediação de conflitos; construção de novas possibilidades.

Para garantir todo o potencial existente é imprescindível a autonomia. Ou seja, todo o processo da cartografia - desde a escolha daquilo que será "mapeado" até a definição do que será feito com o resultado final - é de responsabilidade do grupo "cartografante".

(1) Programa de qualificação profissional na área da saúde, destinado a jovens desempregados que residem próximo às Unidades Básicas de Saúde onde irão atuar. Uma vez integrados às unidades, os bolsistas serão capacitados para atuar no acolhimento aos usuários e seus acompanhantes e a fornecer informações sobre os procedimentos e serviços prestados no local. Com a equipe multidisciplinar da UBS, integrarão atividades de grupo e oficinas voltadas para ações de prevenção à saúde. (fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/noticias/?p=201597)


DIMINUIMOS O TEMPO DE ESPERA E AGILIZAMOS OS ATENDIMENTOS
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SALARIAL
QUANDO A UBS JD ALFREDO ERA 'AMA' HAVIA MELHOR ATENDMENTO
PROCESSO LENTO: ENCAMINHAR A POPULAÇÃO PARA AS ESPECIALIDADES
SENSIBILIDADE COM O PÚBLICO ATENDIDO
MUITOS MÉDICOS SE RECUSAM A ATENDER
A UBS's FUNCIONAM ATÉ ÀS 19H MAS O ATENDIMENTO VAI ATÉ ÀS 17H
ESTRUTURA PRECÁRIA
BENEFÍCIOS VT + VA
ORGANIZAÇÃO DESDE A PORTA
HOSPITAL DE M'BOI MIRIM NÃO ATENDE A DEMANDA
FORMALIZAÇÃO E CONTINUIDADE DOS CONTRATOS
MELHOR ESTRUTURA DE TRABALHO
LEGENDA
UBS E POSTO DE SAÚDE
ESCOLAS PÚBLICAS - FUND E MÉD
DISTRITOS
PROBLEMAS
DEMANDAS
AVANÇOS

CULTURA DA PARTICIPAÇÃO

Cultura de participação é aqui entendida, fundamentalmente, como o conjunto de práticas humanas, compartilhadas e coletivas, que buscam melhorar as condições de vida em diferentes escalas, podendo ser um coletivo, comunidade ou uma cidade.

Tal cultura antecede as tecnologias da informação e sempre esteve presente na história da humanidade. Entretanto, a fragmentação da vida social (talvez uma das grandes marcas do século XX) somada à superconectividade (fenômeno do XXI) nos colocam em um cenário contraditório, onde, ao mesmo tempo: temos acesso e possibilidade de compartilhar uma imensa quantidade de informações e conhecimentos e perdemos a capacidade de nos organizar coletivamente.

Ou seja,vivemos em um mundo superconectado e individual. Onde o avanço particular (financeiro, profissional, acadêmico, estético) ocupou o lugar da colaboração e construção coletiva. As pessoas estão cada vez mais preocupadas consigo mesmas e pouco envolvidas com as problemáticas presentes em suas cidades ou mesmo em seus bairros.

Tal realidade global é ainda mais urgente em um país como o Brasil, onde a democracia é relativamente recente e a exclusão social é gritante. O que evidencia a necessidade urgente de que os caminhos que trilhamos precisam ser corrigidos.

REFLEXÕES

Neste sentido, gostaria de destacar aqui a importância de metodologias que, assim como a cartografia social, incentivem a cultura da participação. Em outras palavras: estimulem ações coletivas orientadas à mudança e à transformação de territórios e realidades.

Compreendo que exista um grande potencial nas ações desenvolvidas por educadores informais, coletivos, grupos e movimentos insurgentes, muitos já desenvolvendo atividades de formação, criação e experimentação emancipatórios. Porém é fundamental potencializar esses atores, e o Programa Agentes de Governo Aberto é uma experiência exitosa neste sentido, já que muitos dos agentes formadores também participam de processos como estes e, no programa, têm autonomia para realizar suas propostas.

Os desafios do nosso tempo demandam que o Estado e a sociedade civil compartilhem poder e responsabilidades, pois só assim será possível construir caminhos coerentes aos desafios existentes. Para tanto, o estímulo à cultura da participação é um dos caminhos necessários a trilhar.

Imagem à esquerda: Mapa 1: Exercício de cartografia social junto a estudantes secundaristas (E.E. Prof. Leopoldo Santana) e Jovens SUS atuantes nos distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luis.

#ONDEÉOROLE

JÉSSICA CERQUEIRA DOS SANTOS

Ao buscarmos a hashtag #Ondeéorole? nas principais redes sociais, veremos que ela é bastante popular, indexando opções de lazer e entretenimento; isso é ainda mais forte, principalmente, entre os jovens. Porém, nas periferias de toda cidade é uma das grandes questões a ser solucionada, afinal, nem sempre é possível sair para se divertir sem que se pague um ônibus pelo menos, além de todos outros custos como bebidas, alimentos e ingressos, gerando assim uma lacuna na experiencia cultural destes jovens, além da segregação da expressão cultural produzida ali, como algo marginal e sem valor dentro do padrão cultural branco e europeu.

Pensando nisso, a oficina veio como uma possibilidade de contribuir na reflexão e pensar em estratégias que possam criar novos alcances destas produções, além de compartilhar conhecimento de ferramentas como o OpenStreetMaps, um mapa de produção colaborativa de dados geoespaciais abertos, e da plataforma da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, o SPCultura, uma plataforma que utiliza a base cartográfica do OpenStreetMaps, onde é possível realizar um mapeamento de toda a cidade pensando em produção cultural nos equipamentos públicos e produções “não institucionais”, como por exemplo, os sambas e forrós de bares, os bailes funks e demais expressões culturais periféricas.

Durante as oficinas tivemos um perfil de público diverso, apesar de estar dentro de uma variável menor, sendo jovens de periferias com conhecimento básico em informática, em alguns casos, participantes que não possuiam e-mail, ou que não o usavam de maneira frequente, apenas para acesso às redes sociais. Esse foi um primeiro passo a ser dado no debate de acesso à informação e a presença nas redes como meio de divulgação. Esta diversidade de perfis foi um importante combustível no desenvolvimento de novas metodologias de compartilhamento de conteúdo e de debate sobre a necessidade de ampliar os acessos a estas ferramentas que sejam participativas, pois para todos os participantes das oficinas, aquele foi o primeiro contato com esta possibilidade de uso e colaboração com o que é público.
A base de conteúdo da oficina foi simples, utilizando conteúdos de ensino médio para falar sobre a geopolítica, georreferenciamento, poder dos mapas e seus usos. Com esta base, foi possível a construção do diálogo de fomentação de cultura, cultura periférica, cultura negra, cultura marginalizada, que tornou ainda mais visível as potencialidades daqueles territórios criativos que produzem a todo momento.

A cidade que queremos foi um dos pontos que mais apareceu durante as dinâmicas e conversas com os participantes, ao questionarem se poderiam fazer um mapeamento fictício do que desejavam, ou não, ao propor novas agendas culturais que fossem regionais, pensando nas Viradas Culturais, cursos gratuitos e em maior estrutura e segurança aos jovens que frequentam os bailes funks.

Com o programa Agentes de Governo Aberto foi possível correlacionar as semelhanças e diferenças das periferias de toda a cidade, enxergar de perto as necessidades básicas, e levar o debate para a ponta, para além dos grupos já organizados, mas também com aqueles que estão no dia a dia circulando a cidade, seja trabalhando, estudando e que não possuem nenhum vínculo ou aproximação com os debates da cidade que queremos, mas que são grande maioria e têm muito a contribuir nesta construção.

TODO MIGRANTE TEM DIREITO À INFORMAÇÃO

KARINA QUINTANILHA

O direito à informação é reconhecido como um direito humano em diversos tratados internacionais, como a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Declaração Universal de Direitos Humanos. O Brasil aprovou em 2011 a Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011. Tal lei regulamenta o direito constitucional que garante a todos, sem distinção, o direito de acessar informações públicas. A importância dessa legislação vai além da garantia da transparência. O maior potencial existente na Lei de Acesso à Informação é justamente o de criar mecanismos para romper com uma cultura de sigilo arquitetada durante a ditadura militar - de que as informações públicas são de propriedade do Estado, e não do povo.

A espinha dorsal da Lei de Acesso à Informação (LAI), que em muitos pontos atende aos padrões internacionais de direitos humanos, reside em seu artigo 11: “O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”. Assim, a publicidade das informações em posse do Estado passa a ser a regra, enquanto que qualquer pessoa tem direito de requisitar essas informações em formato aberto e em linguagem de fácil compreensão, como prevê a lei. Isso implica na obrigação do Estado de disponibilizar orçamento e capacitar servidores para funcionamento dos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC’S) para gerir informações em posse da Administração e prestar atendimento ao público.

Apesar de avanços na implementação da LAI no Brasil, ainda são muitas as lacunas e resquícios de práticas autoritárias por parte do Executivo, Legislativo e Judiciário. Falta ainda, principalmente, políticas de acesso à informação que tenham um recorte de direitos humanos e atendam às demandas relacionadas à população mais afetada pela desigualdade.

Uma iniciativa embrionária nesse sentido, trata do projeto Imigrantes, Refugiados e a Lei de Acesso à Informação, viabilizado por meio do 2º Ciclo do Edital Agentes de Governo Aberto da Prefeitura de São Paulo. A partir de oficinas organizadas com a população refugiada e imigrante na cidade, busca-se empoderar esses grupos sobre seus direitos, identificando as demandas de acesso à informação de acordo com as suas peculiaridades socioeconômicas e culturais.

Ao mesmo tempo, o projeto objetiva demonstrar aos gestores públicos como a falta de informação impacta diretamente refugiados e imigrantes, corroborando com a exposição dessa população à violações de direitos humanos. Em muitos casos, imigrantes vítimas de trabalho escravo, principalmente mulheres, deixam de fazer denúncias com receio de serem deportados ou criminalizados. Famílias e crianças deixam de ser atendidos em hospitais ou frequentar escolas pois, por falta de informação ou negligência dos funcionários públicos, acreditam que somente teriam direito a esses serviços se conseguissem regularizar seus documentos.

De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), em 2014 o Brasil recebeu o maior número de solicitações de refúgio da América Latina. A maioria dos pedidos foi apresentada em São Paulo (36%), cerca de 2.800 apenas em 2015. Apesar de refugiados e imigrantes, em geral, representarem cada vez mais uma população significativa no município, ainda são incipientes as políticas públicas voltadas para essa população no sentido de garantir uma acolhida digna e respeito aos direitos humanos.

Relatório produzido durante a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizada em 2014 na cidade de São Paulo - como parte da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) - demonstra que problemas no acesso à informação são

uma das principais causas que dificultam ainda mais a situação dos imigrantes que já sofrem com uma série de restrições de direitos e criminalização pelo Estatuto do Estrangeiro. Atualmente, é a Polícia Federal que cuida das políticas de migração.

A partir do diagnóstico feito durante a Conferência, verifica-se que falta no Brasil uma política unificada e especializada em imigrantes que se responsabilize por sistematizar e prestar informações para aqueles que chegam ao país e precisam saber quais são seus direitos, como fazem para obter a cidadania e acessar serviços públicos.

No caso dos imigrantes, não basta disponibilizar informações, é necessário uma política e investimentos públicos que garantam atendimento adequado e humanizado nas repartições públicas (assistência social, hospitais, escolas, cartórios, delegacias, etc) e materiais de orientação sobre seus direitos em línguas e formatos de acordo com a necessidade dos diferentes povos e culturas.

Nesse sentido, as iniciativas e experiências da política de governo aberto da Prefeitura de São Paulo podem desempenhar importante papel na construção de uma política nacional de acesso à informação com participação de imigrantes e refugiados, bem como contribuir para ampliar as políticas específicas a essa população a partir do mapeamento de dados sobre a situação da população migrante por nacionalidade, bairros, condições de vida, trabalho, organização familiar, raça, gênero e geração.

TECNOLOGIA E GOVERNO ABERTO: POTENCIAIS E DESAFIOS

ANDRÉS MARTANO

Quantas pessoas sabem como funciona o orçamento da cidade onde moram? Quantas sabem como e onde esse dinheiro é gasto? Imagino que você tenha respondido "poucas", ou ainda "muito poucas" para as duas perguntas. E quando falamos de orçamento, no caso da cidade de São Paulo, estamos falando de algo em torno de 50 bilhões de reais, como foi em 2015.

Uma pessoa bastante motivada poderia ir ao site da Secretaria de Finanças atrás dessas informações. Lá, ela encontraria, além de outro dados, as planilhas de "execução orçamentária" disponibilizadas pela Prefeitura. Essas planilhas mostram como a Prefeitura está gastando o dinheiro arrecadado. Elas podem ser baixadas e visualizadas em um computador. Porém, entender o que está escrito nelas não é tarefa fácil para a grande maioria das pessoas.

Foi pensando nisso que surgiu, em um grupo de pesquisa da EACH (USP-Leste), a ferramenta "Cuidando do Meu Bairro" (CDMB), um site que tenta colocar o orçamento da cidade de São Paulo em um mapa. Por trás do CDMB há um programa desenvolvido especialmente para baixar diariamente a planilha de execução orçamentária do site da Secretaria de Finanças e procurar nela informações que permitam mapear as despesas (como nomes de ruas, praças, escolas, etc.).

Acessando o site do CDMB é possível ver o mapa com vários pontinhos, cada um representando uma despesa. Clicando neles é possível ver a descrição da despesa e informações sobre como o valor planejado é realmente gasto, se ela já saiu do papel ou não. Assim fica mais fácil, por exemplo, para a pessoa saber o que estão construindo no bairro dela, quanto foi gasto, etc.

Mas há um porém: o CDMB ainda não consegue mapear a maior parte das despesas que estão na planilha de execução orçamentária. Isso porque a maior parte desses dados não possui informações detalhadas sobre o endereço onde o dinheiro foi gasto.

Além de permitir visualizar o orçamento da cidade (ou parte dele) em um mapa, é possível também realizar pedidos de acesso à informação pelo próprio CDMB. Logo, se você viu uma despesa, mas não entendeu, por exemplo, do que se trata, ou como o dinheiro foi gasto, pode fazer uma pergunta e receber uma resposta da Prefeitura, tudo pelo próprio site.

Vale lembrar que o CDMB não foi desenvolvido pela Prefeitura, portanto não é um site oficial, mas foi possível graças à publicação dos dados de execução orçamentária em um formato aberto, que pode ser reutilizado por outros programas, o que chamamos de "dados abertos governamentais".

Outro ponto importante é o CDMB ser um "software livre", isso quer dizer, entre outras coisas, que seu "código fonte" é aberto e que qualquer pessoa pode ver como ele funciona, modificá-lo e fazer sua própria versão dele. O que é "código fonte"? É um texto que se escreve para explicar para o computador o que queremos que ele faça. Algo como uma receita de bolo, só que no fim, em vez de um bolo, temos um programa de computador.

Praticamente todos os programas têm um código fonte por trás, mas muitas vezes ele não é livre. O Windows (sistema operacional que vem instalado na maioria dos computadores), o Facebook e o WhatsApp (cujo proprietário é o próprio Facebook) são exemplos de softwares bastante utilizados, mas cujo código fonte não é público, por consequência, são softwares proprietários, não livres.

Qual o problema dos softwares proprietários? Muitos. Um deles é não saber se esses programas estão fazendo coisas indesejadas em nossos computadores e celulares. Outro, é ficar refém das vontades das empresas que

controlam essas tecnologias. Elas podem, por exemplo, te pressionar a migrar para um sistema operacional mais novo contra a sua vontade, ou ainda te fazer cobaia de experimentos em larga escala para manipular as emoções das pessoas sem o consentimento delas, como o Facebook já assumiu fazer várias vezes.

Ixi, mas o que tudo isso tem a ver com orçamento e governo aberto? Quando falamos de governo aberto, cada vez mais falamos de transparência, participação e serviços públicos mediados pela tecnologia. Nesse sentido, a tecnologia pode ser nossa aliada ao criar novas formas de interação entre sociedade e governo, possivelmente superando barreiras entre os dois. O CDMB é apenas um de muitos exemplos que têm surgido. Porém, quanto mais relevante a tecnologia se torna, mais dependentes nos tornamos dela e daqueles que a controlam.

Por isso, especialmente quando falamos de ferramentas que serão usadas por nossos governos, é fundamental que busquemos o desenvolvimento e uso de tecnologias livres, como softwares livres. Não só por serem bens realmente públicos, mas também por permitirem a colaboração e transparência que se espera de governos abertos.

Por fim, não podemos nos esquecer também do grande número de pessoas excluídas digitalmente, seja por questões econômicas, etárias ou outras. Segundo a TIC Domicílios 2014, cerca de metade dos domicílios brasileiros não tem acesso à internet. Dessa forma, também são fundamentais iniciativas que busquem a democratização do acesso, como telecentros, wi-fi público e banda larga de qualidade para todas as pessoas.

Para mais informações sobre orçamento público e pedidos de acesso à informação, dê uma olhada nas seguintes cartilhas: "O Orçamento Público ao seu Alcance" (INESC) e "Acesso à Informação na Cidade de São Paulo" (CGM-SP).

EDUCOMUNICAÇÃO E MÍDIA LIVRE

BRUNO FERREIRA

Bruno Ferreira é especialista em Educomunicação pela ECA/USP e aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, na linha de Comunicação e Educação. Trabalha há cinco anos como educomunicador e há dois como professor de Comunicação, tendo experiência com processos educomunicativos com crianças, adolescentes, jovens e adultos.
E-mail: brunoferreira.contato@gmail.com

COMO O TRABALHO COM MÍDIAS PODE POTENCIALIZAR O DIÁLOGO ENTRE ATORES SOCIAIS E TRANSFORMAR OS AMBIENTES BUROCRÁTICOS INSTITUCIONAIS EM ESPAÇOS MAIS DEMOCRÁTICOS E SOLIDÁRIOS?

Comunicação e educação são áreas de intervenção social que possuem entre si mais do que similaridades, mas, sobretudo, interfaces que transformam concepções acerca desses campos e sinalizam para a necessidade de intervenção em suas instâncias mais tradicionais, como os meios de comunicação e instituições públicas. Essa inter-relação de campos evidencia-se na contemporaneidade, em que os processos de midiatização acontecem de modo descentralizado e fazem parte do cotidiano das sociedades que possuem acesso à rede mundial de computadores e suas possibilidades de interação.

O intenso uso das redes sociais, hoje em dia, é positivo, uma vez que, pessoas comuns experimentam, talvez de modo mais intenso que nunca, a possibilidade de se expressarem e serem vistas, lidas e ouvidas (ou então curtidas e compartilhadas). No entanto, esses espaços digitais não ensinam necessariamente sobre alteridade, solidariedade e respeito às diferenças. E é nisso, especialmente, que incide a Educomunicação, um processo que visa fortalecer o potencial comunicativo de um grupo ou comunidade e que, por essa razão, utiliza a produção de mídias – desde as digitais, como vídeo, áudio e blog, às impressas, como jornal, revista, fanzine, mural, etc – como meio para transformar espaços conflituosos, conservadores e/ou autoritários em ambientes solidários democráticos e mais humanizados.

Não se trata, portanto, apenas de livre expressão, mas de mediação para que haja responsabilidade e respeito ao expressar-se. E esse paradigma tem tudo a ver com governo aberto, uma vez que ambos estimulam a participação e construção colaborativa por meio do diálogo transparente com todos os atores envolvidos nos processos sociais. E esse processo de envolvimento e estímulo à participação não é simples. É necessário dominar certa pedagogia para mediar as relações e ter sensibilidade para perceber as novas formas de mídia como aliadas na potencialização desse diálogo social.

Nesse processo de vivência de produção midiática, os sujeitos que se empoderam das redes numa perspectiva humanizada – uma das propostas da Educomunicação – e passam a se ouvir mais, desenvolvem seu potencial criativo e expressivo, partindo muitas vezes do senso comum. Nesse sentido, o educomunicador é o mediador de um processo educativo, pois é ele quem deve problematizar, quando possível, esse repertório, estimulando a reflexão sobre outras perspectivas de mundo e também sobre novos jeitos de fazer mídia, e não apenas a maneira como grandes grupos midiáticos o fazem. Além disso, (e mais importante) é ele que procura estimular que todos se expressem de modo livre e respeitoso e de maneira a interagir com os demais participantes, ouvindo e sendo ouvido por eles.

Por isso, a Educomunicação não é ferramenta. É um processo, é um jeito de fazer educação e comunicação, com o objetivo de aproximar os sujeitos de seus direitos e de refletirem sobre o mundo e manifestarem suas opiniões. Por conta dessa abordagem, a Educomunicação é um paradigma que desperta a cidadania, o senso de pertencimento e a vontade de participar dos processos sociais, especialmente porque também é usada como meio de fazer adolescentes e jovens, em especial, participarem de espaços de debate público e político, antes restrito a adultos.

Nesse sentido, a ONG Viração, de São Paulo, tem grande experiência em

promover cobertura de conferências e fóruns sobre educação e direitos de crianças e jovens, em que o adolescente, ao produzir notícias e entrevistar adultos e autoridades, está marcando presença e pautando suas ideias e propostas políticas. Crianças, adolescentes e jovens têm o direito e sentem-se a vontade para opinar e construir algo que favoreça um grupo ou comunidade, inclusive junto a autoridades adultas. Empoderam-se e, nesse processo, percebem a necessidade de colaborarem ativamente com a sociedade.

O paradigma da Educomunicação é um importante conhecimento a quem é ou pretende ser mediador de processos – sejam educadores, conselheiros da rede de garantia de direitos, gestores públicos, comunicadores – uma vez que tem como finalidade a liberdade de expressão e o direito à comunicação, tendo a democracia e o respeito à diversidade como princípios essenciais de suas práticas.

OUSADIA PÚBLICA

JONAYA DE CASTRO

A ousadia pública toma corpo quando a gestão convida a população para entender como se dá a prática dos mecanismos de participação social e a função da transparência dos dados, através do lúdico e da educação desse processo. Em 2015, São Paulo (a cidade mais populosa da América Latina) implementou uma iniciativa chamada São Paulo Aberta. As oficinas oferecidas pelo programa Agentes de Governo Aberto, criado pela São Paulo Aberta, pretenderam (e pretendem) democratizar essas ferramentas para que as pessoas possam descobrir como fazer usá-las! Essa iniciativa pedagógica com diferentes oficinas e profissionais desloca a gestão do lugar de passividade e a coloca como ativista da transparência de seus próprios dados, e isso é muita ousadia! Como você descobre os dados de tal secretaria? Como a transparência se dá na prática? O lema da cidade de São Paulo, presente em seu brasão oficial, é "Non ducor, duco", frase em latim que significa "Não sou conduzido, conduzo". E se todos governássemos juntos?

É muita ousadia e coragem dessa gestão pública oferecer processos educativos de hackeamento de dados, de participação social, para que não seja apenas propaganda e marketing, mas que seja, de fato, um convite à inclusão de leitura desses dados, seus usos práticos na produção de conteúdo e entendimento da gestão participativa. Além da distribuição das oficinas e da democratização da cultura hacker, essa mesma gestão possibilitou o encontro de diversas pessoas que trabalham com isso num ativismo eterno (e muitas vezes solitário, como jornalistas e programadores que desenvolvem conteúdos específicos e sozinhos) e que agora estão reunidos pensando num modelo pedagógico público para que esse ativismo se espalhe e a experiência se distribua para muitos outros pontos da rede.

LABEXPERIMENTAL DE HACKERATIVISMO

A oficina que desenvolvi com as turmas do Tendal da Lapa, Centro Cultural Cidade Tiradentes e CEU Jaçanã foi muito interessante. Eu tinha um roteiro, um planejamento de aulas que aos poucos foi substituído pela prática, o que era previsto, já que trata-se de um laboratório e o processo é guiado pela curiosidade e pelas descobertas. Vou citar aqui dois exemplos muito bacanas do que aconteceu.

No primeiro percurso de oficinas, no telecentro do Tendal da Lapa, tivemos um público que contava com uma servidora pública da área de urbanismo, um estudante de mestrado, também de urbanismo, um programador, estudantes secundaristas, entre outros participantes. Descobertas como “quem foi Aaron Swartz e o que ele fez?”, o discurso da Dilma na ONU sobre privacidade e a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, pautaram nossas discussões homéricas e conceituais sobre cultura hacker, ou seja, o “faça você mesmo”. Na época da oficina, havia uma consulta pública aberta: locais para expansão do Programa Wi-fi Livre SP com “o intuito de coletar contribuições e sugestões por parte dos diversos interessados e da sociedade civil, de modo a identificar as potenciais localidades, os diversos tipos de intervenção e os possíveis modelos de parceria com a iniciativa privada para a implementação do Programa”. A ação pedagógica de utilizar uma chamada de participação pública que acontece ao mesmo tempo da oficina é potencializadora. Através dessa consulta pública fizemos diversos exercícios de pesquisa e coleta de dados, desde o Marco Civil da Internet até quais as cidades que têm mais wi-fis públicos no mundo. Construímos visualizações dos dados, escrevemos e-mails para a gestão pública e concluímos nossas oficinas

como um laboratório real de ativismo e transparência de dados. Outra utilização de um processo aberto aconteceu dois meses depois; a chamada pública vigente na cidade era a participação na formulação do Plano Municipal de Cultura. Levei esse exercício para a oficina realizada no telecentro do CEU Jaçanã. Na turma havia uma servidora pública e dois professores municipais, entre outros alunos, como o Seu João, um senhor de 72 anos, que não tinha e-mail ainda. Nosso diálogo foi mais ou menos assim:

> Nos primeiros dias:
> - Seu João, bora escrever seu currículo?
> - Mas eu não sei nem como começar!
> - Escreve aí tudo que você já fez na vida, tudo, tudo. E depois a gente vai ler com calma e colocar em ordem o que foi primeiro e o que foi depois.
>
> Três oficinas depois:
> - Professora, o exercício do currículo que você me deu é o mesmo da carta do Leonardo da Vinci.
> - Como assim Seu João?
> - O Leonardo era hacker, ele escreveu uma carta com tudo que ele sabia fazer e mandou para o governador. Falaram que ele era louco, mas foi assim que ele foi contratado. Você ta pedindo pra eu ser hacker que nem o Leonardo Da Vinci e escrever a minha carta. Você ta me convidando pra eu ser hacker.
> - Isso mesmo Seu João, bora lá!

Os professores experimentaram pela primeira vez um processo participativo digital, criaram novas metas para o Plano Municipal de Cultura e descobriram outras maneiras de fazer política. Seu João reforçou a minha vontade de seguir ativando direitos humanos através da tecnologia, principalmente, a liberdade de expressão.

FORMAÇÃO EM CIDADANIA ATIVA E ACESSO À INFORMAÇÃO

LUCAS PASCHOLATTI CARAPIÁ

Em tempos nebulosos da política nacional, marcados pela extinção da Controladoria Geral da União (CGU) e pela incerteza de um governo interino não legitimado pelo voto popular, é importante que os governos progressistas inseridos no plano municipal valorizem políticas e práticas de governo aberto, condizentes com a Lei de Acesso à Informação e as melhores práticas de Controle Social, Transparência e Participação na gestão pública.

É no plano municipal que o cidadão possui acesso mais aproximado às diferentes formas de fazer política e contribuir diretamente com mudanças no espaço onde vive e se insere. E é no plano municipal que se encontra a iniciativa da São Paulo Aberta de compor ciclos de Formação em governo aberto, onde agentes escolhidos por meio de um edital público são responsabilizados por darem oficinas sobre práticas de governo aberto na cidade, segundo projetos elaborados pelos próprios agentes. Portanto, não se trata somente de oficinas dadas pelo poder público, mas de oficinas dadas por agentes de formação que se utilizam do poder público para empoderarem cidadãos.

Seguindo a perspectiva de que é necessário fomentar na cidadania brasileira a cultura em governo aberto, algo inédito para nossas poucas décadas de democracia ainda deficitária, as oficinas de Formação em Cidadania Ativa e Acesso à Informação buscam cumprir o papel de agir diretamente no fomento à cultura de governo aberto, participação popular, transparência, controle social e uso das ferramentes da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Sendo assim, tais oficinas têm objetivo emancipatório para cidadania, com um público-alvo geral composto por: estudantes, gestores públicos e conselheiros municipais. Tem-se como base pedagógica a freiriana, de estímulo ao debate e formação de um raciocínio crítico frente aos diferentes temas relacionados ao Acesso à Informação e participação popular por meio da cidadania ativa.

No total, são quatro oficinas diferentes. A primeira delas, com o tema Cidadania Ativa, busca destrinchar o tema “cidadania” e explicitar o seu viés ativo, tratando de temas básicos da ciência política e teoria geral do Estado. Temas como república, democracia, Constituição Federal de 88, divisão de poderes, federalismo, direitos fundamentais e direitos humanos serão os temas-chave que guiarão o debate. A oficina será dividida em duas partes, sendo a primeira um debate expositivo facilitado pelo agente, seguindo os temas supracitados sobre cidadania ativa. Na segunda parte será realizado um debate entre os presentes, envolvendo temas recentes, participação e problemas atuais da cidadania brasileira.

A segunda oficina, com o tema Controle Social, vai dialogar mais afundo com temas referentes à democracia brasileira e sobre como o cidadão pode realizar o controle social das políticas públicas. Assim sendo, assume-se como princípio o termo tirado da ciência política accountability, e daí por diante, passa-se a discutir medidas de combate à corrupção. Serão destacados, no plano municipal, os conselhos representativos, a CGM e seus órgãos, a divisão e organização da gestão, como sua divisão em subprefeituras, autarquias e secretarias. Além disso, busca-se apresentar os diferentes portais da Prefeitura, da CGM e também o plano de metas. Na segunda parte, também serão formuladas questões que busquem guiar um debate sobre controle social e combate à corrupção entre os presentes, contando com temas atuais e relevantes.

A terceira oficina debruçará sobre o tema Transparência, entrando a fundo nas diferentes formas que o poder público pode ser transparente e abrir seus dados. Portanto, busca-se

diferenciar a transparência em passiva e ativa. Sendo assim, será introduzida a Lei de Acesso à Informação e as diferentes formas de se atingir a transparência e os dados abertos. Serão dados exemplos tirados diretamente do Portal da Transparência e dos diferentes portais que o poder público brasileiro oferece, com destaque para o plano municipal.

A quarta e última oficina será sobre a Lei de Acesso à Informação. Baseando-se muito no trabalho executado pela Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) da CGM, pretende-se dar oficinas sobre como executar o próprio pedido de informação de maneira eficiente através do sistema e-SIC, além de utilizar o Portal da Transparência e outros mecanismo de acesso à informação de maneira mais avançada. Tais oficinas podem ser dadas para públicos específicos, como servidores do município responsáveis por responderem os pedidos de informação. O público será instigado a simular eventos reais de acesso à informação que tenham a ver com a realidade em que estão inseridos no município, seu bairro e região. Assim, ao longo da oficina, os presentes terão que formular o próprio pedido de informação, que será oficialmente inserido no sistema e-SIC. Serão analisados pedidos respondidos e verificaremos os possíveis defeitos e maneiras de se aprimorar o pedido de informação.

Serão realizadas oficinas sobre cidadania para conselheiros gestores da saúde, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a São Paulo Aberta. Além disso, oficinas temáticas sobre a Lei de Acesso à Informação serão dadas aos servidores das diferentes subprefeituras interessadas, através de uma parceria com a Coordenaria de Promoção de Integridade da CGM. Essas oficinas destinadas às subprefeituras tem o intúito de contribuir com o aumento da qualidade dos pedidos de informação respondidos no município de São Paulo. Busca-se também abrir parcerias com organizações da sociedade civil interessadas em receber tais oficinas, como entidades educacionais, a exemplo da Escola de Governo, atualmente localizada na Ação Educativa, de onde se tirou parte da inspiração para fomentar as oficinas de educação em Cidadania Ativa.



REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADE E AUTONOMIA PARA A COMUNICAÇÃO

MARTHA LOPES

A oficina "Gênero e Poder: Reconstruindo a comunicação nas redes" surgiu do desejo de relacionar técnicas de comunicação em rede com o ativismo contra a desigualdade de gênero, mas, na prática, mostrou que podia trazer efeitos que iam além desses.

Isso se deu, para começar, pela diversidade entre os perfis das pessoas que cursaram as oficinas – de mulheres com longo histórico de militância e pouco domínio tecnológico a universitários e professores da rede pública de ensino, além de funcionários públicos pouco familiarizados com as discussões acerca da estrutura social machista em que vivemos.

Com as trocas que se estabeleceram, as ferramentas ensinadas e os projetos que desenvolvemos – todos voltados para a construção de uma campanha feminista, que contribuísse para combater algum problema decorrente da desigualdade de gênero –, foi possível perceber que as pessoas participantes passavam a se sentir mais autônomas dentro do meio digital, capazes de assumir uma postura ativa na produção de conteúdo multimídia.

Pudemos vivenciar também um despertar de reflexões críticas diante dos padrões sociais impostos, especialmente no que se refere à opressão contra a mulher, com falas íntimas e emocionadas de quem havia passado a perceber aspectos e dilemas antes ignorados.

Por fim, foi possível notar que, com o domínio de ferramentas simples, que permitem construir peças de comunicação e pensar estratégias de articulação dentro do meio digital, houve uma percepção da comunicação como veículo de conquista de poder, de transformação da nossa realidade e do nosso território, de descoberta de nossos talentos e vocações, e até das limitações impostas à nossa experiência de vida como mulher ou como homem.

Esse aprofundamento da consciência crítica e esse maior domínio dos recursos da comunicação em rede são fundamentais para a consolidação dos pilares do governo aberto, de transparência, participação, inovação e integridade, trazendo esses valores para a vivência de cada um.

REDE DE EXPRESSÕES ABERTAS

CHARLAINE SUELEN RODRIGUES SOUZA

Comunicadora e produtora cultural. Especialista em Gestão Cultural; Especialista em Comunicação Televisiva e graduada em Comunicação Social-Rádio e Televisão. Criadora e editora do site de produção cultural Era pra ser Brígida, reconhecido no IV Seminário Funarte Políticas para as Artes, em 2014. Possui experiência em desenvolvimento de projetos, produção audiovisual e de bens culturais e jornalismo cultural. Atualmente pesquisa políticas públicas para a performance arte.

A proposta da oficina Estratégias de Comunicação em Rede, executada durante o segundo ciclo do Programa Agentes de Governo Aberto, desenvolvido pela São Paulo Aberta, vem buscando transmitir práticas de comunicação em rede, orientando estratégias e ampliando conhecimentos sobre as ferramentas gratuitas existentes. Desta maneira, a expectativa é estimular artistas e coletivos a produzirem seus próprios trabalhos e meios de divulgação. Os sistemas de difusão de informações online estão em constante mudança: ferramentas são substituídas a cada ano por outras mais rápidas, dinâmicas, livres e menos complexas. E esta busca por "descomplicar" os processos, facilitar o acesso à informação e permitir manuseios mais independentes se configura tanto na iniciativa do programa São Paulo Aberta quanto nas atividades propostas na oficina.

O trabalho foi divido em módulos que passam pela criação de ambientes virtuais de comunicação, noções de acessibilidade e análise de dados de desempenho dessas ferramentas. É importante saber produzir e também se responsabilizar pelas informações lançadas, colocando o cidadão no lugar de receptor consciente e também de emissor responsável.

O principal público desta ação são jovens e adolescentes que participam de coletivos artísticos, para que estes possam produzir seus próprios trabalhos e meios de divulgação, mas o ambiente da oficina é aberto a diversas buscas: o adolescente que possui um grupo de dança, a menina que quer fazer um blog de moda, o outro que gosta de bicicletas.

A presente proposta visa instrumentalizar essas pessoas para que elas tenham mais acesso à informação, sabendo onde buscá-la e criar meios para que seu trabalho seja visto pelo maior número de pessoas possível. Existem certas estratégias, quase "de guerrilha", que podem surtir efeitos em curto, médio e longo prazo para os produtores, tanto para divulgar quanto para acompanhar lançamentos de oportunidades e resultados de outros trabalhos.

Numa cidade como São Paulo, onde existem muitos recursos e possibilidades, mas também mantém um altíssimo índice de competição, quem tem informação, tem as melhores oportunidades, pois consegue chegar na frente. Já nos primeiros encontros foi possível perceber que este universo de acesso, competição e agilidade não funciona na prática em todos os lugares. A constatação de outras realidades onde o acesso não é tão rápido a determinadas informações e meios de pesquisa, mostra que tudo ainda se concentra nos centros e regiões de mais fluxo de pessoas, maior poder econômico e nichos de mais visibilidade. A iniciativa de realizar as atividades, em sua maioria, em CEUS, estimula a descentralização. Uma estratégia democrática e valorosa para quem recebe e para quem sai de seu lugar de apenas usufruir desse acesso, para ocupar o lugar e passá-lo adiante. O encontro com esses universos e a troca que se estabelece nessas oficinas auxilia o desenvolvimento humano e cidadão de todos.

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NÃO SUPRE MAIS OS ANSEIOS DA SOCIEDADE. PRECISAMOS DE UM GOVERNO ABERTO

THIAGO PAIXÃO

A democracia é um regime político que tem como berço a civilização grega antiga. Por meio da vivência nas conhecidas ágoras (praças públicas), e dos anseios de uma sociedade descontente dos regimes aristocráticos e absolutos, cria-se uma nova forma, mais justa e equilibrada, de organização social. Desde então, a democracia é considerada a forma mais evoluída de organização de uma sociedade, mesmo levando-se em consideração suas falhas e contradições.

Com o passar dos séculos, a sociedade humana teve um ganho exponencial em tamanho e complexidade. Segundo o relatório Rio+20, pela primeira vez na história, a maior parte da população mundial vive em grandes centros urbanos, alguns deles com mais 10 milhões de habitantes, como é o caso de São Paulo, a 7º cidade mais populosa do globo (2016).

Com cidades e sociedade cada vez mais complexas, a forma mais comum de democracia, a democracia representativa, passou a não dar mais conta (se é que algum dia deu), de suprir as demandas e anseios de seus cidadãos, confirmando as previsões de Marx e Engels, de que em determinado estágio da história da sociedade humana, o desenvolvimento das forças produtivas entraria em contradição às formas das superestruturas políticas, já tão pouco transparentes como se desejaria.

A partir desse entendimento, surgem propostas de gestões que promovam maior transparência e participação dos cidadãos nas políticas públicas de suas cidades. Entre as propostas mais aceitas, é que, toda informação produzida por um órgão governamental pertence a seus cidadãos, que devem ter amplo acesso para que possam fiscalizar a integridade da gestão e ter insumos para participar das tomadas de decisão que afetam direta e indiretamente suas vidas nas cidades. Tal proposta se torna viável através do atual estágio do desenvolvimento tecnológico em que nos encontramos, onde a gestão de dados, publicação e acesso são suficientemente baratos e virtualmente instantâneos. É por isso que Transparência, Participação, Integridade e Inovação Tecnológica são considerados os pilares do que é compreendido como governo aberto.

Várias cidades no mundo tomaram para si o desafio de adotar uma agenda de governo aberto, e São Paulo, a maior e mais populosa cidade do Brasil, viu como uma oportunidade para tornar o cidadão mais próximo da gestão pública e das tomadas de decisão da cidade. Dessa forma, nasce a São Paulo Aberta, destinada a implantar os 4 pilares de governo aberto em todos os setores da gestão pública da cidade.

Durante o processo de implantação da Agenda de governo aberto na cidade de São Paulo, pelo programa São Paulo Aberta, foi identificado que não bastava a gestão pública fornecer os Dados Abertos, criar canais de fiscalização e transparência, se a população não tinha o conhecimento dessas ações, e o mais importante, não estava capacitada a se apropriar dos mesmos. Para sanar essa deficiência, foi tomada a decisão de criar um programa capaz de trazer cidadãos especialistas, capacitados em áreas que compõem os 4 pilares de governo aberto, e torná-los parceiros na capacitação do restante da população, criando assim o programa Agentes de Governo Aberto, o qual tive o prazer e orgulho de participar durante o período de seis meses.

O Agentes de Governo Aberto é um programa de mão dupla. Ao mesmo tempo que, nós agentes, capacitamos a população em áreas nas quais possuímos alguma experiência específica, recebemos uma ampla formação no conceito de governo aberto e nos principais mecanismos da gestão pública da cidade. Tal formação é imprescindível para que, aliada aos nossos conhecimentos específicos, nos tornássemos, de fato, agentes formado-

res na cultura de governo aberto, e não apenas oficineiros em temas específicos.

Como programador e ativista no movimento de Software Livre, compreendo que não basta que o cidadão tenha acesso a Dados Abertos, é necessários que os formatos em que esses dados são distribuídos sejam abertos, e que os software usados para sua produção e acesso sejam livres. E por que isso se faz necessário? Para a democratização do acesso às informações e empoderamento do cidadão, as ferramentas tecnológicas utilizadas neste processo não podem cercear a liberdade do usuário, restringindo seu uso, distribuição e até mesmo aperfeiçoamento. Somente o Software Livre garante tais liberdade, é socialmente justo, economicamente viável e tecnologicamente sustentável, garantindo a democratização do acesso e produção da informação.

Com base neste paradigma, meu projeto de oficina para o programa Agentes de Governo Aberto foi realizar uma introdução à programação com base na metodologia de Coding Dojo, criando um ambiente colaborativo e de aprendizado horizontal. Com o básico de entendimento de programação, o cidadão é capaz de, por exemplo, manipular os Dados Abertos Públicos a seu favor, criando aplicações que possam ser úteis no seu dia a dia.

O público das oficinas foi bastante variado, criando a necessidade de adaptação do projeto a cada aula realizada. A princípio, o que poderia ser um problema, tornou-se uma grande oportunidade de aprendizado e fortalecimento de resiliência, pois a cada novo público, com demandas e repertórios específicos, as aulas e a didática foram se aperfeiçoando, assim como meu conhecimento e repertório sobre a cidade e seus cidadãos. Ao final do projeto, sinto que, da mesma forma que tive a oportunidade de impactar em uma pequena medida a vida dos participantes das oficinas, fui igualmente impactado e transformado, exatamente como disse Paulo Feire: “Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.”

INTRODUÇÃO À LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO APLICADA AO GOVERNO ABERTO

WELLINGTON DA SILVA

Tecnólogo em Informática, Especialista em Administração, com MBA Executivo em Consultoria Empresarial e coautor do livro Projeto de Vida: O Ser Humano Integral no Controle.

Diante dos pilares do governo aberto que, em suma, garantem o direito de acesso à informação, à transparência, aos dados abertos, à disponibilidade de tecnologia e à participação política, tendo como princípio a cocriação, aliada aos recursos da tecnologia e, principalmente, ao desenvolvimento da lógica de programação, criou-se uma oficina que proporcionou aos cidadãos refletir e trabalhar com os dados públicos, podendo combinar, cruzar e analisar, assim, produzindo informações a partir das fontes disponibilizadas, colaborando com o governo e com a sociedade no controle político e social, bem como, na geração de conhecimento.

O conceito de lógica de programação integrou-se com o movimento de governo aberto, entendendo que a disponibilização de dados, relatórios e gráficos na internet é insuficiente para um movimento amplo e horizontal, pois os cidadãos muitas vezes se distanciam tanto de assuntos políticos como de técnicas de informática. Portanto, refletir, discutir e praticar a lógica aplicada ao governo aberto permitiu uma oficina eficiente, elaborando algoritmos simples, visando um protótipo a partir de uma ideia de problemas da cidade ou de políticas públicas, mas que gerariam impactos no cotidiano ou na comunidade dos participantes.

Este campo da lógica de programação tratada nas escolas e universidades como estritamente técnico e científico, durante a oficina incorpora-se através de atividades lúdicas, desenvolvendo projetos que poderiam analisar a estrutura política e social, construindo novas ideias, mantendo as diretrizes da programação composta de algoritmo estruturado, mas enfatizando a ideia proposta pelo participante e a sua prototipação.

Sabe-se que compreender a linguagem do computador exige algum conhecimento de programação, por este motivo, diversas reflexões e análise de conceitos tanto de tecnologia de projeto como de lógica foram necessárias, proporcionando desenvolver a lógica, a criatividade e o raciocínio, sempre intrínsecos às atividades, oferecendo aos participantes a oportunidade de estruturar algoritmos com base em comandos de programação, difundindo conceitos técnicos, onde ao final da oficina, o participante poderia apresentar seu protótipo, utilizando os comandos aprendidos, com base no governo aberto, focando temas da cidade e das políticas públicas, difundindo o uso das tecnologias e da utilização de softwares livres.

Constatou-se que o projeto atendeu um público pouco explorado e desestimulado por encontrar muita dificuldade em participar das políticas públicas e da produção através da tecnologia, causa esta por desconhecerem as respectivas áreas ou por entenderem serem complicadas e maçantes. A oficina demonstrou o contrário, que podemos utilizar a tecnologia e a participação nas políticas públicas ao nosso favor e ao bem comum, de forma interessante e divertida.

Atualmente, o cidadão pode participar das políticas públicas de uma forma mais ampla e tecnológica, mas para isso precisa entender seus processos, visto que a estruturação política existente replica-se no mundo virtual. Portanto, compreender a lógica de programação materializa a forma como os sistemas foram idealizados e estruturados, assim, os cidadãos possuem as ferramentas necessárias para as intervenções, mas precisam conhecer como atuar com as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs.

Este projeto propôs-se a desenvolver o tema da lógica através de um breve resumo de sua história e contribuições em diversas áreas, bem como, o seu direcionamento à tecnologia, abrangendo os termos técnicos e sua aplicabilidade através da utilização de programa

para a construção de algoritmos.

Com a utilização da metodologia de aprendizagem orientada a projetos, os participantes puderam, ao final da oficina, apresentar um protótipo executando o algoritmo criado, alinhado aos temas propostos, demonstrando conhecimento da pseudolinguagem algorítmica portugol, dos comandos da lógica estruturada, desenvolvendo a criatividade, o raciocínio lógico, criando projetos e atuando em equipe de colaboração, assim, se preparando para novos desafios tecnológicos e de mercado.

No século XXI, com um mundo globalizado e avançado tecnologicamente, muitas pessoas utilizam e fazem parte de processos tecnológicos, mas desconhecem, de fato, como organizar a sua lógica, como estruturar um projeto e definir caminhos para sua estruturação. Quando se fala em utilizar softwares, desenvolver programas e aplicativos, pressupõe-se que as pessoas possuem esse conhecimento, mas na realidade poucas pessoas conhecem como desenvolver a lógica de programação, tendo dificuldade em aplicar a criatividade e o raciocínio lógico em suas ações. Assim, essa oficina, com o suporte de um programa específico, gratuito e de fácil utilização, propôs-se auxiliar os participantes a compreenderem este cenário, realizando o processo de inclusão, oferecendo um ambiente propício para o estudo de pseudolinguagem, possibilitando a participação política e social, bem como, o avanço dos estudos em outras oficinas e cursos mais avançados.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

JULIANA DE ANDRADE

Não há como o coletivo não atravessar o individual em sua construção e, ao mesmo, tempo ter sentido para seus construtores em processos locais de participação. Não a toa, a reflexividade atravessou cada oficina e durante os momentos de determinação dos temas/objetos de mapeamento, o questionamento sobre como "aquele" problema local vinha sendo construído, muitas vezes atravessado por abordagens dos meios de comunicação hegemônicos (como no caso da segurança), lógicas causais de curto alcance, perspectivas morais e nostálgicas, entraram no processo de observação e abriram espaços para outras perspectivas e aprofundamentos. Os mapas de palavras e suas interrogações foram essenciais para a exploração criativa dos recursos para a participação que usamos e pensamos.

A tendência era passarmos de um nível, onde as inquietações e críticas apareciam como sentimentos e percepções difusas, para outro onde eles tinham repertório para organizarem uma narrativa para suas falas. Como se a própria chamada para pensar no assunto com mais calma e de maneira mais sistematizada, assim como o trabalho conjunto de discussão, levassem a isso. Desse modo, suas visões sobre o que envolvia de maneira mais direta a questão da participação social e quais seus empecilhos começaram a tomar corpo, assim como a noção de que nada adiantaria tratarmos os problemas em sua superfície, por mais imediaticidade que pedissem, e não sobre suas causas, acabava por apontar para nossa estratégia de mapeamento e coleta de informações em cada
temática.

Me instigou a utilização, em nossos mapas de ideias, de um repertório próprio das discussões de políticas públicas, direito e acesso à cidade e à informação, participação social, etc. Aqueles eram momentos de desestabilização de prenoções das oficinas.

Nossa primeira atividade. E eles sempre colocavam questões muito relevantes para o processo, antes de qualquer contato com os conteúdos que veriam no decorrer dos encontros. Usavam palavras muito claras, que em seu conjunto, no final da atividade, percebia tratar-se de um vocabulário realmente presente nas discussões mais atuais, como por exemplo: acesso real, compartilhamento, conhecimento, descentralização, distribuição, articulação, presença, tempo, comunicação, informação, democracia, etc. Tal mapa era reorganizado ao final das oficinas para reconhecermos alguma alteração da lógica de posicionamento das palavras por nossa experiência.

Como maior desafio à participação social, eu passei a perceber, pelas condições da presença de cada um nas oficinas e pelas falas de nossos respondentes, em síntese, os interesses do capital, principalmente através das limitações impostas pelos regimes de trabalho e racionalização da vida, vistas na desigualdade do acesso à informação e conhecimento, no tempo de trabalho e deslocamento para tal, dificultando a atuação local para participação e desenvolvimento social e em processos de organização social que enfraquecem a vida comunitária, de maneira muito sutil, através de outros padrões de estilo de vida e socialização, atrapalhando possibilidades de associação e articulação. A questão do tempo também se fez presente na imediaticidade que, cada vez mais, impõe o ritmo das tecnologias digitais a ritmos de vida, aprendizados e interiorização de disposições que demandam muito mais tempo para sua qualificação. Também se configurou como desafio, lidar com uma descrença popular na participação daqueles que já fizeram parte de processos e espaços participativos institucionais, mas sem a necessária devolutiva do poder público, ficando no silêncio sobre suas contribuições anteriores.

Passei a notar, o quanto na escuta dos moradores de cada território, a determinação de prioridades para ser democrática precisa ser, não apenas abrangente e sistematizada, mas também sensível, “afetuosa”, enquanto operada pela lógica dos afetos cotidianos e mútuos entre pessoas e território, estando dispostas a contemplar e trabalhar através da diversidade.

Finalizando, o que tenho como síntese talvez seja sobre a própria forma de organização política que afeta as políticas públicas e a participação. Tal forma de organização, desenhada sobre uma lógica representativa em bairros e cidades extensas, impossíveis de se manter os vínculos necessários para um trabalho que dialogue com as demandas locais reais, está relacionada a uma profissionalização do trabalho político, a política como carreira em um sistema capitalista. O conhecimento local que é exigido na descentralização e distribuição equitativa (e não simplesmente igualitária) de recursos e o fortalecimento das bases que vivem o cotidiano em carne e osso, vão na contramão dessa profissionalização do exercício político, tornando-o não apenas caro, mas ineficiente, enquanto outras pessoas comuns são impedidas de participar por suas próprias relações de trabalho, que na maioria dos casos, afastam-nas da vida comunitária. Doa a quem doer, com o investimento de diferentes recursos no que chamamos de governo aberto, ou até na própria participação social em si, entramos em um caminho sem retorno nesse sentido e repleto de conflitos na defesa de privilégios históricos frente à luta por distribuição de poder.



COMO AS FERRAMENTAS DA INTERNET SÃO ESSENCIAIS PARA UM GOVERNO ABERTO

ANDRÉ SIMONSEN

A Administração Pública deve seguir os princípios contidos no acrônimo LIMPE - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Pessoalmente, entendo que o princípio da Publicidade possua uma importância especial – estando “publicidade” entendida no sentido de transparência e prestação de contas - já que a possibilidade de saber e fiscalizar se os outros princípios estão sendo cumpridos, ou fazer algo caso eles não estejam, depende essencialmente dele.

Sendo assim, iniciativas de governo aberto[1] como as diversas frentes da São Paulo Aberta - seja através da publicação dos dados governamentais em um formato que realmente possibilite seu uso; consultas públicas on-line ou, como é o caso em tela, juntar cidadãos que tenham conhecimentos diversificados e especializados para oferecer oficinas de capacitação para que a população se envolva mais ativamente na Administração Pública - são extremamente importantes para possibilitar que todos estes princípios, e principalmente o da Publicidade, sejam efetivados.

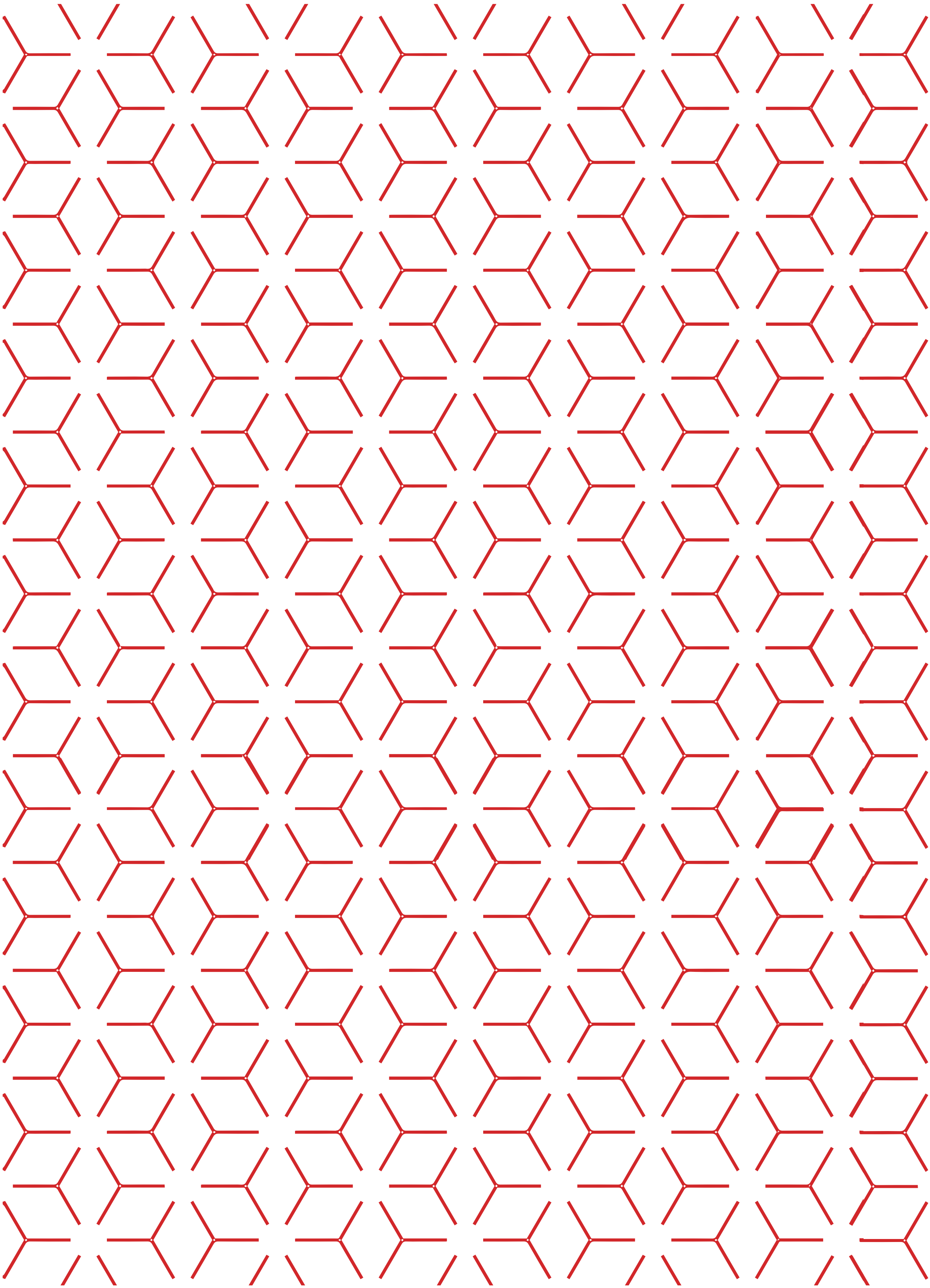
Entretanto, para que realmente sejam aproveitadas, diversas das iniciativas mencionadas acima dependem do uso correto e seguro das diversas ferramentas disponíveis na Internet (ou da Internet/ Web em si) e é isto que pretendo ensinar com a minha oficina.

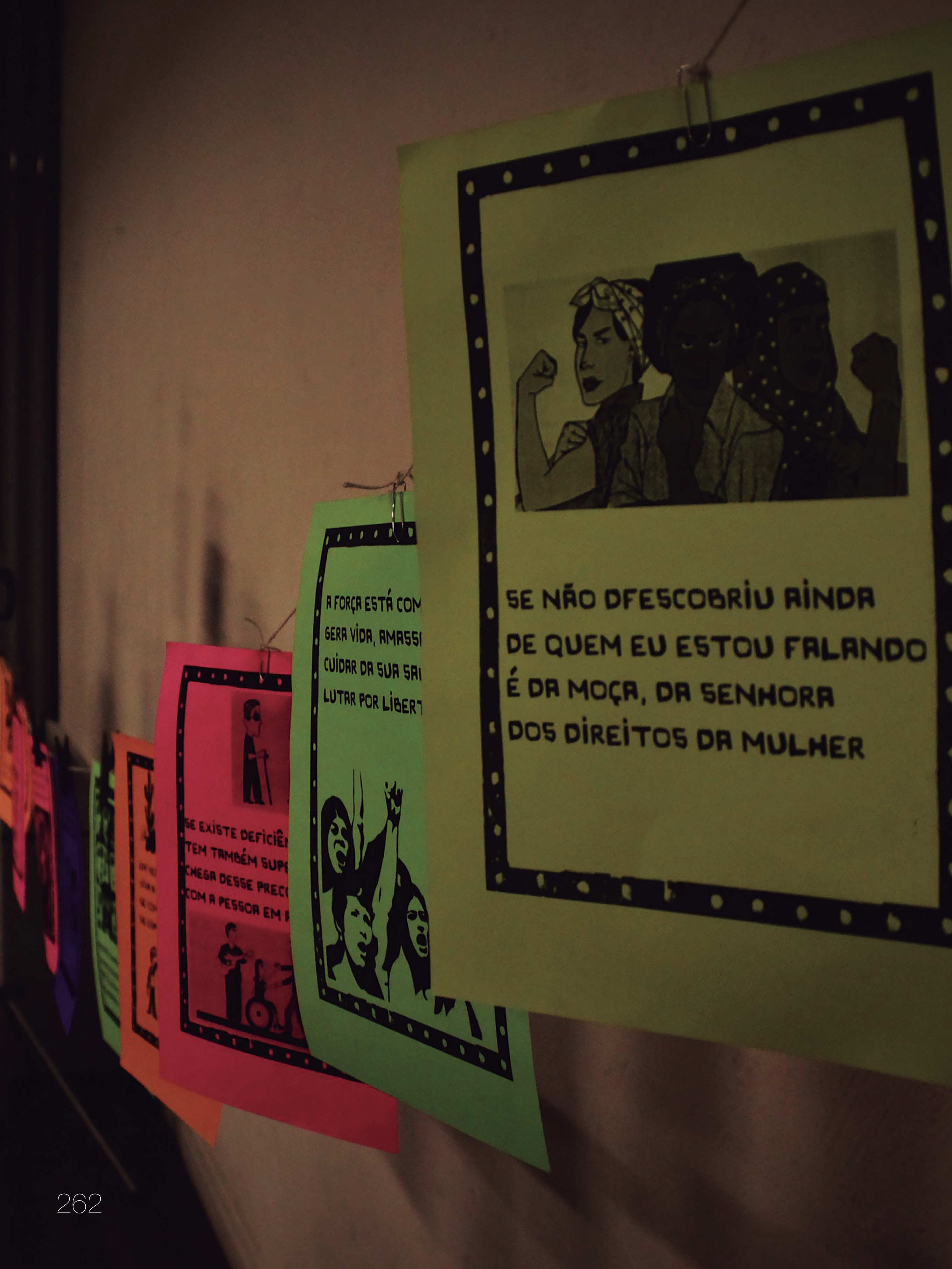
Ainda que hoje em dia, pouco mais de metade da população brasileira tenha acesso à rede, tudo indica que este número só crescerá e, eventualmente, chegaremos a uma população totalmente conectada, haja vista que atualmente existem grandes incentivos para que as pessoas se conectem, inclusive impulsionados pelo poder público.

A Internet é o sistema nervoso do século 21, e ensinar ao grande público sobre as ferramentas necessárias para usufruir de todos os recursos da rede, como descobrir e compartilhar conteúdo útil - desde sites que oferecem recursos educacionais e outros materiais essenciais gratuitamente até fóruns e comunidades onde possam travar discussões importantes - assim como diferenciar informações falsas de verdadeiras, é uma importante forma de favorecer e auxiliar o desenvolvimento da população brasileira.

(1) Que também possui princípios próprios que dialogam com os da Administração Pública, quais sejam: Transparência, Prestação de Contas e Responsabilização (Accountability), que são principalmente ligados ao Princípio da Publicidade; Tecnologia e Inovação que está principalmente ligado ao Princípio da Eficiência e Participação Cidadã, que está relacionado de maneira geral a todos os princípios.






SE NÃO DFESCOBRIU AINDA
DE QUEM EU ESTOU FALANDO
É DA MOÇA, DA SENHORA
DOS DIREITOS DA MULHER

ENSAIOS SOBRE GOVERNO ABERTO

O GOVERNO ABERTO E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA NOVA MANEIRA DE PRATICAR A DEMOCRACIA

PROF. FERNANDO LUIZ ABRUCIO

Doutor em Ciência Política pela USP e coordenador da graduação em Administração Pública pela FGV-SP.

DEFINIÇÕES BÁSICAS

Os conceitos de Governo Aberto e Comunicação Pública estão fortemente interligados, pois respondem, basicamente, a um fenômeno maior: a rediscussão do conceito de Democracia. Nas últimas décadas, há um debate importante na Teoria Política e no campo da Administração Pública referente à ampliação da esfera pública. A governança democrática envolve hoje um conjunto de mecanismos e arenas públicas que vão além do aparato governamental, potencializando a participação da sociedade no processo decisório e no controle das políticas públicas.

A noção de espaço público ampliado requer a construção de novos conceitos. O Governo Aberto é um deles. Trata-se de tornar mais transparente, accountable (responsabilização) e permeável à participação social e à coprodução do interesse público, com sua operacionalização sendo realizada por meio das instituições, políticas públicas e ferramentas de gestão. Segundo Álvaro Ramírez-Alujas (2012: 15), o Governo Aberto contém as seguintes características:

a) Melhorar os níveis de transparência e acesso da informação mediante a abertura dos dados públicos, permitindo a accountability das ações governamentais e também a utilização social de tais informações em prol da inovação em serviços públicos e/ou na interligação entre os atores do espaço público ampliado;

b) Facilitar a participação dos cidadãos na formulação e na implementação das políticas públicas;

c) Favorecer a geração de espaços de colaboração entre os diversos atores, principalmente entre os governos, a sociedade civil e o setor privado, para "codesenhar e/ou coproduzir valor público".

O conceito de Governo Aberto, na verdade, faz a ponte entre três correntes de pensamento e prática democrática. O primeiro relaciona-se com o debate sobre a teoria da democracia deliberativa, envolvendo aí todo um conjunto de propostas para aumentar a participação social no processo decisório e no controle das ações governamentais. Isso se materializou em experiências como conselhos de políticas públicas ou no Orçamento Participativo. A democracia deliberativa pressupõe uma convivência entre o modelo representativo e as formas de participação cidadã, tendo como pressuposto a ideia de que os instrumentos participativos podem melhorar o fazer político em todas as suas esferas, uma vez que os cidadãos têm mais espaços para o debate e mais responsabilidade decisória, aprendendo tanto com o exercício do contraditório quanto com os limites da decisão coletiva. O Governo Aberto pode potencializar esta prática deliberativa.

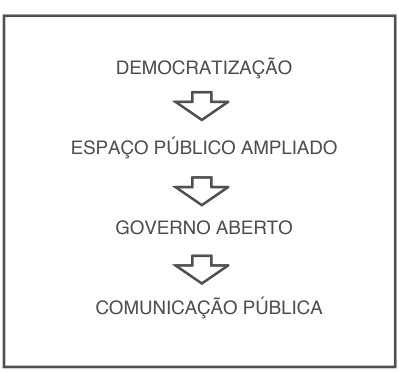
Uma segunda vertente que alimenta o Governo Aberto vincula-se ao uso da tecnologia da informação (as TICs) para melhoria da gestão pública e do jogo político democrático. Num primeiro estágio, tais tecnologias buscaram mais o aumento da eficiência dos processos internos à Administração Pública. Num segundo momento, foram utilizados para a prestação de serviços públicos via internet, aumentando a agilidade do aparato estatal e reduzindo assimetrias no acesso. Depois, avançou-se no uso das TICs como forma de tornar mais transparentes os dados públicos, facilitando uma accountability mais efetiva. Em adição a todos estes usos, o Governo Aberto hoje se utiliza da tecnologia para ampliar o debate junto à sociedade, permitindo que os cidadãos opinem sobre políticas, que discutam e proponham soluções pontuais ou gerais para a ação governamental e, por fim, que atuem conjuntamente, viabilizando a organização de

grupos na defesa de direitos ou na construção de propostas.

O arcabouço teórico do Governo Aberto se completa com as novas teorias de Governança Pública (TORFING, PETERS, PIERRE & SORENSON, 2011). Nelas, defende-se a ideia de esfera pública ampliada, de modo que as decisões coletivas numa democracia hoje têm como base a articulação do governo com os vários atores sociais. Não que o Estado perca sua centralidade, no sentido weberiano, de tomador final das decisões e da arbitragem social. Mas a legitimidade estatal, cada vez mais, depende de uma articulação contínua com a sociedade.

Assim, nascem conceitos como a coprodução de políticas públicas, bem como modelos de colaboração social. Também é por esta linha de pensamento que surge o debate sobre inovação social, que se alimenta da questão tecnológica, mas vai além dela, incorporando a noção de compartilhamento e uso público dos recursos.

Do ponto de vista lógico, a Comunicação Pública é fruto dessa renovação conceitual no campo da democracia e é fortemente ligada à ideia de Governo Aberto. Em termos esquemáticos, a relação entre tais conceitos se organizaria da seguinte forma, do mais amplo ao mais específico:



O processo de comunicação se tornou muito importante nas democracias contemporâneas. Primeiramente porque elas ganharam o caráter de massa, estendendo os direitos ao conjunto dos cidadãos, em sociedades que são, na sua maioria, bastante heterogêneas – e a democracia brasileira estaria entre os primeiros numa lista dos países mais heterogêneos e desiguais do mundo. Num contexto assim, a distribuição da informação é fundamental para todo o processo político e para a própria gestão pública. Foi por esta razão que se desenvolveram fortemente nas últimas décadas as comunicações política (e o marketing político) e governamental, como podem ser constatadas pelos exemplos das campanhas eleitorais e das propagandas dos governos (KOTLER & LEE, 2008).

Uma mudança mais recente tornou ainda mais importante a comunicação para a democracia: a Terceira Revolução Industrial e a criação daquilo que Manuel Castells chamou de Sociedade em Rede (2006). Isso envolveu não só uma grande transformação tecnológica, com a criação da internet e de seus múltiplos usos. Ocorreu também, e em proporção tão importante quanto, uma ampla alteração sociocultural: as pessoas querem estar conectadas ininterruptamente, com informações constantemente atualizadas e realizando debates continuamente. É esta a lógica das redes sociais em seus vários formatos.

A criação de uma sociedade conectada continuamente pela internet gera uma demanda não só por mais informações, mas também por maior participação, seja em debates, seja em termos de influência nas decisões. Tal mudança sociocultural, de grande espectro na sociedade atual, não garante por si só o caráter democrático do processo. Cabe frisar que essa potencialidade se realiza caso três coisas sejam acopladas ao Governo Aberto. Primeiro, a

existência de regras e instituições democráticas que possibilitem a deliberação. Em segundo lugar, é necessário construir uma cultura do debate democrático. É importante frisar este último ponto porque o uso das redes sociais na política pode, ao contrário, distanciar as pessoas da esfera pública, aumentar a intolerância e a radicalização nas discussões.

A frase do filósofo Jürgen Habermas capta muito bem o sentido da democracia baseada no debate e deliberação públicos: só é democrata quem supõe mudar de opinião. Por isso, a sociedade em rede baseada em tecnologias interativas favorece a construção de um espaço público democrático apenas se os atores sociais desenvolvem uma cultura do diálogo e do pluralismo, na linha da visão habermasiana de democracia (HABERMAS, 1995).

No debate sobre a sociedade em rede e seu potencial democrático, há um terceiro elemento que tem recebido menos espaço: a Comunicação Pública como um elemento essencial da democracia contemporânea. Basta ressaltar que seu teórico precursor, o francês Pierre Zémor (1995), não tem o mesmo destaque nos programa da área de Ciências Humanas que outros pensadores da democracia contemporânea.

O conceito de Comunicação Pública não pode ser confundido com comunicação governamental nem com comunicação política. A diferença reside no fato de que a Comunicação Pública se realiza no espaço público ampliado – para além dos governos e dos partidos, portanto, não para aquém –, englobando o conjunto de atores que, de uma maneira ou de outra, podem influenciar os rumos do interesse público, tais como o Estado (nos diferentes níveis de governo e Poder), partidos, Terceiro Setor, universidades, movimentos sociais, grupos comunitários e o setor privado quando atua em questões coletivas.

Por meio da Comunicação Pública, as informações que alimentam as políticas públicas, os dados governamentais, a pluralidade de ideias e visões de mundo podem ser apropriados pelos mais diversos grupos sociais. Decerto que este processo não é natural, nem é realizado pela “mão invisível da internet”. Regras institucionais, políticas públicas e espaços públicos para construção, debate e disseminação comunicacional devem existir, de modo que o Estado continue sendo um ator-chave, mas não mais exclusivo.

Quanto mais efetiva for a Comunicação Pública, maiores as chances de a sociedade atuar de forma autônoma na esfera pública ampliada. O sucesso desse arranjo comunicacional também leva a um modelo de coprodução das políticas públicas, aumentando a porosidade do Estado para responder às demandas sociais. Ademais, a Comunicação Pública pode ser um instrumento de construção de ações, colaboração e inovação entre os atores sociais, criando uma dinâmica transformadora menos dependente da lógica governamental e podendo gerar uma nova consciência sobre o papel de cada um na garantia do interesse público.
Em poucas palavras, a Comunicação Pública tem um potencial transformador não apenas das relações entre Estado e sociedade, mas, de maneira mais profunda, da própria forma como os cidadãos se veem como atores na esfera pública, tornando-os mais democráticos e republicanos.
Segundo Jorge Duarte (2009), a Comunicação Pública teria os seguintes objetivos:

a) Identificar demandas sociais;
b) Definir conceitos e eixos para uma ação pública coerente e integrada;
c) Promover e valorizar o interesse público;
d) Qualificar a formulação e implementação de políticas públicas;

e) Orientar os administradores em direção a uma gestão mais eficiente;

f) Garantir a participação coletiva na definição, implementação, monitoramento, controle e viabilização, avaliação e revisão das políticas e ações públicas;

g) Atender as necessidades do cidadão e dos diferentes atores sociais por obter e disseminar informações e opiniões, garantindo a pluralidade no debate público;

h) Estimular uma cidadania consciente, ativa e solidária;

i) Melhorar a compreensão sobre o funcionamento do setor público;

j) Induzir e qualificar a interação com a gestão e a execução dos serviços públicos;

k) Avaliar a execução das ações de interesse coletivo.

Para atingir estes objetivos, a Comunicação Pública pode ser realizada de várias maneiras. Em algumas delas, trata-se de democratizar a comunicação governamental, dando acesso mais transparente, rápido e amigável às informações sobre serviços e políticas públicas. O Estado pode ainda criar espaços para receber propostas dos cidadãos e grupos da sociedade civil, em torno de programas existentes ou de questões coletivas que exigem novas soluções. Na mesma linha de abertura de canais, o poder público tem a prerrogativa de criar espaços de debate e disseminação de ideias entre os integrantes da sociedade, tanto para temas gerais como para assuntos vinculados a determinados grupos, tal qual o exemplo dos direitos de minorias. Estes espaços comunicativos da esfera pública são importantes independentemente de eles gerarem uma ação específica de política pública, uma vez que eles têm a função pedagógica de fortalecer a cidadania por meio da discussão de ideias e propostas.

Para além da função governamental de alimentar o debate e a pedagogia cidadã, é preciso utilizar as redes sociais e a comunicação de massa de forma autônoma pela sociedade, podendo haver incentivos públicos para este processo, sem porém subordinar a lógica comunicativa dos atores sociais às autoridades governamentais. Neste último caso é que estão as maiores inovações da Comunicação Pública. São sites, redes sociais, rádios e TVs comunitárias, aplicativos, produção multimídia e performances públicas (como teatro, saraus, festivais de música, etc.) que podem difundir informação e discussão por vários segmentos sociais. Criar condições para sua ampliação a todos é essencial para democratizar as sociedades contemporâneas, pois, embora nunca se tenha tido tanto acesso à informação como hoje, seus canais ainda são pouco plurais em termos de conteúdo e interatividade.

Afinal, como já mostraram autores clássicos da Teoria Democrática, em linhas tão distintas de pensamento, como Bobbio, Dahl, Habermas e Sartori, sem democratizar efetivamente o debate, o jogo político perde parte importante de sua potencialidade de melhorar a qualidade das decisões públicas.

Definida a relevância da Comunicação Pública, é preciso enumerar quais são os desafios postos à sua efetivação.

DESAFIOS À COMUNICAÇÃO PÚBLICA: QUESTÕES GERAIS E A ESPECIFICIDADE DO PODER LOCAL

A Comunicação Pública deve ser vista como um subconjunto da teoria democrática, em particular das noções de esfera pública ampliada e Governo Aberto. Neste sentido, seus desafios, antes de mais nada, são similares aos da democracia contemporânea. Ou seja, a Comunicação Pública deve ser realizada num contexto em que sejam garantidos cinco aspectos:

a) Os direitos humanos básicos;

b) A accountability vertical e horizontal, nas eleições e durante o mandato;

c) A transparência das informações públicas e o livre acesso a elas;

d) Os mecanismos de integridade da ação governamental;

e) A possibilidade de os cidadãos participarem do processo de produção e implementação das políticas públicas.

A este conjunto de pressupostos democráticos existem desafios ligados à Comunicação Pública, presentes em qualquer lugar. O primeiro deles é o de qualificar melhor a comunicação governamental. É preciso constituir um corpo gerencial capaz de fornecer, com qualidade, informações relevantes aos cidadãos. Além disso, a comunicação governamental tem de estar mais a serviço do Estado do que do governante de ocasião. Os atos governamentais e o funcionamento das políticas públicas devem ser conhecidos por todos, por um processo de comunicação permanente.

O segundo refere-se à qualidade dos dados governamentais. A produção da informação pública constitui, numa sociedade democrática, um dos seus aspectos mais importantes. Se há carência de dados governamentais ou se eles são de má qualidade, os governos tornam-se opacos aos cidadãos, e estes não poderão exercer seu direito ao conhecimento das ações governamentais e à fiscalização da gestão pública.

O último pressuposto válido a todas as democracias do mundo diz respeito ao incentivo à comunicação autônoma por parte da sociedade, garantindo a diversidade de posições e a possibilidade que novas visões de mundo sejam constituídas. Como dito antes, a Comunicação Pública vai além da esfera governamental, mas é preciso que o Estado dê garantias ou até incentive a profusão de formas de informação, favorecendo especialmente aqueles que, por conta de barreiras sociais, tenham menor acesso aos insumos do debate público. É importante frisar que deve-se garantir o espaço para a autonomia e pluralidade dos meios de comunicação em relação ao poder público, que não podem ser meros reprodutores da visão dos governantes.

Estes desafios precisam ser contextualizados para a realidade brasileira. Num plano mais geral, é preciso garantir os pressupostos democráticos elencados anteriormente. A tradição política do país de Estado pouco transparente à sociedade e a grande desigualdade são empecilhos que ainda têm impacto sobre a qualidade de nossa democracia. Entretanto, houve vários avanços nos últimos anos, como a consolidação dos direitos civis, políticos e (sobretudo) sociais na Constituição; a realização de eleições livres, competitivas e limpas, com alternância no poder nos últimos trinta anos em todos os níveis de governo; a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de várias legislações de combate à corrupção; e, por fim, a montagem de vários canais participativos para que os cidadãos possam atuar no processo decisório, quer seja na produção das políticas, quer seja no controle delas.

Num plano mais específico, a Comunicação Política no Brasil vai ter de enfrentar alguns desafios, quais sejam:

a) Melhorar a organização e divulgação das informações públicas, dada a tradiçãoautocentrada e opaca do Estado brasileiro. Contribui para isso, em primeiro lugar, a descontinuidade das políticas públicas, que é uma marca do país e que dificulta a construção de uma memória administrativa institucionalizada. Soma-se a este fator a fragilidade das burocracias profissionais, especialmente no plano subnacional, o que resulta num modelo organizacional em que pessoas ou pequenos

grupos guardam as informações e, por muitas vezes, delas retiram o seu poder de barganha dentro da administração pública. Isso gera a formação de verdadeiros cartórios informacionais no Estado brasileiro, algo que é o inverso da noção republicana de gestão pública, baseada na transparência dos dados e da definição das funções governamentais. O modelo cartorial, em verdade, não tem interesse em produzir, regularmente e de forma pública, as informações necessárias para o desenvolvimento da cidadania. Para mudar esta característica do Estado brasileiro, é necessário ter uma estrutura mais estável e profissional na administração pública, especialmente em estados e municípios, que seja obrigada e controlada institucionalmente a coletar e disseminar dados públicos. Somente com este novo modelo de gestão da informação será possível produzir uma Comunicação Pública condizente com princípios democráticos, pressionando os governos a serem mais fidedignos em sua comunicação junto à sociedade e possibilitando que outros atores da esfera pública ampliada possam também disseminar informações que interessem à coletividade.

b) É preciso, urgentemente, acabar no Brasil com o domínio do marketing político sobre a comunicação governamental. Há uma sensação generalizada na sociedade brasileira de que os marqueteiros se tornaram poderosos demais para se realizar o devido controle democrático dos políticos. Esse fenômeno é ainda mais perverso por conta do financiamento privado das campanhas, o que gera muitas suspeitas sobre as promessas em período eleitoral. O processo comunicativo do governo deve ter total autonomia sobre a futura campanha eleitoral. Esse é o primeiro passo, nesse quesito, para melhorar a Comunicação Pública. O segundo passo deve ser melhorar a qualidade do debate e das informações prestadas ao longo das campanhas políticas.

c) O aperfeiçoamento da Comunicação Pública passa necessariamente por um acesso mais eficiente e mais generalizado das informações relativas aos serviços públicos. O Estado brasileiro comporta-se de forma autocentrada em relação aos cidadãos e isso se reflete na comunicação sobre as atividades governamentais. Uma forma de mudar isso é planejar todo o processo de formulação e, principalmente, implementação das políticas juntamente com uma estratégia de comunicação. Tal aspecto deve valer para atividades realizadas em hospitais, escolas, centros de atendimento na assistência social, equipamentos de cultura, em suma, em todos os serviços públicos prestados à sociedade. Será necessário, para tanto, que haja funcionários capacitados para exercer essa função, ao mesmo tempo que os cidadãos devem ter canais para cobrar as informações governamentais relativas aos seus serviços.

d) A Comunicação Pública deve ter como um dos seus principais objetivos ser um instrumento de pedagogia cidadã. Para tanto, deve ser didática o suficiente para que todos possam entender o funcionamento governamen-tal e, desse modo, poderem usufruir melhor dos serviços públicos e terem maior capacidade de controlar o poder público. Mas o centro da pedagogia cidadã deve ser a capacitação dos cidadãos para participarem da esfera pública por meio de instrumentos comunicacionais. Seja em termos de deliberação em relação às políticas públicas, seja para que os indivíduos e grupos sociais se organizem e produzam informações atinentes à coletividade, com foco (mas não apenas para) os que tenham menor acesso à informação.

e) Outro aspecto essencial para melhorar a Comunicação Pública no Brasil diz respeito á concentração da informação governamental em poucos meios de comunicação. É necessário que os governos diversifiquem sua comunicação em vários tipos de meios e órgãos de comunicação, seja da grande mídia, seja dos produtores mais alternativos. Deve se ter uma comunicação mais plural possível, inclusive dando espaço a quem tem posições diferentes das dos governantes de plantão.

f) Diante do desafio posto acima, é fundamental incentivar formas de comunicação produzida pelos cidadãos, em diversos formatos. Trata-se de uma tarefa importante para democratizar a Comunicação Pública. Formas de comunicação vinculadas à internet e redes sociais, rádios comunitárias, grupos de teatro, jornais locais, saraus literários e reuniões musicais podem ser apoiadas para que se produza informação e debate em prol da comunidade. Se a sociedade ganha espaço para construir sua própria comunicação, a democracia torna-se mais forte. Aqui há um amplo espaço para a inovação na governança da esfera pública ampliada. As novas possibilidades comunicacionais são ainda desconhecidas, sobretudo no uso das mídias digitais e de intermídias, e este campo fica mais aberto quando se trata de Comunicação Pública, uma vez que não são só os meios que estão mudando, mas a própria noção de democracia e espaço público vem sofrendo fortes alterações, como exposto anteriormente no presente texto. Desse modo, a Comunicação Pública pode ser um dos terrenos mais inovadores na gestão pública, no Brasil e no mundo, nos próximos anos.

g) Por fim, é fundamental que no Brasil se construa na burocracia pública e na classe política uma cultura de comunicação voltada ao interesse público. A luta contra o patrimonialismo continua sendo um elemento importante para o sucesso da democracia brasileira e a Comunicação Pública pode ser usada para atingir este objetivo.

A estes desafios para todo o Brasil deve-se acrescentar uma lista sintética de tarefas essenciais para impulsionar e aprimorar a Comunicação Pública na cidade de São Paulo.

Como a maior metrópole do país e uma das maiores megalópoles do mundo, São Paulo tem evidentemente uma governança muito complexa. Os instrumentos da Comunicação Pública poderiam ser armas essenciais para melhorar as decisões coletivas e a produção de políticas públicas. Para tanto, os seguintes elementos deveriam estar presentes na governança em São Paulo:

- Primeiro, a construção das informações públicas já deve ter em sua lógica os ditames da Comunicação Pública, envolvendo aqui não só a transparência e os princípios do Governo Aberto, mas também as ações que devem guiar os processos comunicativos à população;

- Segundo, as políticas públicas e os serviços públicos devem ter, em todas as suas fases de gestão, instrumentos comunicacionais que melhorem a relação Estado-sociedade e permita que os cidadãos usufruam melhor os seus direitos e possam ter maior poder de cobrança junto ao poder público;

- Terceiro, é preciso fortalecer a capacidade de produção de informação e de ações de comunicação do corpo burocrático, especialmente em seus segmentos que cuidam da memória administrativa, disseminação de dados e da relação direta com os cidadãos em órgãos e equipamentos públicos. Para tanto, além da profissionalização e capacitação, é necessário um trabalho para mudar a cultura organizacional;

• Quarto, como a cidade de São Paulo é muito grande, é preciso ter um trabalho regionalizado em relação à Comunicação Pública, construindo capacidades nas várias partes do município e levando em conta as disparidades existentes;

• Quinto, o ponto central da estratégia deve ser fortalecer a pedagogia cidadã, especialmente no que se refere ao incentivo para a criação de múltiplas formas comunicacionais por parte da sociedade, permitindo, assim, que a Comunicação Pública vá além da governamental e fortaleça a capacidade de a sociedade se organizar autonomamente.

A Comunicação Pública, em suma, pode ser uma das peças-chave para melhorar a governança em São Paulo e aprimorar o processo democrático local. O futuro da gestão pública passa, sem dúvida, por este tema.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CASTELLS, Manuel (2006). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à política.* In CASTELLS, Manuel & CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política.** Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.

DUARTE, Jorge (2009). *Instrumentos de Comunicação Pública.* In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas.

GIACOMINI, Gino. *Percepções Sociais sobre a Publicidade de Entidades Públicas* (2004). In: OLIVEIRA, José. **Comunicação Pública e Governo.** Campinas, SP: Editora Alinea.

GUTMANN, Amy (1995). *A desarmonia da democracia.* **Lua Nova: revista de cultura e política**, nº 36. São Paulo: CEDEC, 1995, pp. 5-37.

HABERMAS, Jürgen (1995). *Três modelos normativos de democracia.* **Lua Nova: revista de cultura e política**, nº 36, CEDEC, pp. 39-53.

KOTLER, Philip & LEE, Nancy (2008). *Marketing do setor público.* Porto Alegre: Ed. Bookman.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. A. O (2008). *A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática.* **Revista Organicom**, São Paulo, n.8, p.52.

RAMÍREZ ALUJAS, Álvaro (2012). *"Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta?"*, **Revista Más Poder Local**, Nº 12, Especial Redes Sociales y Gobernanza, pp. 14-22.

TORFING, Jacob, PETERS, B. Guy, PIERRE, Jon & SORENSON, Eva (2011). **Interactive Governance – Advancing the Paradigm.** Oxford, Oxford University Press.

ZÉMOR, Pierre (1995). La Communication Publique. Paris: PUF.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO DIMENSÃO PARA O PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO PÚBLICOS

PROF. URSULA DIAS PERES

Doutora em Economia pela EESP/FGV, é professora doutora do Programa de Graduação e Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e do Mestrado em Mudança Social e Participação Política. Contato: uperes@usp.br

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 representaram um importante marco nas discussões sobre participação social no Brasil. Estudos posteriores poderão lançar luz sobre as miríades deste momento histórico, caracterizado por demandas de naturezas distintas e, por vezes, desconexas e contraditórias, mas que deixaram claras evidências sobre interesses e sentidos atribuídos pelos cidadãos à atuação estatal no âmbito da gestão pública.

Embora não se constitua como um fenômeno exclusivo da contemporaneidade, o debate sobre participação pode ser caracterizado a partir de uma nova roupagem, se inserindo no contexto de redemocratização e redefinição das funções do Estado que, a partir de reformas iniciadas na década de 1980, inaugura um novo período no campo das políticas públicas.

Assim, para além de possibilitar a ruptura com as práticas autoritárias características do período ditatorial, a participação tornou-se elemento central para o governo, ora servindo como resposta aos anseios e lutas democráticas e outrora, como defendem alguns autores, representando o elemento legitimador - e controverso - de um novo paradigma estatal (DAGNINO, 2004a).

A definição de participação é altamente polissêmica, assumindo significados distintos que variam em razão do interlocutor público - estatal, sociedade civil, organização de interesse específico e outros. De forma semelhante, identificam-se diferentes tipos de canais de interlocução participativa: 1) informativo; 2) mapeamento de demandas; 3) informação e mapeamento; 4) informação, mapeamento e retorno sobre as demandas; 5) formas de construção coletiva de políticas públicas. Tendo em vista os distintos atores e canais voltados à participação, coloca-se o desafio de que no âmbito do governo haja a construção de capacidades estatais para dar conta da informação, da formação de pessoas (dentro e fora do Estado) e da construção conjunta.

Nesse contexto, diversos foram os mecanismos criados com vistas a instrumentalizar e sistematizar a participação social, tendo o Estado como ponto central, a partir da realização de conferências nacionais, da estruturação de instituições, como os conselhos de políticas públicas e de formas de gestão dos recursos, como o orçamento participativo. A publicidade das informações do Estado também ocorre de maneira passiva, ou seja, com a sociedade como demandante deste princípio, por meio da disponibilização de informações públicas.

No entanto, e a despeito das distintas estratégias elaboradas, permanecem questionamentos acerca da efetividade da participação social, seus efeitos para a coletividade e para a representação dos grupos heterogêneos que compõem a sociedade.

De modo a contextualizar sobre as discussões deste tema, o presente ensaio tem como objetivos primordiais: I) caracterizar o princípio da participação na gestão pública, a partir de revisão bibliográfica, de modo a indicar as principais discussões teóricas sobre o tema, bem como mapear os instr mentos recentes que materializam o conceito, sobretudo nas políticas públicas do âmbito municipal aquela desenvolvidas no governo federal, mas que possuem implicações diretas para o município; bem como: II) propor a participação social como elemento central na atividade de planejamento e orçamentação pública, apoiada pelas práticas de governo aberto, voltada a subsidiar a construção de consensos sobre possibilidades e limites do Estado, a partir da dimensão do conflito distributivo.

Para tanto, o documento está dividido em quatro seções além desta introdução. Na próxima seção, serão apresentados elementos teóricos e históricos acerca da dimensão participativa na gestão pública brasileira. A terceira seção busca caracterizar dois importantes instrumentos de participação no âmbito federal, quais sejam, as conferências nacionais e os conselhos de políticas públicas, que impactam sobremaneira a gestão municipal, na medida em que suscita desdobramentos no âmbito local. Na quarta seção, serão apresentados argumentos para a defesa da participação como caminho essencial à construção e entendimento sobre políticas públicas, ação central para as atividades de planejamento e orçamentação governamental. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO: REVISÃO HISTÓRICA

A Constituição Federal de 1988, ao materializar os esforços democráticos em um contexto pós-autoritário, representa também o marco central e norteador dos debates contemporâneos acerca da dimensão participativa no âmbito do Estado brasileiro (IPEA, 2012).

Ao definir o princípio da publicidade como norteador da administração pública (artigo 37), bem como institucionalizar a participação por meio da criação de instituições voltadas ao tema, o constituinte dava claras indicações sobre a importância desta dimensão. Nesse contexto, o sentido de "público" passaria a ser compreendido para além de sua dimensão estatal, por meio da inclusão de atores da sociedade no processo de construção das políticas públicas (COHN, 2011).

De maneira semelhante, a literatura sobre participação indica estreitas relações entre esta dimensão e movimento de redefinição do papel do Estado que, no Brasil, foi marcado, principalmente, pela descentralização da oferta de serviços públicos para organizações da sociedade civil - com base no conceito de público não-estatal definido pelo documento norteador deste projeto, qual seja, o Plano Diretor da Reforma do Estado -, bem como a adoção de conceitos balizadores da atuação pública, dentre eles, a eficiência e a gestão por resultados (PACHECO, 2010; FERLIE, 1996). Desse modo, o Estado, antes centralizador da produção de políticas públicas, passa a ser visto como espaço de luta entre atores e interesses, que se organizam de formas múltiplas – coalizões, redes – para exercer influência (política) sobre sua atuação.

Nesse contexto, a administração pública foi capaz de analisar e propor modelos para as novas configurações entre Estado, sociedade e mercado, por meio de estudos sobre cooperação e governança(1), elemento essencial para a execução e legitimidade do reordenamento estatal (FARAH, 2013).

O debate sobre participação, no entanto, está longe de alçar a consensualidade entre os diversos especialistas sobre o tema. Assim, para Dagnino (2004b) a dimensão participativa tem sido usada, ao mesmo tempo, e com a mesma roupagem, por dinâmicas sociais e ideologicamente distintas, quais sejam, o fenômeno movimentalista, desenvolv do, no Brasil, ao longo do período ditatorial, e o processo de reforma de Estado, iniciado a partir da década de 1990 no Brasil.

> "Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de

(1) O conceito de governança, notadamente polissêmico, é adotado pelo presente ensaio como descritor dos distintos arranjos de coordenação horizontal entre atores públicos e privados na consecução das políticas públicas.

> suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimen são perversa a essas jovens experiências, acentuada pela nebulosidade que cerca as diferentes intenções que orientam a participação. Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos conselhos gestores, de membros das organizações não-governamentais (ONGs) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que, de uma maneira ou de outra, vivenciam a experiência desses espaços ou se empe nharam na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam". (DAGNINO, 2004b, p. 143).

Considerando o princípio da cidadania como integrante da dimensão participativa, Dagnino (2004a) e Telles (1994) defendem ainda uma compreensão ampliada da dimensão participativa, de modo que, para as autoras, esta englobaria não somente sua definição normativa, mas também as distintas práticas e interações sociais, na medida em que estas determinam as possibilidades de engajamento dos cidadãos ou grupos de atores. Assim, a ampliação do conceito, aliada à constatação de uma crescente complexidade dos arranjos sociais, marcada pela pluralidade de atores e pela crise dos sistemas de representação, colocaria ao Estado o desafio de "tornar comensurável a heterogeneidade inscrita na vida social" (Telles, 1994, p. 94). Em outras palavras, a dominância exercida por grupos específicos de atores colocaria em risco a representatividade, nos espaços institucionalizados, das distintas vozes que integram a sociedade. A ausência desta mediação, portanto, resultaria no reforço de demandas majoritárias e essencialmente específicas de determinado grupo social, ao que Dagnino (2004a) chama de "autoritarismo social", ou seja, a reprodução dos padrões de desigualdade – baseados nos critérios de classe e gênero, por exemplo – nos espaços em que o diálogo aberto e horizontal deveria ocorrer.

A despeito das distinções apontadas pela literatura, o fenômeno da participação tem se intensificado, tendo como exemplos de sua materialização a criação de conselhos de políticas públicas, conferências nacionais, audiências públicas, entre outros, bem como a criação de mecanismos eletrônicos para a disponibilização de informações sobre a gestão pública.

Na próxima seção serão apresentados dois exemplos fecundos de modelos institucionais nos quais a participação tem sido desenvolvida, quais sejam, as conferências nacionais e os conselhos de políticas públicas, bem como um importante instrumento de disponibilização das informações públicas.

A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMINHOS, POTENCIALIDADES E LIMITES PARA A RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

A politização da ação pública (MARQUES, 2013) possui centralidade na reflexão acerca dos processos de participação proposta pelo presente ensaio. As políticas públicas, antes consideradas como outputs do sistema, resultados lógicos e determinados da atuação estatal, tendo em vista a racionalidade plena dos tomadores de decisão, passaram a ser paulatinamente encaradas, pela literatura do campo, como produtos de processos mais dinâmicos, pautados pela complexa confluência entre interesses, ideias e instituições (FARIA, 2003).

Ademais, o Estado, antes encarado como uma mera "caixa preta", passaria a ser visto como um dos atores relevantes na interação para produção de políticas públicas: o governo exerceria, assim, influência, não representando somente o lócus onde os interesses dos atores se manifestam de maneira impositiva e pouco dialógica (MARQUES, 1997; 2013).

Desse modo, as conferências nacionais, bem como os conselhos, representam espaços potenciais de construção de políticas públicas, nos quais coexistem representantes da sociedade civil e do governo. Nos últimos anos, observa-se o crescimento acentuado dessas instituições, seja em resposta às demandas e, sobretudo, por incentivos legais e programáticos a partir dos quais os conselhos tornam-se condicionalidades para a implementação de políticas públicas e às transferências de recursos governamentais, como no caso da área temática da saúde.

No âmbito da educação, para citar mais um exemplo, destaca-se a existência de distintos mecanismos voltados à dimensão participativa no governo federal, como o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e as conferências. O Plano Nacional de Educação, aprovado pelA lei 13.005, de 2014, ratificou a existência do Fórum Nacional e de seu conselho temático, como importantes instâncias para monitoramento da execução das metas aprovadas (Artigo 5º, Lei 13.005 de 2014).

Avritzer (2012) destaca a importância das conferências nacionais como espaços de diálogo e construção. Entre 1940 e 2013 foram realizadas 138 conferências, das quais 97 aconteceram entre o período de 2003 a 2013 (AVRITZER, 2012; Secretaria Geral da Presidência da República, 2015). O mesmo autor indica a centralidade de experiências no âmbito das políticas sociais, ao passo que as ações voltadas à infraestrutura e políticas econômicas ainda não representam grande parcela das conferências realizadas.

Ainda que não tenha se alcançado consenso sobre sua efetividade instrumental, em termos do cumprimento das propostas e disposições aprovadas pelos grupos participantes, indica-se que os espaços promovidos pelas conferências teriam impacto central para a inclusão de atores, para o aprendizado democrático e no adensamento de relações em determinado subsistema de políticas públicas (PAVEZ et al, 2011; ALENCAR et al, 2015).

Para além, as conferências deveriam ser vistas como integrantes de um processo maior de construção de ações públicas, e não eventos pontuais e transitórios, que visam cumprir exigências normativas e/ou demandas históricas da sociedade civil por espaços abertos de diálogo com o governo (ALENCAR et al, 2015). As conferências nacionais teriam, ainda, impacto para a construção de conse sos entre os distintos níveis federativos, uma vez que sua etapa nacional, a partir da qual elabora-se o conjunto de propostas, é precedida, em geral, por encontros municipais e estaduais.

Abers e Keck (2007) indicam que o surgimento, no início da década de 1990, dos conselhos de políticas públicas seria um importante passo democrático, não para suplantação da democracia representativa, sobretudo no âmbito do legislativo, mas para seu fortalecimento, na medida em que representaria um espaço de participação dos "excluídos" – grupos de atores apartados das dinâmicas de participação mais usuais. O diálogo possível seria potencializado pela composição paritária dos conselhos, ou seja, com a participação, pretensamente equilibrada, entre membros da sociedade civil e do Estado.

No entanto, como indicam Abers e Keck (2007), questionamentos acerca da efetividade dos conselhos, sobretudo na dimensão de representatividade dos interesses de grupos da sociedade, passaram a ser recorrentes. As hipóteses que justificariam o fenômeno observado estariam relacionadas à desconexão entre os representantes e os movimentos sociais que os originaram, a supremacia de grupos específicos nos debates realizados, sejam eles da sociedade civil ou do Estado, bem como o descolamento entre o perfil dos atores e aquele observado nos grupos representados, sobretudo relativos aos critérios de renda e escolaridade indícios do fenômeno de autoritarismo social descrito por Dagnino (2004a).

De maneira semelhante, outras iniciativas passaram a ser centrais para o modelo de participação brasileiro, como os bancos de dados e sistemas de gestão de informação disponibilizados pelo governo federal. Tais iniciativas, se inserem no marco do modelo de governo aberto, caracterizado pelos princípios de transparência, responsabilização (accountability), participação e inovação tecnológica (Controladoria Geral da União, 2015; OGP, 2015[2]).

As iniciativas de disponibilização de informações públicas ganharam reforço em 2011, com a publicação da lei 12.527, a Lei de Acesso à Informação (LAI). Dentre os seus principais instrumentos, no âmbito do Governo Federal, destaca-se o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) que, entre junho de 2012 a dezembro de 2015 recebeu o total de 325.397 pedidos de acesso à informação (NEVES, 2013; e-SIC, Relatórios Estatísticos, 2015).

Os avanços na criação de mecanismos e instâncias de participação no âmbito do Governo Federal são notáveis, mas carecem de análises críticas e pormenorizadas sobre sua efetividade, para além da dimensão instrumental, mas, sobretudo, acerca da amplitude de alcance dessas iniciativas dentre os grupos excluídos da sociedade.

Assim, defende-se que a participação não pode se limitar à escuta das demandas sociais, mas deve representar um meio/instrumento para que as ações governamentais estejam alinhadas ao mundo social, contribuindo para possibilitar o direcionamento mais efetivo dos (escassos) recursos públ cos voltados à redução da desigualdade estrutural que assola grande parte da população brasileira (REIS, 2015).

Desse modo, a próxima seção tem como objetivo refletir sobre a participação como elemento central da atividade de planejamento e orçamentação do Estado.

A PARTICIPAÇÃO COMO ELEMENTO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

A análise do histórico do planejamento governamental no Brasil permite apontar a existência de um movimento pendular, de centralidade e consequente esvaziamento da função de planejar no âmbito do Estado, estreitamente relacionado às alterações cíclicas da economia (PARES & VALLE, 2006; CARDOSO, 2011).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe novamente a obrigatoriedade do planejamento para todos os entes da administração pública, por meio da criação do Sistema Integrado de Planejamento, composto pelo i) Plano Plurianual de Ações (PPA), a ii) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a iii) Lei Orçamentária Anual (LOA).

---

(2) O Brasil é signatário da iniciativa internacional Open Government Partnership (OGP), com a execução do segundo plano de ação. A declaração da OGP, por sua vez, aponta os seguintes elementos como norteadores de sua ação: i) increase the availability of information about governmental activities, ii) support civic participation, iii) implement the highest standards of professional integrity throughout our administrations e iv) increase access to new technologies for openness and accountability (OGP, 2015). Para mais informações: http://www.opengovpartnership.org/

> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelece rão:
> I - o plano plurianual;
> II - as diretrizes orçamentárias;
> III - os orçamentos anuais.
> § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos progra mas de duração continuada.
> § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legisla ção tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988).

Desse modo, ao alinhar o plano à sua disponibilidade orçamentária, por meio do PPA e da LOA, propõe-se a análise pormenorizada acerca das capacidades de execução das propostas governamentais, na medida em que o orçamento, caracterizado como uma peça eminentemente política e indicativa das prioridades governamentais, daria indicações sobre as capacidades de financiamento do Estado. Assim, planejar e orçar seriam atividades complementares e indissociáveis.

A planificação representa o exercício de seleção de uma cadeia de ações voltadas ao alcance de objetivos. Ainda que esteja formulada sobre uma causalidade lógica de ações, o plano é um produto situacional, na medida em que sua formulação se dá tendo como base uma realidade social em constante mudança (MATUS, 2006; REIS, 2015).

A presente reflexão, de autoria de Carlos Matus (2006), indica que os atores envolvidos no planejamento não ocupam centralidade ou exercem controle sobre as dinâmicas inerentes do mundo social. Nesse contexto, os subsídios trazidos pela participação da sociedade seriam instrumentos essenciais à formulação de ações alinhadas às demandas da sociedade, possibilit das por uma análise situacional mais próxima das distintas realidades existentes. A participação, nesse sentido, seria importante para dar subsídios cognitivos à atividade de planejar (ABERS e KECK, 2007; IPEA, 2012; REIS, 2015).

Não se trata, no entanto, de uma proposta de visão utilitarista da participação, mas de garantir sentido às contribuições ofertadas pelos sujeitos sociais, de modo que, tanto os planos não se tornem meras “cartas de intenção”, destituídas de sentido prático, nem as demandas sociais representem o simples produto da obrigatoriedade normativa que pauta a sua existência.

Na medida em que planificação e orçamento representam dimensões conjuntas, os subsídios trazidos pela participação poderiam contribuir para o estabelecimento de decisões consensuais entre os atores, especialmente no âmbito da alocação orçamentária, caracterizada pelo eterno conflito distributivo.

A alteridade, ou seja, o olhar do mundo a partir da visão “do outro”, representaria o reconhecimento das demandas, a partir das quais seriam formuladas alternativas de enfrentamento, para além, possibilitaria a construção de caminhos possíveis, tangenciados pelas restrições orçamentárias.

As experiências de orçamento participativoconstituem exemplos alinhados à proposta descrita,embora concentrem-se sobre parcelas definidas e, por

vezes, vinculadas no orçamento público – educação e saúde, por exemplo.

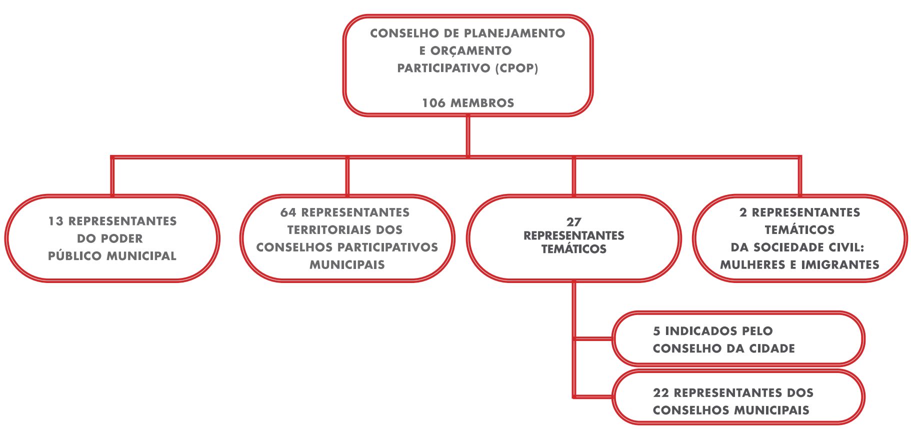
Em contrapartida, as experiências dos fóruns interconselhos(3), voltados à formulação do PPA, poderiam representar formatos mais estratégicos de construção de políticas públicas.

No âmbito do município de São Paulo, destaca-se como importante experiência de construção conjunta da ação pública o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP), criado em 2014, representando uma instância de participação e discussão dos instrumentos de planejamento e orçamento públicos, sobretudo, o orçamento anual e o Programa de Metas da Cidade de São Paulo. A composição desta instância (figura 1) possibilitaria discussões acerca da alocação de recursos públicos, realizadas de forma mais horizontal e dinâmica, tendo em vista a multiplicidade de atores, do Estado e da sociedade civil, que integram esse espaço.

Ainda sobre a experiência do CPOP, esta proposta inova ao buscar associar em uma mesma arena de discussão as demandas temáticas e territoriais em torno do fundo público, destacam-se, então, os atores que integram a instância que, em última instância, é formada por conselheiros de outras áreas temáticas. Ressalta-se, ainda, a existência de representantes temáticos da sociedade civil, nas áreas de políticas para mulheres e imigração, indicação da equidade como princípio balizador das discussões propostas.

No entanto, embora represente um importante avanço na dimensão participativa, aponta-se a existência de limites relativos à compatibilização de demandas das distintas áreas temáticas, tendo em vista a limitação orçamentária, carecendo, ainda, de maior tempo de execução, na medida em que consiste em uma experiência recente.

Figura 1. Estrutura Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos



*ELABORAÇÃO DA AUTORA COM BASE EM PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015

(3) Para mais informações sobre os fóruns interconselhos, acesse: http://www.participa.br/forumppa/

REFLEXÕES FINAIS

O presente ensaio versou sobre a temática de participação social, tendo como objetivos primordiais i) caracterizar o princípio da participação na gestão pública, a partir de revisão bibliográfica, de modo a indicar as principais discussões teóricas sobre o tema, bem como mapear os instrumentos recentes que materializam o conceito, sobretudo nas políticas públicas do âmbito federal, bem como ii) propor a participação social como elemento central na atividade de planejamento e orçamentação pública, apoiada pelas práticas de governo aberto, voltada a subsidiar a construção de consensos sobre possibilidades e limites do Estado a partir da dimensão do conflito distributivo.

A participação social se insere no contexto de redemocratização, bem como guarda estreitas relações com o processo de redefinição do desenho do Estado, com base no qual a sociedade civil ganha centralidade na provisão de serviços públicos.

A despeito das críticas ao processo descrito, sobretudo ao uso da participação como instrumento legitimador de mudanças profundas nas funções governamentais, a literatura reconhece o crescente desenvolvimento de experiências participativas nos três níveis da federação, e que contribuíram, em grande medida, para a conformação de parte das políticas públicas com implementação em curso.

No entanto, apresentam-se desafios crescentes para a participação da sociedade civil, especialmente considerando-se o contexto de complexificação das relações sociais e de crise da representatividade das instituições públicas. Assim, refletir sobre a efetividade dos conselhos, conferências, audiências públicas e demais instâncias e instrumentos de participação representa uma atividade premente para que os mais distintos grupos de atores possam ter voz no âmbito do Estado, inclusive os grupos minoritários que integram as maiorias.

Os desafios presentes na temática da participação social também se relacionam à sua efetividade para os distintos entes nacionais, considerando o sistema federalista brasileiro. Desse modo, as ações de participação, como conselhos e conferências nacionais, devem ser pensadas de forma sistêmica, de modo que as disposições pactuadas no âmbito federal tenham impactos substanciais para estados e municípios brasileiros que, em virtude das condicionalidades locais, podem não possuir condições de implementá-las em sua integralidade.

Por fim, propõe-se que a participação social esteja integrada ao processo de planejamento e orçamentação do Estado, de modo a fornecer subsídios cognitivos para a construção de caminhos possíveis para a formulação de políticas públicas, considerando as constantes modificações na realidade social e, por outro lado, as complexas restrições que caracterizam a administração pública.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABERS, R.; KECK, M.. Representando a diversidade? Estado e associações civis nos conselhos gestores. Artigo apresentado no II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais: "Movimentos sociais, participação e democracia", 2007.

ALENCAR, J.; CRUXÊN, I.; RIBEIRO, U. Participação social no planejamento federal: um olhar a partir das conferências nacionais de políticas públicas. In: CARDOSO, J. C. Jr. (org.) Planejamento Brasil Século XXI – **Inovação Institucional e Refundação Administrativa – elementos para o pensar e agir.** Brasília: IPEA, 2015, cáp.8.

AVRITZER, L. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Textos para discussão nº 1739, IPEA, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL, Fórum Interconselhos. Disponível em: http://www.participa.br/forumppa/

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ConstituicaoConstituicao.htm

BRASIL, Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

BRASIL, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Disponível em: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html

BRASIL, Lei 13.005 de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L130 05.htm.

BRASIL, Controladoria Geral da União. Parceria para governo aberto. Disponível em: http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/o-que-e-governo-aberto. Último acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Conferências Nacionais. Disponível em: http://sg.gov.br/participacao-social/conferencias. Último acesso em: 21 dez. 2015.

CARDOSO, J. C. Jr. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. IPEA, Textos para Discussão nº 1584, 2011.

COHN, A. Participação social e conselhos de políticas públicas. Texto para discussão LC/BRS/R.264. CEPAL-IPEA, 25p, 2011.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004a, pp. 95-110.

____________________. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, nº 5, 2004b.

FARAH, M. A contribuição da administração pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. (org.). **A política pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FARIA, C. A. P. DE. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 51, p. 21-29, 2003.

FERLIE, E. Caracterização da Nova Administração Pública. In: **A Nova Administração Pública em Ação.** Brasília: Ed. UNB / ENAP, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Considerações sobre a integração das instituições participativas ao ciclo de gestão de políticas públicas: subsídios à formulação de um sistema de participação. Nota técnica, nº 3, 2012.

MARQUES, E. C. Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº43, p. 67 – 102, 1997.

____________________. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. (org.). **A política pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MATUS, C. O Plano como aposta. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org.). **Planejamento e Orçamento governamental Coletânea – Volume 1.** Brasília: ENAP, 2006.

NEVES, O. M. DE C. N. VI Congresso Consad de Gestão Pública, painel 25/092, 2013.

Open Government Partnership. Disponível em: http://www.opengovpartnership.org/. Último acesso em: 21 dez. 2015.

PACHECO, R. S. A Agenda da Nova Gestão Pública. In: LOUREIRO, M. R. et. al. **Burocracia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PARES, A; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In GIACOMONI, J; PAGNUSSAT, J. L. (org). **Planejamento e Orçamento governamental Coletânea – Volume 1.** Brasília: ENAP, 2006.

PAVEZ, T. R.; GONÇALVES, R. DA R.; TOLEDO, D. G. C. DE; CARDOSO, S. A. Redes sociais e segurança pública: características e reflexões à luz do processo preparatório para a 1ª Conseg. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 5, nº 9, 2011.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos, 2015. Disponível em: http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/conselho-de-planejamento-e-orcamento-participativo/

REIS, S. R. G. Modelo de integração de agendas: proposta para o desenho de programas governamentais a partir do paradigma de governo aberto. In: CARDOSO, J. C Jr. (org). **Planejamento Brasil Século XXI – Inovação Institucional e Refundação Administrativa – elementos para o pensar e o agir.** Brasília: IPEA, 2015, cáp.10.

TELLES, V. DA S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org). **Anos 90: sociedade e política no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO: RUMO AO GOVERNO ABERTO

PROF. JORGE MACHADO

Professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP.

INTRODUÇÃO

Provavelmente você já deve ter ouvido falar de governo eletrônico e usado vários de seus serviços. A ideia por trás do governo eletrônico é usar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) para aproximar governo e cidadãos, facilitando processos e proporcionando ganhos de eficiência na prestação de serviços públicos. O governo eletrônico também ajuda a promover a transparência e a fiscalização da população sobre organizações públicas. Mas nos últimos anos a relação na internet entre governo e sociedade civil mudou muito. O "Governo eletrônico" é coisa do passado. Hoje falamos em Governo Aberto, que inclui não apenas transparência, mas também participação e colaboração.

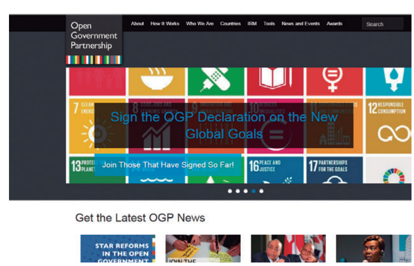
O objetivo desse texto é falar sobre o que é governo aberto e sua relação com as tecnologias de informação e as novas práticas sociais associadas a ela, que permitem o compartilhamento do conhecimento e a colaboração.

Na primeira parte do texto explicamos um pouco mais sobre o que é o governo aberto, como um novo conceito tanto para a gestão pública, como para a participação cidadã. Ainda nessa parte, falamos um pouco sobre a Parceria para o Governo Aberto, espécie de acordo internacional que está semeando as bases para a expansão global de novas práticas democráticas, em que as tecnologias de informação desempenham um papel fundamental. Na segunda parte, tratamos dos chamados dados abertos, os aplicativos cívicos e um pouco sobre a filosofia do software livre. Na terceira parte, discorremos sobre a Lei de Assesso à Informação e sua importância para o processo de abertura de informações e empoderamento do cidadão. Nas considerações finais apresentamos algumas questões para reflexão.

O GOVERNO ABERTO

Governo Aberto é um termo novo, usado para se referir a um conjunto de práticas de abertura por parte de governos à participação social, ao acesso à informação e à colaboração. Sua estrutura de apoio se baseia nas tecnologias de informação e comunicação integradas à rede mundial (Internet), suas redes sociais e ferramentas. Portanto, aí se incluem as consultas públicas, fóruns de debates, petições, ferramentas para produção colaborativa, etc. Governo Aberto pode também incluir ações presenciais, fomentando a participação direta, reuniões cívicas, competições hackers(1), etc. Muito mais além que o governo eletrônico, o Governo Aberto é um processo de construção que visa promover uma interação muito maior com a sociedade.

Um dos principais marcos para a difusão do Governo Aberto foi a constituição da Parceira para o Governo Aberto – ou Open Government Partnership (OGP) em inglês. A OGP é um compromisso internacional em que cada país deve desenvolver ações conjuntas com a sociedade civil para promover um governo mais aberto à sociedade.



Site da Open Government Partnership (reprodução).

(1) Hacker é "uma pessoa que sente prazer em ter uma compreensão mais profunda dos processos internos de um sistema, de um computador ou de uma rede informática em específico", segundo o RFC 1.392, da Internet Engineering Task Force (IETF), disponível em http://www.ietf.org/rfc/rfc1392.txt . Outras definições de hackers podem incluir entusiastas por tecnologias, pessoas criativas e contestadoras, inclusive pessoas que não trabalham diretamente com tais sistemas, mas que têm o hábito de questionar ou procurar o fundamento das coisas.

A Declaração de Governo Aberto da OGP(2) estabelece que para um governo ser considerado aberto precisa atuar sobre quatro princípios:

i) promover a transparência através do aumento da disponibilidade de informações sobre atividades governamentais, ii) aprimorar processos de prestação de contas e fortalecer a integridade pública; iii) fomentar a participação social e iv) ampliar o acesso e incorporar inovações tecnológicas.

Os quatro princípios da OGP:

Transparência: as informações sobre as atividades de governo são abertas, compreensíveis, livremente acessíveis e atendem ao padrão básico de dados abertos.

Prestação de Contas e Responsabilização (accountability): existência de regras e mecanismos sobre como atores justificam suas ações, respondem a críticas e exigências e aceitam as responsabilidades que lhes são incumbidas.

Participação Cidadã: o governo procura mobilizar a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efetivo responsivo.

Tecnologia e Inovação: o governo reconhece a importância das novas tecnologias no fomento à inovação, provendo acesso à tecnologia e ampliando a capacidade da sociedade de utilizá-la.

Cada país deve desenvolver ações conjuntas com a sociedade civil para promover um governo mais aberto à sociedade. O instrumento principal da parceria é um Plano de Ação, constituído por um conjunto de ações concretas com um prazo de 2 anos para serem cumpridas.

Atualmente, participam 69 países na OGP. Podem ingressar na Parceria apenas países que atendem aos critérios mínimos de elegibilidade relacionados com transparência fiscal, acesso à informação, participação cidadã e à divulgação de declarações patrimoniais por autoridades(3). Esses critérios estão também relacionados aos quatro princípios orientadores ao Governo Aberto. O primeiro Plano de Ação do Brasil incluiu a aprovação da Lei de Acesso à Informação e a criação do Portal de Dados Abertos.

Algumas cidades estão voluntariamente aderindo à OGP e aplicando seus princípios na gestão pública, como é o caso de São Paulo.

Promover a participação social sem dúvida é um grande desafio. Afinal, até onde pode ir essa participação? A Associação Internacional para a Participação Pública (IAP2) elaborou um diagrama(4), colocando numa linha os diferentes níveis de participação num processo político.

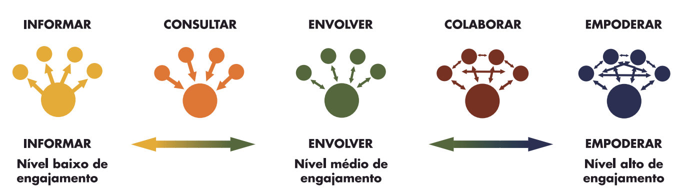


Diagrama 1 – Diferentes níveis de participação social
Fonte: IAP, traduzido e adaptado por Jorge Machado

(2) http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteaudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf

(3) Ver OGP Minimum Eligibility Criteria. Online: http://www.opengovpartnership.org/node/1338 (visitado em 18 de janeiro de 2016).

(4) Ver quadro ampliado (em inglês): https://www.iap2.org.au/documents/item/84

A maior parte dos processos participativos dificilmente chega ao ponto de empoderar o cidadão. Em geral, vão até a etapa da consulta, caracterizando assim, como sendo entre baixo e médio engajamento, segundo os critérios da IAP2.

A OGP teve o mérito de estabelecer princípios bastante objetivos que facilitam a construção de um governo aberto à sociedade. Na prática, para alcançar êxito, o processo de abertura demanda a superação de resistências culturais, de adoção de novas tecnologias – inclusive sociais – e de mudanças institucionais.

Há alguns elementos que potencializam as mudanças para um governo aberto. Um deles é expansão dos dados abertos e dos padrões e protocolos livres, que ampliam a relação do Estado com a sociedade através do uso da informação.

DADOS ABERTOS

O conceito de dado aberto está relacionado com a possibilidade de usos mais diversos da informação. Ele está baseado num conjunto de princípios que servem para orientar gestores públicos e servidores da área técnica sobre as condições que um arquivo ou base de dados deve atender para ser considerado "aberto". São eles:

1.Completos: todos os dados públicos devem ser disponibilizados. Dados públicos são dados que não estão sujeitos às restrições de privacidade, segurança ou privilégios de acesso.

2. Primários: os dados devem ser coletados na fonte com o maior nível de detalhamento possível, e não de forma agregada ou modificada.

3. Oportunidade: sua disponibilidade deve ser feita tão rapidamente quanto necessário para preservar o valor dos dados.

4. Acessibilidade: os dados devem estar disponíveis para a mais ampla gama de usuários
e as mais diversas finalidades.

5. Processável por máquinas: os dados devem ser razoavelmente estruturados, de modo a permitir o processamento automatizado.

6. Não discriminatório: os dados devem estar disponíveis para qualquer pessoa, sem necessidade de registro.

7. Não proprietário: os dados devem estar disponíveis em um formato sobre o qual nenhuma entidade tenha o controle exclusivo.

8. Licença livre: os dados não estão sujeitos a restrições de uso devido aos direitos de autor, patentes, marcas comerciais ou regulamento secreto. Pode ser permitida uma razoável privacidade e restrições de privilégio e segurança.

A ideia central é que bases públicas estejam abertas para que a sociedade possa utilizá-las de forma criativa, permitindo estudar e conhecer melhor as instituições públicas, fiscalizar e disponibilizar novos serviços, agregando valor à informação(5).

Tais bases podem ser disponibilizadas num site para serem baixadas ou acessadas diretamente por sistemas eletrônicos via API (interface de programação de aplicativo).

Com base nos dados abertos, jovens ativistas, programadores e acadêmicos desenvolveram interessantes aplicações – também chamados de aplicativos cívicos. Citamos alguns exemplos no Brasil:

(5) Para uma boa introdução sobre dados abertos, ver Manual dos Dados Abertos.
www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Aberatos_WEB.pdf

Cadê o Ônibus
(http://www.cadeoonibus.com.br/CoO/SiteV2): mostra itinerários, horários, trânsito e posição dos ônibus em tempo real.

Cuidando do Meu Bairro
(http://cuidando.org.br/): com base em informações publica das pela Prefeitura de São Paulo, essa ferramenta georre ferencia os dados de execução orçamentária, permitindo um maior controle e fiscalização por parte da população.

Reclamações Procon
(http://www.reclamacoesprocon.com.br/): utilizando a base de dados do Procon, o site traz informações com visualização simplificada,mostrando gráficos e figuras das empre sas com reclamações, permi tindo especificar as atendidas e as não atendidas.

Radar Parlamentar
(http://radarparlamentar.polignu.org/): aplicativo que ilustra as semelhanças entre partidos políticos com base na análise matemática dos dados de votações que ocorrem na casa legislativa.

A exemplo de países, grandes cidades estão criando portais para disponibilizar seus dados aos cidadãos. No Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Porto Alegre são exemplos de cidades que já possuem portais para suas bases de dados.

Esse é um processo que ainda está em seu início, pois a quantidade de bases disponíveis é pequena em relação ao que existe. No entanto, a expansão dos portais e das aplicações dadas mostram o grande potencial do uso da informação pública em prol do desenvolvimento da sociedade. Seus benefícios estão associados ao:

- Aumento da transparência e do controle social;
- Empoderamento dos cidadãos e organizações da sociedade civil;
- Inovação tecnológica e social;
- Maior eficiência nos serviços públicos;
- Geração de novos conhecimentos a partir da combinação de informações;
- Novas oportunidades de negócios e de geração de renda.

Os dados abertos têm uma relação muito estreita com o software livre. Ambos envolvem padrões, formatos e formas de disseminação (licenças) abertos. O software livre tem como base uma licença viral de código, que é passada para as sucessivas versões de código, de modo a “contaminá-lo com a liberdade”. Essa licença, popularmente chamada ao copyleft (em oposição ao copyright), permite ao usuário fazer adaptações ou modificações em seu código, sem a necessidade de solicitar permissão a alguém. A licença obriga também que o código-fonte seja disponibilizado junto com o programa.

Em oposição ao software livre, tem-se o código proprietário (como Windows). Neste caso, quem controla o funcionamento do programa é a empresa que o desenvolveu, que pode coletar informações e transmitir dados sem o conhecimento do usuário e, inclusive, controlar a própria máquina ou dispositivo. O usuário não tem permissões para modificar o código e se houver um problema (como um “bug”), ele deve aguardar as atualizações da própria empresa.

O software livre é desenvolvido através de uma extensa rede de colaboradores, o que permite que ele seja estável, seguro e eficiente. Por não ser controlado por uma empresa e ser completamente

auditável, ele é mais indicado à proteção da privacidade do usuário e à segurança de sistemas. Isso ficou bem mais claro após os vazamento das informações por Edward Snowden que revelaram a colaboração de grandes empresas, como Microsoft, Apple e outras(6), com um sistema e monitoramento global montado pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos.

Por essa razão, o software livre tem sido opção crescente de ativistas políticos. Aliado ao uso de criptografia, ele se torna uma opção mais segura de comunicação.

Segundo a Free Software Foudation, um software só pode ser considerado livre quando atende a quatro liberdades(7):

Liberdade "0": de executar o programa para qualquer propósito;

Liberdade 1: de estudar o software;

Liberdade 2: de redistribuir cópias do programa de modo que você possa ajudar ao próximo;

Liberdade 3: de modificar o programa e distribuir estas modificações, de modo que toda a comunidade se beneficie.

Por suas características, o software livre é mais adequado para a transferência de conhecimento, práticas colaborativas e autonomia dos usuários.

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O acesso às informações em poder de órgãos públicos é garantido na Constituição em seus artigos 5º, inciso XXXIII, 37º e 216º. A partir desses artigos, foram derivadas uma série de outras leis para que o direito de acesso à informação fosse efetivado. Pode-se destacar a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, a Lei Capiberibe, de 2009 e a Lei de Acesso às Informações Públicas (Lei 12.527/2011) – também chamada de "LAI".

A LAI sem dúvida é a de alcance mais amplo. Por ser uma lei recente, em seu processo legislativo foi possível incluir algumas das melhores práticas e princípios internacionais. O resultado foi a adoção de uma lei que torna a transparência a regra da administração pública e o sigilo, a exceção, conforme disposto em seu artigo 3º:

> "Art. 3º: Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
> I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
> II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
> III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
> IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
> V - desenvolvimento do controle social da administração pública."

A LAI estabelece prazos e procedimentos para a solicitação de informações. Com isso, ela acaba com o procedimento de "colocar na gaveta" uma solicitação. Além disso, ela estabelece procedimentos, prazos e autoridades para a classificação de informações consideradas sigilosas, estabelecendo também instâncias recursais para o

(6) Ver, por exemplo, o programa PRISM: https://pt.wikipedia.org/wiki/PRISM_%28programa_de_vigil%C3%A2ncia%29
(7) Para maiores detalhes, ver: http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html

cidadão no caso de negativa a pedidos de informação. Assim, a lei trouxe instrumentos que tornaram muito mais difícil aos gestores negar uma informação ao cidadão.

É importante ressaltar que a obrigação da disponibilidade de informação em formato aberto é garantida no §3 do Art. 8º da Lei de Acesso à Informação.

Através dos e-SIC (Serviços Eletrônico de Atendimento ao Cidadão), é possível solicitar cópias digitais de documentos e até de bases de dados completas. Para atender à lei e facilitar a gestão de pedidos, governos de diferentes níveis começam a colocar informação pública de forma proativa na Internet e a criar portais para isso.

Como se trata de uma lei ainda nova num país com problemas, inclusive estruturais, e um histórico de autoritarismo muito forte, ainda há resistências ao seu cumprimento e mesmo na sua implementação. O servidor muitas vezes se vê como dono da informação e não apenas como seu "guardião" – como deveria ser. E também há problemas nas bases, como inconsistências nos dados, informações desatualizadas e erros. Por fim, uma informação pública pode ter consequências políticas. Um cidadão bem informado pode ter muito mais êxito em efetuar cobranças de gestores e políticos. Assim, a distribuição da informação pode reduzir as assimetrias de poder. Por algumas destas razões, há órgãos que retardam ao máximo a disponibilidade dos dados.

Mas o exercício da LAI vem trazendo mudanças. A partir dela, muitas informações públicas que antes eram tratadas como sigilosas foram abertas. Exemplos disso: salários de servidores públicos, listas de beneficiários de programas sociais, bases de dados do IBGE, arquivos da ditadura militar e contratos de negócios "sigilosos" (como os da Copa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto foi proporcionar uma breve introdução sobre como as tecnologias digitais e suas inovações desempenham importante papel na promoção do governo aberto, associado isso também à LAI e aos padrões e formatos abertos, bandeiras que já se faziam presentes no movimento do software livre.

Essa intersecção entre o direito do acesso à informação e as tecnologias que permitem a difusão do conhecimento de maneira rápida e global abrem a possibilidade para melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Yoshai Benkler, em sua obra A Riqueza das Redes, destaca que o acesso à informação reflete nos componentes que constituem o índice de desenvolvimento humano (IDH): expectativa de vida, alfabetização e escolaridade e renda per capita (Benkler, 2006: 322-3). Informação e conhecimento estão estreitamente ligados à educação, capacitação, inovação agrícola, cura de enfermidades e geração de renda, conforme se pode ver abaixo.

Importância da informação para os componentes do IDH:

Componente do IDH: expectativa de vida
Importância da informação e do conhecimento: Inovações agrícolas, técnicas de cultivo, pesquisa de medicamentos, acesso a produtos, cuidados com a saúde (acesso a resultados de pesquisa, publicação e disseminação de informação).

Componente do IDH: alfabetização e escolaridade
Importância da informação e do conhecimento: acesso a textos, bibliotecas, computadores e sistemas de comunicação, materiais educacionais para professores.

Componente do IDH: renda per capita
Importância da informação e do conhecimento: depende de acesso à inovação / desenvolvimento de tecnologias avançadas – principalmente para países em desenvolvimento.

Fonte: Jorge Machado, adaptado de Benkler, 2006, pp. 322-323.

Novas práticas de colaboração e compartilhamento da informação têm surgido, algumas espontaneamente, através das tecnologias digitais. As redes par-a-par (p2p) para compartilhar conteúdos culturais, a Wikipedia (maior enciclopédia humana), o crowdfunding (financiamento coletivo para viabilizar projetos culturais, ambientais, mídia independente), a pesquisa colaborativa para cura de doenças[8], além das redes de desenvolvimento de software livre, são exemplos de formas alternativas exitosas e do potencial do compartilhamento da informação e do conhecimento para a promoção do desenvolvimento. Existem ainda outras práticas, de menor escala, unindo comunidades e novas tecnologias, inclusive sociais (como os FabLabs, espaços hackers, coletivos de agricultura urbana, de artes e grupos de hiphop ativistas) promovendo novas formas de organização e interação mais solidárias e conscientes.

As práticas sociais nascentes e transformadoras podem servir como inspiração às mudanças políticas e sociais por participação, justiça social e valorização da dignidade humana. O “Governo Aberto”, enquanto uma política estrutural de participação social abre novos caminhos à reinvenção do Estado na sua relação com a sociedade. Nesse contexto, encerramos aqui com algumas questões para reflexão:

- Como promover mais amplamente as tecnologias livres e abertas, inclusive aos setores menos privilegiados da sociedade? Quais seriam as possíveis estratégias para isso?

- Quais são as relações entre as práticas colaborativas com práticas tradicionais comunitárias? Que horizontes podem se abrir a partir disso?

- Como os diferentes movimentos citados nesse texto dialogam entre si e como e como eles se relacionam com o Governo Aberto?

- Como criar novas vias institucionais ou mesmo não institucionais para que práticas inovadoras sejam incorporadas a governos?

- Podemos imaginar uma nova forma de governo, onde este funcione mais como uma plataforma[9] de participação social e de construção colaborativa de políticas públicas, promovendo o efetivo empoderamento do cidadão (conforme visto no diagrama 1)?

[8] Ver, por exemplo, Projeto Genoma Humano: http://web.ornl.gov/sci/techresources/Human_Genome/index.shtml e Fight Aids http://fightaidsathome.scripps.edu/

[9] O “governo como plataforma” é um termo que vem sido bastante discutido fora do Brasil. Para uma boa introdução sobre o assunto, ver: http://chimera.labs.oreilly.com/books/1234000000774/ch02.html

FORMAÇÃO E GOVERNO ABERTO

PROF. GABRIELA LOTTA

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a importância e potencialidade de formar agentes sociais e estatais nas temáticas de Governo Aberto, ou seja, entender o papel da formação para potencializar as ações de Governo Aberto(1). Partindo dos princípios do Governo Aberto, o artigo demonstra quais são as principais implicações que estes princípios trazem para a Gestão Pública e, portanto, quais as alterações em termos de produção de políticas públicas. Em seguida, tendo por base essas reflexões, aponta os eixos fundamentais de formação que uma política de Governo Aberto deve ter, tanto em termos de formação de agentes estatais, como de agentes da sociedade.

OS PRINCÍPIOS DO GOVERNO ABERTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO PÚBLICA

O tema de Governo Aberto tem crescido fortemente na literatura e nas práticas governamentais ao longo da última década. O Governo Aberto é compreendido como um conjunto de iniciativas articuladas voltadas a quatro dimensões: transparência, participação, inovação e integridade nas políticas públicas. Entende-se como transparência a ideia de que o governo deve ser transparente com relação às suas ações; como participação o pressuposto de que a sociedade é envolvida de forma ativa nos processos decisórios; como inovação a ideia de que a tecnologia pode melhorar os processos relacionados ao funcionamento do Estado e prestação de serviços; e como integridade o combate à corrupção.

As iniciativas de Governo Aberto têm se potencializado em vários países nos últimos anos. Essas experiências têm como pressupostos, em primeiro lugar, a ideia de que novas formas de interação Estado-sociedade são imprescindíveis para legitimação do Estado e garantia de eficiência e integridade no uso dos recursos. Em segundo lugar, essas experiências têm se fortalecido com o próprio aumento do acesso à tecnologia e o potencial que ele traz em termos de eficiência e ampliação de acesso a serviços.

No caso brasileiro, pode-se dizer que a origem das iniciativas de Governo Aberto remonta ainda à Constituição Federal de 1988 que trazia como princípios fundamentais, não apenas a universalização aos serviços como direitos fundamentais, mas também a radicalização da democracia, com envolvimento de atores sociais diretamente e de forma ativa nos processos decisórios. Remontam também à CF/1988 os princípios de transparência e prestação de contas por parte dos agentes estatais, princípios esses que seriam posteriormente regulamentados e fortalecidos com a aprovação da Lei de Acesso à Informação em 2011 (12.527/2011). Assim, embora as iniciativas denominadas atualmente como ações de “Governo Aberto” sejam relativamente recentes, elas já vinham sendo experimentadas desde o final dos anos 80, como fruto dos princípios colocados pela constituição federal.

A adoção de práticas de Governo Aberto, no entanto, não se dá de forma automática por parte do governo e requerem, ao contrário, um amplo e intenso processo de transformação tanto por parte dos agentes estatais como por parte dos agentes sociais, na medida em que elas pautam novas tônicas e diferentes meios de relação entre estes agentes. Apontaremos a seguir algumas dessas transformações que, embora não esgotem todas as mudanças, já são suficientes para pensarmos os eixos de formação necessários para potencializar as ações de Governo Aberto.

(1) Artigo construído para dar suporte às ações de formação em governo aberto da Prefeitura de São Paulo e, portanto, tem caráter mais aplicado e menos teórico. Embora embasado em reflexões acadêmicas, não segue o rigor metodológico de um artigo com este fim.

I) Mudança de relações entre Estado e sociedade e envolvimento da sociedade nos processos decisórios:

Um dos princípios fundamentais do Governo Aberto é a ideia de que a sociedade deve ser envolvida nas várias etapas das políticas públicas: desde a decisão dos temas prioritários da agenda, passando pela fase de planejamento, implementação até a avaliação das políticas. Esse envolvimento, no entanto, altera de maneira fundamental a forma de atuação do Estado, visto que este passa a ter de envolver atores sociais nos processos decisórios e diminui, portanto, sua capacidade proativa (e muitas vezes solitária) de tomar decisões.

Se, por um lado, o Estado deixa de ser o protagonista solitário da tomada de decisões, por outro lado, as decisões compartilhadas potencializam a capacidade de tomar decisões mais acertadas, na medida em que o Estado passa a conhecer melhor a realidade no diálogo com atores e entendimento de suas demandas. Ao mesmo tempo, o envolvimento de múltiplos atores no processo decisório tem poder de antecipar contestabilidades, diminuindo riscos de contestação a posteriori que, muitas vezes, inviabilizam a impleme tação de políticas públicas. Além disso, processos decisórios mais participativos tem um fim em si mesmo, na medida em que ampliam a ideia de cidadania.

II) Alteração na produção de serviços pelo uso de novas tecnologias:

Como foi dito, outro princípio fundamental do Governo Aberto é a promoção da inovação com o uso de novas tecnologias. Com relação às políticas públicas, a adoção de novas tecnologias traz um conjunto de vantagens ao Estado como, por exemplo, a possível ampliação do acesso a serviços, o aumento da eficiência (redução de gastos), aumento da capacidade de controle interno e externo, entre outros.

A adoção de novas tecnologias, no entanto, altera sobremaneira a forma como o Estado atua em suas várias dimensões, na medida em que requer, entre outras coisas: mudança de legislação, redesenho de processos, alteração de equipamentos, alteração da força de trabalho, capacitação para uso de tecnologias, desenvolvimento de novos sistemas, etc. A adoção de novas tecnologias também requer alterações importantes na forma da sociedade se relacionar com o Estado. Apenas para citar algumas delas, na medida em que o Estado adota nova tecnologias, a sociedade precisa dominá-las, fazer uso delas, conhecer os novos processos, etc. Assim, embora o uso de tecnologia e inovação traga ganhos inestimáveis ao Estado e às políticas públicas, ele também requer um conjunto de mudanças importantes que devem ser consider das pela gestão pública no planejame to das ações de Governo Aberto.

III) Mudança na forma de se pensar políticas públicas a partir das demandas sociais e não dos setores estatais:

Na medida em que o Estado se abre para compreender as demandas sociais, e construí-las de forma compartilhada, uma mudança importante se produz na maneira de se pensar as políticas públicas. Se tradicionalmente elas são concebidas a partir de uma lógica setorial, construída "de dentro das secretarias para fora", na medida em que o Estado se abre para as demandas "de fora para dentro", a própria lógica setorial perde sentido. As práticas de Governo Aberto podem ser, portanto, um motor importante para promoção de políticas intersetoriais, que nascem para atender demandas concretas e, portanto, resolver problemas complexos e de natureza intersetorial.

Essa produção de políticas intersetoriais, cujas demandas vieram de fora, é uma alteração bastante significativa para o Estado, construído para atuar de maneira inversa e reproduzindo as lógicas setoriais. Requer, portanto, uma nova forma de estruturar as políticas, de pensar o Estado, de organizar processos, etc., que provocam mudanças importantes nas organizações públicas.

IV) Alterações na forma de prestar contas e ser controlado pela sociedade:

Se a Constituição já foi um marco bastante importante em termos de novas formas de prestação de contas e controle social, as práticas de Governo Aberto vêm para provocar mudanças substantivas na forma do Estado atuar em termos de transparência e responsabilização. Sob o marco da Lei de Acesso à Informação, este Estado passa a ter que organizar suas informações – e, portanto, seu modus operandi – de forma que possa prestar contas sobre o que faz, quanto gasta e se responsabilizar por essas decisões.

Essas mudanças, no entanto, não são simples, na medida em que não significam apenas "colocar no portal tudo o que se faz", mas requerem uma inteligência de gestão em termos de organização e disponibilização do conhecimento e das informações, construção de plataformas e sistemas, organização de sistemas de responsabilização (como ouvidorias, corregedorias, etc), entre outras ações.

Por parte da sociedade, essas práticas também requerem nova forma de atuação: a responsabilização só é efetiva quando a sociedade está capacitada (em sentido amplo) para analisar contas, avaliar políticas, cobrar ações. Requer conhecimento de tecnologia, de informações, de políticas públicas, requer conhecer os canais de acesso, o lócus de cobrança e de responsabilização.

São, portanto, mudanças importantes que devem ser pensadas nas políticas de Governo Aberto, tanto para a sociedade como para o Estado.

FORMAÇÃO EM GOVERNO ABERTO: AGENTES ESTATAIS E SOCIAIS

Como foi apresentado anteriormente, a adoção das práticas de Governo Aberto acaba por pressionar por um conjunto de mudanças dentro do Estado e da sociedade. Essas mudanças requerem que o Estado estruture ações de redesenho de gestão, de sua força de trabalho e de capacitação de agentes sociais e estatais para poderem atuar de maneira convergente com as novas formas de se produzirem políticas públicas. Assim, para que o Governo Aberto funcione e alcance seus resultados, pressupõe-se que os agentes envolvidos, tanto da sociedade como do Estado, detenham um conjunto novo de conhecimentos e meios de comunicação que permitam um diálogo e o uso amplo dos potenciais dessas novas práticas.

Pensando nos desafios colocados anteriormente, bem como na diferença de atuação dos agentes estatais e sociais, apresentamos a seguir quais são as áreas de formação requeridas para estes diferentes atores e como elas podem potencializar os resultados do Governo Aberto apresentados anteriormente.

Quanto aos ator es do Estado:

Como apresentamos anteriormente, a adoção de iniciativas de Governo Aberto provocam um conjunto significativo de mudanças na forma de atuação do Estado. Para dar conta dessas alterações, a formação de seus agentes se torna um dos eixos fundamentais. Para lembrar Carlos Matus, as reformas em governos pressupõem três eixos de atuação: mudanças de práticas (redesenho de processos, adoção de tecnologia, etc.); mudanças de formas organizativas (novas formas de divisão de poder, estruturas de tomada de

decisão, estruturas funcionais, etc.); e mudança de estruturas mentais. As estruturas mentais, afirma o autor, são influenciadas pela cultura organizaci nal, pela interação entre os indivíduos e grupos dentro das organizações e, portanto, pelos conhecimentos, habilidades e atitudes de quem ocupa as organizações.

A alteração das estruturas mentais pressupõe, portanto, investimento em formação dos agentes para adequar conhecimentos, habilidades e atitudes ao que as novas práticas exigem. Dito de outro modo, para que as práticas de Governo Aberto sejam efetivas, é imprescindível investir em formação dos agentes estatais para que seus conhecimentos, habilidades e atitudes sejam consoantes com as práticas adotadas. É nesse sentido que se torna, portanto, necessário investir em iniciativas formativas que promovam as seguintes novas competências nos gestores estatais:

I. Compreensão de uma nova forma de Estado, permeável, aberto à sociedade, cujas decisões não são construídas a priori e de dentro, mas de forma dialogada e interativa com atores sociais.

II. Compreensão da heterogeneidade da sociedade e dos territórios, e da necessidade de construir políticas voltadas a essas heterogeneidades e que, portanto, considerem diversidades em sua formulação com adoção de ferramentas de mapeamento e georrefe-renciamento.

III. Saber usar novas tecnologias que estão sendo desenvolvidas, tecnologias abertas, mais interativas, mais sujeitas a alterações a partir das demandas.

IV. Saber propor políticas a partir do amplo conhecimento de problemas e suas complexidades, o que requer uma lógica intersetorial na construção de diagnósticos e na proposição de políticas públicas que sejam mais democráticas, acessíveis e equitativas.

V. Estar aberto a construir políticas novas baseadas nos problemas e não nas soluções previamente concebidas. Estar, portanto, aberto a novas soluções, a repensar a ação do Estado e a forma dele atuar.

VI. Estar aberto a prestar contas, sentir-se responsável por aquilo que realiza, atuar como um agente que serve ao público e que, portanto, deve ser controlado e responsabilizado por este público pelas decisões que toma.

VII. Saber produzir e gerir conhecimen-tos pensando na transparência e na gestão da memória daquilo que realiza.

A formação dessas novas competências nos atores estatais requer um amplo investimento do Estado em políticas de formação que gerem estes conteúdos. Ou seja, considerando-se as competên-cias aqui apresentadas, o Estado deveria construir políticas de recruta-mento, seleção e capacitação voltadas à sua promoção, de forma a investir em novas estruturas mentais mais aderen-tes às práticas de Governo Aberto.

Quanto aos atores sociais:

Como também dissemos anteriormente, a efetividade das iniciativas de Governo Aberto requerem dos atores sociais um conjunto de novos conhecimentos que lhes possibilitem interagir com o Estado tanto em termos de acesos a serviços, como de atuação nos processos decisórios. Essa formação, no entanto, talvez seja um dos grandes desafios ao Estado, visto que requer tanto atuar em diferentes frentes de conhecimento como conseguir alcançar diferentes tipos de atores sociais, portadores, estes também, de conhecimentos e práticas muito diferentes entre si.

Ao mesmo tempo, sem investimento em formação dos atores sociais, as ações de Governo Aberto ficam restritas e reforçam novamente o papel protago-nistado Estado, detentor de conheci-mentos específicos que podem inviabi-lizar a atuação conjunta. Abaixo

elencamos um conjunto de conhecimentos que devem ser garantidos aos atores sociais para que estes possam interagir de maneira mais proativa e com algum grau de igualdade com os atores estatais.

I. Conhecer seus direitos e deveres e conhecer as obrigações do Estado em termos de garantia de direitos: para que a sociedade possa interagir com o Estado, cobrar serviços, participar de processos decisórios, etc., é imprescindível que saiba o que pode cobrar e de quem. Fornecer informações ou capacitar os cidadãos para que conheçam seus direitos e onde e de quem reivindicá-los é uma das primeiras ações que as políticas de Governo Aberto deveriam realizar. A formação de atores participativos e portadores de direitos é imprescindível para a efetivção do Governo Aberto.

II. Conhecer o funcionamento do Estado: além de conhecer seus direitos e de quem reivindicá-los, é imprescindvel que os cidadãos conheçam elementos básicos sobre o Estado que permtam diálogo e construção conjunta. Conhecimento de estrutura organizativa, legislação, procedimentos, etc, se tornam elementos chave para que os cidadãos possam tomar decisões de forma compartilhada e não ficar reféns do que o Estado decide de forma unilateral. O conhecimento, portanto, da máquina estatal e de suas regras de funcionamento é outro elemento importante para que as demandas possam ser construídas de forma compartilhada e democrática.

III. Conhecer os canais de acesso e interação com o Estado, bem como os princípios e fundamentos da participação social: participar requer conhecimento tanto de conteúdos (como colocado no ponto II) como das estruturas participativas. Para que se apropriem dos espaços de democracia participativa, a sociedade precisa conhecer quais eles são e como funcionam. Iniciativas realizadas pelos agentes, como "Construindo os saberes para uma cultura de participação política" são imprescindíveis nesse sentido. Também é imprescindível investir em formação para conhecimento de instituições participativas como: conselhos, conferências, orçamento participativo, audiências públicas, ouvidorias, etc.

IV. Conhecer e saber potencializar envolvimento de diversos atores em rede: a construção de coletivos, atuação em rede, interação entre diferentes atores e territórios são alguns dos elementos que potencializam a atuação da sociedade com o Estado, na medida em que fortalecem as demandas. Para tanto é preciso promover nos atores sociais sua capacidade de articular e construir parcerias, bem como conhecer quais são outros coletivos e demandas que podem, conjuntamente, fortalecer o diálogo com o Estado. Iniciativas como as oficinas "Redes Sociais e Multimídia na Construção do Conhecimento Participativo"; "Cartografia social aplicada à cultura periférica"; "#OndeÉORolê?"; "Georreferenciando Políticas Públicas"; "Mapeando a cidade"; "Gênero e Poder - Reconstruindo a Comunicação nas Redes" são essenciais nesse sentido, na medida em que potencializam a atuação conjunta entre diferentes atores.

V. Saber usar a tecnologia para participar de processos decisórios, acessar serviços e realizar ações de controle social. Na medida em que parte das ações de Governo Aberto está voltada ao uso de novas tecnologias, saber acessá-las se torna um conhecimento necessário para sua efetividade. Neste ponto, especificamente, são muito diversos os tipos de usos e atores e, portanto, os conhecimentos que devem ser desenvolvidos. Por um lado, é necessário investir-se em (in)formação em massa para os usuários de serviços conhecerem novas formas de acessá-los com uso de tecnologia. Por outro lado, é necessário investir na formação

de uso de tecnologia que possibilite participação ativa nos processos decisórios – momento, no qual, os atores sociais se tornam cidadãos ativos e não apenas usuários dos serviços. Também há outro conjunto de atores cuja relação com o Estado no uso da tecnologia se dá para promover interações em processos compartilhados. Para estes, a formação é menos voltada à tecnologia em si e mais com relação aos processos que embasam a atuação estatal. Há várias iniciativas em curso com relação a estes elementos, menos voltadas aos usuários e mais voltadas para quem participa ou desenvolve tecnologia. Podemos citar entre elas as oficinas: “Oficina de Introdução à Lógica de Programação Aplicada ao Governo Aberto”; “Multitude Software Livre: Code Dojo Central Dados Abertos”; “Desenvolvimento com tecnologias Open Source”; “Compartilhando Informações independente da mídia”; “Programação de interfaces web: Criando sites responsivos para desktop e mobile”; “Criação e Divulgação Multimídia”; “Estratégias de Mídias Digitais para Causas Sociais”. Consideramos, no entanto, que ainda é necessário investir fortemente no primeiro ponto de conhecimentos: aqueles voltados aos usuários dos serviços.

VI. Saber analisar e avaliar as ações do Estado para promover responsabilização. A efetivação das ideias de responsabilização e transparência requer que a sociedade saiba avaliar as ações implementadas pelo Estado, analisar suas contas e cobrar pelo que foi realizado. Tudo isso requer, por sua vez, que a sociedade detenha conhecimentos tanto a respeito de avaliação de políticas, como de análise orçamentária e dos canais de responsabilização. O Estado deve, portanto, investir na formação desses conhecimentos para que a responsabilização de fato aconteça. Experiências como “Rádio Possível” e “Compreendendo e fiscalizando a execução orçamentária” contribuem em parte nesse sentido. No entanto, é preciso investir em mais áreas de formação voltadas à avaliação de políticas públicas e aos espaços d responsabilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de práticas de Governo Aberto por parte da gestão pública pode ser considerada como um caminho sem volta. São já diversas as iniciativas em curso nas mais diferentes organizações, sendo a Prefeitura de São Paulo uma referência importante nesse sentido. No entanto, como buscamos deixar claro ao longo desse artigo, essas práticas alteram consideravelmente a forma de atuação do Estado e, para terem efetividade, precisam vir acompanhadas de um investimento na mudança das estruturas mentais de agentes sociais e estatais.

O investimento em formação de conhecimentos, mudança de atitudes e construção de habilidades é algo necessário para que as práticas de Governo Aberto sejam implementadas amplamente pelo governo e que tenham respaldo da sociedade. Essas formações, como demonstramos, devem abranger um espectro bastante amplo de áreas, conhecimentos e públicos, para dar conta da abrangência colocada pelo próprio tema do Governo Aberto e devem ser voltadas a ampliar repertórios tanto dos atores estatais como sociais para construírem políticas mais dialogadas, inclusivas e aderentes às demandas sociais.



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Ana Dienstmann
Fernanda Nascimento
Gustavo Vidigal
Letícia Nery

TEXTOS
Aluízio Marino
Ana Dienstmann
André Simonsem
Andrés Martano
Bruno Ferreira
Charlaine Suelen Rodrigues Souza
Fernanda Nascimento
Fernando Luiz Abrucio
Gabriela Lotta
Gustavo Vidigal
Jéssica Cerqueira dos Santos
Jonaya de Castro
Jorge Machado
Juliana de Andrade
Laila Bellix
Letícia Nery
Karina Quintanilha
Lucas Pascholatti Carapiá
Martha Lopes
Thiago Paixão
Ursula Dias Peres
Wellington da Silva

PROJETO GRÁFICO
Ana Dienstmann

ASSISTENTE DE DESIGN
Paloma Trevizani

EQUIPE SÃO PAULO ABERTA
Ana Dienstmann
Beatriz Alves Leandro
Eduardo dos Anjos
Fernanda Nascimento
Francisca Ivaneide Carvalho
Gustavo Vidigal
Heloisa Miura
Igor Candido de Oliveira
Letícia Nery
Luana Santos Lopes
Pedro Barreto
Vanessa Menegueti

ESTAGIÁRIOS
Carolina Caires
Carolina Ribas
Dayara Cardoso Moreira
Djonathan Gomes Ribeiro
Paloma Trevizani

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Imprensa Oficial do Estado
S/A-IMESP

FERNANDO HADDAD
Prefeito

NÁDIA CAMPEÃO
Vice-prefeita

FRANCISCO MACENA
Secretário de Governo

SÃO PAULO ABERTA

PREFEITURA DE SÃO PAULO

São Paulo,
dezembro de 2016

SÃO PAULO ABERTA

PREFEITURA DE SÃO PAULO